

DM

A Cultura Feminina na Religião Muçulmana
Referências religiosas em desfigurada de Rania Al-Baz
e queimada viva de Souad

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Andreia Henriques Ferreira

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2021

A Cultura Feminina na Religião Muçulmana
Referências religiosas em desfigurada de Rania Al-Baz
e queimada viva de Souad

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Andreia Henriques Ferreira

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÃO

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

DISSERTAÇÃO/PROJECTO/ RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

2º Ciclo em *Literatura, Cultura e Diversidade*

**A Cultura Feminina na Religião Muçulmana:
Referências Religiosas em *Desfigurada* de Rania Al-
Baz e *Queimada Viva* de Souad.**

Nome do Estudante: Andreia Henriques Ferreira

Número de Estudante: 2033616

Orientador: Prof. Doutora Ana Isabel Moniz

As histórias religiosas podem visitar
o passado, mas na verdade destinam-se
a alimentar a esperança no futuro.

(Richard Holloway)

Resumo

Esta investigação incide, num primeiro momento, sobre o estudo da condição da mulher na religião muçulmana, a partir das normas expressas no Alcorão. A religião islâmica, que é das três religiões abraâmicas a mais recente, criada cerca de 600 anos depois de Cristo, tem como significado “submissão à vontade de Deus”, funda a sua crença está em Deus (Alá) e no profeta que propagou sua mensagem à população, Maomé (Mohammad), o escolhido. Algumas das traduções do livro sagrado explicitam que o homem tem as suas responsabilidades para com as mulheres e que estas têm de se submeter às vontades dos homens, sejam eles, marido, pai ou irmão. A mulher é representada na esfera do *oikos*, tendo como função cuidar da casa e educar os filhos e, sobretudo, dar herdeiros, homens, ao esposo.

Num segundo momento, esta dissertação centra a sua atenção em histórias verídicas de duas mulheres que sofreram às mãos de homens, relatadas em, a *Desfigurada*, de Rania Al-Baz, e *Queimada Viva*, de Souad, para analisar a condição da mulher muçulmana através do percurso das protagonistas que desafiaram as normas do Alcorão.

Palavras-chave: Religião Islâmica; Cultura Islâmica; Mulheres Muçulmanas; Patriarcado; Submissão.

Abstract

This investigation focuses, at first, on the study of the condition of women in the Muslim religion, based on the norms expressed in the Koran. The Islamic religion, which is the most recent of the three Abrahamic religions, created about 600 years after Christ, has the meaning of “submission to the will of God”, based on its belief in God (Allah) and in the prophet who propagated his message to the population, Mohammed (Mohammad), the chosen one. Some of the translations of the holy book make it clear that men have responsibilities towards women and that women have to submit to the will of men, whether they are husbands, fathers or brothers. The woman is represented in the oikos sphere, having the function of taking care of the house and educating the children and, above all, giving heirs, men, to her husband.

In a second moment, this dissertation focuses its attention on true stories of two women who suffered at the hands of men, reported in, *a Desfigurada*, by Rania Al-Baz, and *Queimada Viva*, by Souad, to analyze the condition of the Muslim woman through the path of the protagonists who defied the norms of the Koran.

Key-Words: Religião Islâmica; Cultura Islâmica; Muslim Women; Patriarchate; Submission.

Índice

Introdução	6
1. Mulher, Religião e o Livro Sagrado	8
1.1. Valores, tradições e crenças	36
1.2. A cultura feminina no Oriente	46
1.2.1. Obrigações e proibições para as mulheres no Islão	61
2. Literatura e Religião.....	65
2.1. <i>Desfigurada</i> , de Rania Al-Baz: “O profeta [que] ensinou o amor e não o ódio” 72	
2.2. <i>Queimada Viva</i> , de Souad: Amor (antes do casamento) e morte	82
2.3. A experiência religiosa nas suas diversas manifestações: a submissão da mulher muçulmana.....	90
Conclusão	96
Referências Bibliográficas.....	98
Referências Webgráficas	101

Introdução

Ao longo da sua vida, o Homem tem evoluído de geração em geração. Desde sempre, tem sentido a necessidade de acreditar numa força superior que explique o sentido da sua existência, razão pela qual, durante séculos, surgiram inúmeras religiões, todas elas com as suas particularidades.

Procuraremos, nesta dissertação, compreender a religião islâmica, a sua cultura, tradições, costumes, rituais, entre outros, dando particular atenção à condição da mulher muçulmana em diferentes países, tais como, China, Arábia Saudita e Cisjordânia. Apesar de nesses diferentes países a religião predominante ser o islão não significa que a mulher seja tratada de forma igual. É, pois, sobre este e outros temas sustentados em factos verídicos descritos em duas obras literárias, *Desfigurada*, de Rania Al-Baz, e *Queimada Viva*, de Souad, que tentaremos demonstrar as diferenças existentes, levantando questões sobre a condição da mulher, tais como: é-lhe permitido ir ao mercado sozinha? A mulher poderá sentar-se à mesma mesa com os pais? Será que tem liberdade para escolher o marido? Terá direito à guarda dos filhos?

A religião muçulmana é uma das três religiões do mundo com maior número de crentes, tendo como pilar a submissão, ou seja, a acção de obedecer a Deus. É a religião descendente de Abraão, mais recente, sendo inflexivelmente monoteísta, e tendo como livro sagrado o Alcorão, revelado ao profeta Maomé (Mohammad), mensageiro de Deus e fundador do islão.

Nessa religião, a mulher é caracterizada pelo uso de lenços específicos para tapar o cabelo, de que pode ser exemplo, a burca, o hijab, o niqab, o xador. É considerada um objecto aos olhos dos homens, embora, para o islão, tanto o homem como a mulher sejam moralmente iguais. No entanto, historicamente, tem-se verificado que a mulher nunca foi tratada de igual forma que o homem. É um ser que existe para servir e satisfazer o homem, sendo forçosamente submissa. Na religião muçulmana, o homem detém o poder público e a mulher o direito ao poder privado, estando inserida no universo do *oikos*.

A desigualdade entre os géneros é uma realidade em todo o mundo, tanto na religião islâmica como em outras religiões existentes, impondo-se como uma forma de o homem controlar a mulher. Mas será assim em todas as religiões? Haverá alguma religião que aceite que a mulher possa ter os mesmos direitos que um homem? Que possa votar? Trabalhar na função pública, ter direito à palavra e a um ordenado semelhante ao de um

homem que desempenha funções idênticas? Para tentar responder a estas e outras perguntas, optamos por recorrer à análise de duas obras literárias que partem de factos reais de mulheres que viveram situações difíceis em nome da palavra sagrada da sua religião.

Através de *Desfigurada*, de Rania Al-Baz, e *Queimada Viva*, de Souad, tentaremos testemunhar a submissão da mulher através de situações concretas de superioridade masculina. Rania Al-Baz, divorciada, trabalhava numa estação de televisão. Foi novamente pedida em casamento, desta vez por um homem que se viria a revelar ciumento. Para evitar que outros homens olhassem para ela, em virtude da sua profissão, o homem desfigurou-lhe a cara ao ponto de a deixar irreconhecível. Em *Queimada Viva*, a protagonista engravidou antes do casamento, facto considerado uma desonra para a família, razão pela qual, o próprio cunhado tentou queimá-la viva. Por milagre, Souad sobreviveu, e no hospital, em recuperação, é a vez da sua mãe tentar envenená-la, devido ao seu acto ser entendido como imperdoável e vergonhoso para o bom nome da família.

Trata-se de factos reais retratados por Rania Al-Baz e Souad que, ainda nos nossos dias, acontecem fruto da religião e do relativismo cultural em que ocorrem. Sabemos que culturas diferentes têm códigos morais distintos. Exemplo disso também poderá ser encontrado em outras obras literárias como, por exemplo, *Vento do Oriente, Vento do Ocidente*, de Pearl S. Buck, obra na qual é notório o conflito civilizacional entre a cultura tradicional chinesa e o mundo ocidental.

Neste sentido, procuraremos ao longo da nossa investigação compreender a experiência religiosa nas suas diversas manifestações e aproximações, não só culturais, históricas, mas também literárias, bem como a sua relação com outras manifestações humanas e o lugar que reservam à mulher.

1. Mulher, Religião e o Livro Sagrado

Em todas as religiões existe uma causa pela qual vale a pena viver. Até mesmo para os ateus, quem não professa qualquer religião existe alguma coisa, por mais insignificante que seja, que os move. As religiões são um ponto de partida para poder haver igualdade entre os praticantes. São compostas por normas que os crentes têm de seguir e cumprir, embora nas respectivas escrituras nem sempre esteja claro o dever de cada indivíduo. Quem lê os livros sagrados das distintas religiões poderá tirar a sua própria conclusão, seja ela má ou boa, dependendo da sua interpretação, já que alguns aspectos podem não ser claros. Exemplo disso pode ser o facto de, na maioria das religiões, os homens interpretarem os textos sagrados como sendo eles os responsáveis pelas mulheres, cabendo-lhes a responsabilidade de sustentar a família. Frequentes vezes, a mulher limita-se a ser a dona de casa que tem a tarefa de cuidar dos filhos. Contudo, se for uma mulher a interpretar as escrituras poderá retirar outra leitura, que não a mesma que o homem supôs, dependendo da maneira como é interpretada e de quem tem a responsabilidade de a transmitir aos demais.

Ao longo dos tempos, em particular na religião muçulmana, a mulher sempre parece ter sido o elo mais fraco em relação ao homem, tendo assumido esse estatuto perante o homem. Durante séculos, o género feminino foi considerado inferior. Durante a história da humanidade a mulher foi quase sempre inferiorizada pela autoridade do homem. Não tinha direitos, a não ser que viesse de uma família poderosa ou que cumprisse uma função superior. Por essa razão, a figura feminina é aquela que é excluída do mundo dos homens e a que pertence apenas ao universo do *oikos*.

Para Cynthia B. Patterson *apud* Pinheiro:

The *oikos*, as composite household of persons and property, was the focus of family identity and interest in the historical Greek world as it first emerges in the poetry of Homer and Hesiod. Despite typically vague modern notions of a primitive clan-based society as the predecessor to the historical society of the polis, early Greek society seems securely rooted in individual households - and in the relationships focused on and extending from those households. These were the relationships that determined a man and woman's place and status in the larger

community, and formed the basis of his or her participation in that community¹ (Pinheiro, 2013: 50).

Podemos também registar a definição de W. Donlan *apud* Pinheiro, que considera que: “*Oikos* is the basic kinship, residential, and economic unit, comprising both the «house» (dwellings, land animals) and the «household». The «household» consists of the family (often an extended family of tree generations) plus servants and adopted members”² (Pinheiro, 2013: 50). Neste sentido, *oikos* parece referir-se a três conceitos: a família, as propriedades dessa família, e em geral, a casa. Refere-se à administração familiar, à esfera do lar e assim à economia de uma casa.

No entanto, também era dado à mulher o acesso à educação, embora, de acordo com alguns registos, esta recebesse uma educação suficiente para conseguir ler. Para alguns investigadores, esta capacidade significa fraqueza política e social, tendo em conta que o homem é o único que tem direito à palavra em público, como por exemplo, num tribunal ou numa assembleia. Em oposição, a mulher encontra-se relegada para segundo plano e, por conseguinte, associada a uma forma de comunicação passiva. A sociedade masculina é a figura que impera, “pois a ela está associado o poder, a liderança, a decisão, a conquista e a produção, quase exclusiva, de saber e conhecimento. Isto relega, de acordo com as fontes literárias, a mulher para um patamar secundário, subalterno ou mesmo marginal” (Pinheiro, 2013: 49).

Apesar do elevado número de mulheres que não tinha acesso à educação, existem dados que referem a existência de mulheres professoras, o que na perspectiva de Joaquim Pinheiro, o papel da mulher tenha ficado conhecido por: “mulher, enquanto mãe, que cria e educa os filhos” (Pinheiro, 2013: 49). Mas isto só era possível dentro do universo do *oikos*, porque à figura feminina era vedado o direito ao ambiente escolar e político.

Hesíodo, no poema *Trabalhos e Dias*, caracteriza a mulher como sedutora, com o objectivo de atingir o topo, a riqueza, não considerando este exemplo de mulher, de confiança. No que diz respeito à possibilidade do matrimónio ideal entre ambos sexos, o

¹ Tradução nossa: “O *oikos*, como agregado familiar composto por pessoas e propriedades, era o foco da identidade e interesse da família no mundo histórico da Grécia, à medida que surge pela primeira vez na poesia de Homero e Hesíodo. Apesar das noções tipicamente vagas de uma sociedade primitiva baseada em clãs como antecessora da sociedade histórica da polis, a sociedade grega primitiva parece firmemente enraizada em famílias individuais - e nos relacionamentos focados e que se estendem a partir dessas famílias. Esses foram os relacionamentos que determinaram o lugar e o *status* de um homem e uma mulher na comunidade em geral, e formaram a base de sua participação nessa comunidade” (Pinheiro, 2013: 50).

² Tradução nossa: “*Oikos* é a unidade básica de parentesco, residencial e económica, compreendendo a «casa» (moradias, animais terrestres) e a «casa». O «agregado familiar» consiste na família (muitas vezes uma família extensa de gerações de árvores), mais servos e membros adotados” (Pinheiro, 2013: 50).

poeta grego sublinha que fora isso, é necessário que o homem se case com uma jovem virgem, para que lhe ensine e assim transmita os costumes e, por ter mais experiência, lhe mostre o papel de educador. Hesíodo acrescenta “que nada há melhor para o homem do que tomar uma boa mulher, nem nada mais terrível do que uma má” (Pinheiro, 2013: 51). Eurípides, em *Hipólito*, também mostra a sua posição em relação ao universo feminino e ao matrimónio:

(...) a mulher é um grande mal: o pai que a gerou e alimentou, para a mandar embora, tem de oferecer um dote, como se fosse de uma peste que se quisesse ver livre. E aquele que leva para casa a sinistra criatura fica radiante por oferecer ao ídolo fatal um ambiente requintado; esforça-se, pobre desgraçado, por enfeitá-la com roupas, destruindo gradualmente a fortuna familiar. (...) Malditas! Nunca me hei-de faltar de odiar as mulheres, nem que me digam que estou sempre a dizê-lo (Pinheiro, 2013: 51-52).

Por sua vez, para Xenofonte, soldado e discípulo de Sócrates, “a natureza feminina não é inferior à do homem em nada, excepto na falta de força e robustez. De modo que, se algum de vocês tem mulher, não deve hesitar em ensinar-lhe o que quiser que ela saiba” (Pinheiro, 2013: 52). Acredita, assim, que para conseguir conciliar e gerir o *oikos* da melhor maneira é necessário haver conciliação entre a “capacidade produtiva do marido com o conhecimento e a eficácia da mulher na administração dos assuntos domésticos” (Pinheiro, 2013: 52). Também Plutarco defende a superioridade do homem perante a figura feminina na vida matrimonial:

A lua, quando se afasta do sol, vemo-la mais luminosa e brilhante, mas desaparece e oculta-se, quando se encontra cerca dele. Ao contrário, convém que a mulher sensata seja vista, sobretudo, na companhia do esposo, mas que se refugie em casa e se oculte quando ele está ausente (Pinheiro, 2013: 54).

Nesta descrição de Plutarco é possível entender que a mulher por si só não tem luz própria, talvez porque o homem não permita que ela tenha o seu próprio brilho, mas dá um certo valor à mulher ao lhe reconhecer as seguintes qualidades: inteligência, coragem, temperança, fidelidade, grandeza de espírito e sentido de justiça. Para Aristóteles, a mulher é de natureza diferente da do homem e considera que não se aplica ao homem o que o verso sofocliano se aplica à mulher: “o silêncio dá encanto à mulher” (Pinheiro, 2013: 59). Critica ainda o fato das mulheres usufruírem de um excesso de

liberdade, que segundo a análise do sistema espartano estas assumem uma posição de grande importância.

Um outro exemplo de inferiorização da mulher pode ser encontrado na proposta do senador Cecina Severo, que proclama que nenhum homem nomeado para o governo poderá levar a mulher consigo, e para que esta proposta seja cumprida, dá como exemplo, o facto de em quarenta anos nunca ter levado a sua mulher, mãe de seis filhos, consigo. No seu ponto de vista, as mulheres causavam perturbações quanto ao luxo, levando a um aumento do terror em tempo de guerra, e que apesar disso:

além de ser o sexo feminino fraco e incapaz de grandes fadigas, são de ordinário as mulheres, quando impunemente o podem fazer, não só vingativas, porém muito ambiciosas de autoridade e riquezas: andam pelo meio dos soldados; põem logo do seu partido os centuriões; e, como havia pouco tinha acontecido, até se viu uma mulher comandar o exercício das cortes, e das mesmas legiões (Pimentel, 2013: 15).

Para Severo, além de atrevida, a mulher é sinónimo de capricho. Dá ainda como exemplo que, quando alguém é arguido por extorsão de dinheiro, a mulher está, em grande parte dos casos, incluída. Lamenta que se veja as mulheres a governar os tribunais, as casas e até mesmo os exércitos.

A mulher é a figura que, por mais que tente sair da sua rotina, está cingida ao universo do *oikos*, ou seja, o seu papel é cuidar da casa, dos filhos e da sua pátria, tendo como qualidades o recato e a fecundidade. Tem de se submeter ao marido, porque é ele que age e decide. Ele tem o papel ativo e a mulher o papel passivo. Mas por representarem o “sexo fraco” e serem consideradas incapazes de fadigas, o homem assume que, se deixar a mulher sem guarda, esta mostra realmente o seu carácter, cruel, volúvel, indomável, intriguista, ambiciosa, e ávida de poder, sendo assim capazes de se apoderarem de tudo aquilo que quiserem, além daquilo que já têm, casa e família, também de todos os outros espaços a que estiveram restringidas.

Na obra de Tácito, *Annales* Vol.3, é possível ler-se para além do código de valores que uma mulher tem de respeitar, uma lista de defeitos e vícios atribuída às mulheres, características consideradas gravemente censuráveis, tais como as que Cristina Pimentel indica:

1. A incapacidade de se controlarem nos desejos e ambições, a sede de mando e de poder, o caráter intratável, a inquebrantável *muliebris impotentia*.
2. O caráter destemperado, violento, injusto e egoísta.
3. A indomável soberba.
4. A animosidade amiúde sentida contra outras mulheres.
5. As rivalidades funestas mantidas com outras mulheres, as inimizades que as levam a provocar a desgraça alheia.
6. A fraude e a impostura que as caracteriza.
7. As amizades de que se servem para intrigar e o tráfico de influências a que se dedicam.
8. A incômoda ou indevida importância que se arrogam.
9. O péssimo conselho que (quase) sempre dão.
10. Os lamentos e o choro que lhe são comuns, sinal de fraqueza, desnorte ou impostura.
11. A vaidade dos enfeites e dos adornos da mulher, por natureza leviana e fútil.
12. As manchas e artifícios tipicamente femininos, como as artes de sedução, as blandícias, as lisonjas com que intentam conquistar o que cobiçam.
13. O desejo fatal que despertam nos homens e os fazem cometer os maiores crimes e desmandos (Pimentel, 2013: 18/19).

Na obra de Tácito, é possível depreender a visão negativa associada à mulher, através do seu discurso pródigo em adjetivos, verbos, substantivos e advérbios negativos. Mas Tácito acredita também que pode depender da família donde vem, e dá um exemplo, caracterizando Popeia, mulher que tem tudo, mas que lhe falta a honestidade. Para ele, uma mulher que agregue em si beleza, um estrato social de relevo, riqueza, inteligência representa uma mulher hipócrita e de falsa moralidade. Uma mulher honesta é aquela que cumpre o seu dever de dona de casa, de mãe, de filha, de mulher, e dispensa dar nas vistas, ser elogiada, dar que falar. São as mulheres que choram os mortos e parentes falecidos, mas também são elas as incriminadas por chorarem essa perda, como por exemplo uma mulher que foi morta por chorar a morte do filho, vítima de Tibério.

Há também aquelas mulheres que têm uma coragem grandiosa, que sem estarem incriminadas, escolhem o suicídio: umas concretizam-no e outras são impedidas pelo próprio marido. São elas que, se não seguem o marido na sua morte, são mantidas vivas sem alegria e assim silenciadas pela dor. As mulheres é que acompanham o marido no exílio, mas por o terem feito vêm depois os seus bens serem confiscados. São elas que recebem o corpo para poder sepultá-los, sejam eles os maridos, ou até mesmo os filhos que outrora deram à luz. Porém, Tácito também refere outro tipo de mulheres, aquelas que, mesmo sendo de ínfimo tamanho e por vezes sem nome, têm parte na sua obra, as

que não se deixam rebaixar. A mulher deve limitar-se apenas a “ser” enquanto o homem deve “tornar-se”, isto é, expressar-se através das suas ações e perante as possibilidades preservar sempre a sua identidade. É a esta característica que Dolores Mirón Pérez se refere quando indica que:

Las mujeres han sido conceptualizadas a partir de la apropiación de sus cuerpos, su sexualidad y su reproducción, como seres-para-otros, en tanto no tienen entidad en sí mismas [...]. Al pensamiento griego debemos la concepción, tan arraigada en Occidente, de que las mujeres son elementos pasivos, vinculados a la estabilidad, y los hombres activos, caracterizados por la movilidad. Las mujeres son, los hombres hacen. De ahí que la capacidad de acción, y en especial de acción pública fuese prerrogativa de los hombres libres³ (Llorente, 2015: 89).

A mulher é assim a figura que está ligada à imobilidade e que preside no espaço do *oikos*, inteiramente conetada à esfera doméstica, privada do campo da empresa, ao contrário do homem, que está ligado ao transitório e ao espaço do deslocamento, conetado com o exterior, campo aberto. Acerca das características entre o feminino e o masculino, Jean-Pierre Vernant escreve que:

El espacio doméstico, provisto de un techo (protegido) es, para el griego, de connotación femenina. El espacio exterior, de la calle, de connotación masculina. La mujer en la casa está dentro de su dominio. Su lugar está allí; en principio ella no debe salir de la casa. El hombre representa, por el contrario, dentro de la “oikos”, el elemento centrífugo: a él le incumbe abandonar el claustro tranquilizante del hogar para afrontar las fatigas, los peligros, los imprevistos del exterior; a él, establecer los contactos con el exterior, entrar en comercio con el extraño. Se trate del trabajo, de la guerra, de los asuntos comerciales, de las relaciones amistosas, de la vida pública, que tenga lugar en los campos, en el ágora, sobre la mar o por carretera, las actividades del hombre están dirigidas hacia el exterior⁴ (Llorente, 2015: 90).

³ Tradução nossa: “As mulheres são conceptualizadas a partir da apropriação dos seus corpos, da sua sexualidade e da sua reprodução, como seres para os outros, uma vez que não possuem entidade em si [...]. Ao pensamento grego devemos a conceção, tão arraigada no Ocidente, que as mulheres são elementos passivos, ligados à estabilidade, e os homens ativos, caracterizados pela mobilidade. As mulheres são, os homens fazem. Portanto, a capacidade de ação, e especialmente a ação pública, foi uma prerrogativa dos homens livres” (Llorente, 2015: 89).

⁴ Tradução nossa: “O espaço doméstico, provido de um teto (protegido), é para o grego de conotação feminina. O espaço exterior, da rua, com uma conotação masculina. A mulher na casa está dentro do seu domínio. O lugar dela é lá; em princípio, ela não deveria sair de casa. Pelo contrário, o homem representa dentro do "oikos" o elemento centrífugo: cabe a ele deixar o claustro tranquilizador da casa para enfrentar o cansaço, os perigos e os imprevistos do exterior; para ele, estabelecer contatos com o exterior, negociar

Contudo, apesar do papel da mulher pertencer ao espaço do *oikos*, a palavra feminina é como um mediador entre os dois territórios, inserindo as características do mundo das mulheres no mundo exterior dos homens. Quando as mulheres falam, aquilo que provém dos seus lábios é comparado à faculdade de persuasão, a arte de persuadir, convencer e dissuadir os homens a realizarem aquilo que desejam, apesar deste poder de dissuasão ser apenas permitido exercer, legitimamente, pelos homens, sendo portanto proibido às mulheres. Todavia, uma variante que lhes permite ter poder de dissuasão é o uso de encorajamento, que vem acompanhado por expressões emocionais, tais como, o choro, para poder implorar, suplicar ao homem.

Concebida como sedutora e artilosa pelos imortais, a mulher é também considerada responsável por todos os males silenciosos e invisíveis, tais como a peste, a fome, a mortalidade, doenças, entre outros. Por essa razão, os gregos adjetivaram a mulher de “ser inferior”, embora tenham, em simultâneo desenvolvido um perfil feminino imaginário digno de elogio, atribuindo então à mulher ideal para esposa, características como fidelidade, castidade, silêncio. Aos olhos masculinos a mulher foi sempre representada como um mero objecto. Pat Barker, no seu recente livro *o Silêncio das Mulheres* (2020), vem dar voz às mulheres da antiguidade que foram silenciadas pela História, mas que agora se fazem escutar. A autora conduz o leitor para o mundo do mito, através dos heróis da *Ilíada*, retratando a história das mulheres no poema de Homero, convidando-o a escutar as vozes femininas e esquecidas e até mesmo desvalorizadas.

O corpo feminino parece ter sido quase sempre considerado fraco, incapaz e assim inferior. O seu lugar pertencia à esfera doméstica. As suas actividades pautavam-se sobretudo por tecer tapetes e vestes para os maridos, filhos, e “mestres”. A título de exemplo, Aquiles, filho de Peleu, rei de Ftia, e de uma Deusa, Tétis, filha do Oceano, “tinha certamente muitas escravas, todas com diferentes funções: tecer, cozinhar, preparar-lhe o banho, lavar-lhe os lençóis e a roupa...” (Barker, 2020: 41). A Mulher pertencia assim ao espaço privado, enquanto o espaço do homem era no campo de batalha, no lugar público: “Eles eram homens, e livres. Eu era mulher, e escrava” (Barker, 2020: 167). A mulher era ainda representada como um mal, uma praga, embora necessária para poder gerar herdeiros. Caso não conseguisse dar ao homem um herdeiro, continuava

com o desconhecido. Seja trabalho, guerra, relações comerciais, relações amistosas, vida pública, que ocorre nos campos, na ágora, no mar ou na estrada, as actividades do homem são direccionadas para o exterior” (Llorente, 2015: 90).

sendo a sua esposa, apesar de ser lícito o marido procurar outra mulher que lhe pudesse dar um filho.

Na visão de Barker, na sua maioria, o homem parece nunca ter dado o valor merecido às mulheres, mas quando estas decidem falar e fazer-lhes frente, estes tendem a ficar cegos perante a agressividade das mulheres. Só eles se consideram guerreiros porque usavam capacetes e armaduras. As mulheres eram vistas como objetos, como “coisas”, porque cada vez que uma cidade era tomada elas eram escolhidas para serem os prémios de honra dos homens: “*Ela* não lhe pertence, ele não tem direito a *ela*, como se eu fosse uma coisa” (Barker, 2020: 133). Eram tratadas como meros objectos e como troféus. Logo, a figura feminina é aquela que sofre sempre mais em batalha, é aquela que chora pelos seus entes queridos, mortos em batalha, e pelo rumo que a sua vida toma depois da sua cidade ser tomada pelo inimigo. A este propósito, Barker, através da voz da rainha Briseida, conta um episódio quando Linersso, cidade vizinha de Tróia, foi tomada por Aquiles:

As escravas da cave foram as primeiras a ser arrastadas para o exterior. Observando ainda do telhado, vi uma mulher ser violada várias vezes por um bando de homens que partilhavam um jarro de vinho, passando-o, bem-dispostos, de mão em mão, enquanto aguardavam a sua vez (Barker, 2020: 28).

As figuras femininas foram criadas por Ájax com o seguinte ditado: “o silêncio assenta bem às mulheres” (Barker, 2020: 345), para sublinhar que desde sempre o homem exerceu o poder da fala, sendo apenas reservado à mulher a função de dar ao homem a satisfação sexual, um herdeiro, comida e roupa limpa. É aquela que serve para cuidar do homem quando este estiver velho. Além da maneira como o homem as tratava, a guerra era para as mulheres uma outra forma de sofrer, através da perda de alguém próximo. Além do sofrimento provocado pela guerra, sofrem também por serem obrigadas a estar com alguém sem ter direito ao luto e à palavra, como foi o caso de Andrómaca, filha do rei Tebas, esposa de Heitor e nora de Príamo em *O silêncio das mulheres*:

O seu único filho estava morto e, nessa noite, esperavam que ela abrisse as pernas para o seu novo dono, um adolescente borbulento, filho do homem que matara o seu marido (Barker, 2020: 367).

Apesar de a mulher ser considerada inferior não passa despercebida à população. Se infringir uma lei, por exemplo, será punida e na religião muçulmana são muitas as restrições e obrigações que a mulher tem perante o homem e o Alcorão, normas que iremos abordar num dos capítulos seguintes. Na Bíblia, a mulher é a representação do mal, porque é dito que a serpente iludiu Eva, prometendo-lhe que se comesse da árvore proibida seria “como Deus”, isto é, seria conhecedora do bem e do mal. Assim, fora Eva quem cometera o pecado e persuadira Adão a comer o fruto proibido, tornando-se um argumento muito forte sobre a cumplicidade da mulher com o demónio e a representação da imagem da tentação.

No caso particular do Alcorão, não há registo de quem desobedece primeiro. Apenas é dito que Satanás (*Shaitan*) conduziu ambos, mulher e homem, ao pecado. Assim, não há uma culpabilização direta dirigida à mulher por conduzir o homem à tentação, ou vice-versa, como no livro sagrado da Religião Católica.

O aparecimento do conceito de monogamia parece propor um sinal de respeito à mulher através de uma limitação da autoridade do homem. No Génesis (1: 27), está explícito que: “Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher” (Quevedo, 2017: 146). Deus criou o ser humano à Sua semelhança logo, somos todos iguais, e o Cristianismo confirma: “Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher, porque todos sois um só em Cristo Jesus” (Quevedo, 2017: 146).

As desigualdades e a violência contra as mulheres que sempre existiram parecem assim a ser obra do ser humano, tendo em conta que, de acordo com o Livro Sagrado, Deus olha para ambos como seres iguais. Também a Mãe de Jesus, Virgem Maria, foi objecto de discussão. Como seria possível ser mãe de um Deus e de um homem em simultâneo? A natureza de Jesus foi igualmente questionada, porque os “monofisistas” não aceitavam a possibilidade de ser Deus e homem em simultâneo. Contudo, com o tempo, surgiu os “diafisistas” que defendiam as duas naturezas, prevalecendo assim esta hipótese, e sendo assim reconhecida Virgem Maria como Mãe de Jesus e Mãe de Deus. Podemos assim ter em atenção a importância que teve Maria como Mulher e olhar para os dias de hoje e entender que as atividades humanas podem beneficiar com a presença feminina como, por exemplo, na maternidade e na escola.

Cada religião tem o seu modo particular de relatar acontecimentos e situações, deixando ao crente a possibilidade de interpretar acontecimentos, como já tivemos oportunidade de referir. Por exemplo, comparar um caso de adultério numa família

muçulmana sunita portuguesa e numa família muçulmana afegã. A primeira família sofreria dor, tristeza enquanto a segunda família seria caso para um julgamento público, cujo castigo seria cruel e inaceitável na cultura ocidental. Na Xaria, a punição para um acto de adultério é similar para o homem e para a mulher. Contudo, é a mulher que na maior parte das vezes é considerada culpada, uma atitude que não é exclusiva dos muçulmanos. Para demonstrar que todos os pecadores, homem e mulher, eram redimíveis, Jesus exibiu a companhia de Maria Madalena, caracterizada como a mulher dos “sete demónios”. No entanto, era uma mulher com uma coragem e fé enormes, sendo tratada por Jesus como um dos apóstolos. Esteve presente na crucificação do filho da Virgem Maria e foi a quem Jesus Ressuscitado apareceu e a quem deu a missão de anunciar a Boa Nova aos discípulos, vindo a ser mais tarde reconhecida pelos católicos e ortodoxos como Santa.

Virgem Maria e Maria Madalena foram duas mulheres que constituíram um exemplo do respeito merecido às mulheres. Todavia, se essa atitude não teve continuidade é porque o mundo dos homens não deixou isso acontecer. A forma mais ligeira de depreciar uma mulher sempre foi e sempre será acusá-la de prostituição. Com o passar dos séculos, sobretudo a partir de finais do séc. XIX, a mulher viria a ser reconhecida pelo homem como uma pessoa com direitos, depois de as mulheres lutarem pelo direito ao voto.

No islão, embora não houvesse distinção entre homens e mulheres, recaía no homem a responsabilidade jurídica e religiosa das leis do patriarcado, da poligamia e até da própria organização familiar. No Alcorão e na Xaria não havia espaço para os direitos das mulheres. Exemplo disso é o facto de, na Arábia Saudita, a mulher não poder ainda conduzir.

Um outro exemplo que distingue as mulheres muçulmanas, principalmente no Paquistão, na Ásia Central e no Afeganistão, é o uso de burka, que não faz parte do texto sagrado, mas que é usada para ocultar a mulher e impedi-la de ter qualquer tipo de comunicação com o exterior, privando-a do seu direito à liberdade e à individualidade: “é uma prisão e prova de obediência real a uma sociedade que despreza a mulher, sem justificação religiosa nem prova de fé nenhuma” (Quevedo, 2017: 160).

O Islão, como também o Judaísmo e o Cristianismo, além de serem agrupadas e classificadas como religiões abraâmicas, têm em comum o mesmo Deus e não só, também Abraão, “de quem o povo de Israel vai descender, a quem Deus falou e com quem Deus fez uma aliança fundadora. Abraão será nomeado o pai da fé para os judeus, cristãos e

muçulmanos” (Quevedo, 2017: 18). Para os muçulmanos, além de Abraão ter sido o primeiro homem escolhido por Deus, era um exemplo de fé e não era nem judeu nem cristão. Este povo foi escolhido para descender do primeiro filho de Abraão, Ismael.

As religiões abraâmicas partilham o mesmo Deus e existe um episódio na história entre Deus e os homens que deve ser cumprido, não só pelo povo israelita, mas por toda a humanidade. É o designado Pacto com Noé ou as Leis de Noé. São sete os mandamentos:

- 1- *Avodá zará*- Não praticar a idolatria.
- 2- *Birchat hashem*- Não blasfemar.
- 3- *Shefichat damim*- Não matar.
- 4- *Gilui arayot*- Não praticar imoralidades sexuais.
- 5- *Gezel*-Não roubar.
- 6- *Ever min hachai*- Não maltratar animais.
- 7- *Dinim*- Estabelecer sistemas de justiça e tribunais (Quevedo, 2017: 28).

São estes sete princípios que têm de ser cumpridos e defendidos pelos cristãos, judeus e israelitas para que sejam reconhecidos como pessoas justas, sejam crentes ou não.

Numa breve cronologia podemos entender que a primeira religião a existir, de certa forma organizada, foi o Judaísmo, com os preceitos da Torá, a lei judaica, que durante mais de 2 mil anos antes de Cristo terá sido a única religião monoteísta. Há cerca de 2 mil anos surgiu o Cristianismo, tendo como livro Sagrado a Bíblia. Para o Judaísmo foi entendida como uma religião que veio confundir tudo aquilo que haviam construído durante anos. Mais tarde, no século VII, quase setecentos anos depois de Cristo, surge uma terceira religião monoteísta, o Islão, com o livro sagrado Alcorão, trazida por Maomé, com uma versão do mesmo Deus de judeus e cristãos, embora renovada.

O islão é assim a mais recente religião monoteísta existente no mundo, nascida sensivelmente há 1400 anos, 600 anos depois de Cristo, e tem como significado “entrega a Deus (Alá)”. Frequentes vezes, o seu entendimento é considerado confuso e usado de forma incorreta, razão pela qual Peter Demant ajuda a clarificar a diferença entre a utilização da palavra “muçulmano”, “islamista” e “islã”:

O termo muçulmano refere-se a um fenómeno sociológico, enquanto islâmico diz respeito especificamente à religião. Desta maneira, por exemplo, pode-se afirmar que o Paquistão possui

uma maioria muçulmana; mas nem por isso é um Estado islâmico. Islamismo e islamista, por sua vez, são utilizados para definir o movimento religioso radical do islã político, inspiração do que também se chama popularmente de fundamentalismo muçulmano. É, portanto, confuso e incorreto usar o termo islamismo como sinônimo de islã (Demant, 2013: 18).

Além disso, segundo Peter Demant, a palavra islão tem também outra determinação:

O termo islã é usado ainda para definir determinadas áreas geográficas e civilizacionais, como a península arábica ou o chamado Oriente Médio, onde a religião islâmica é predominante. Na verdade, se a palavra árabe refere-se a um povo específico, Oriente Médio diz respeito a uma região geográfica em particular e islã, como vimos, a uma religião. Toda essa confusão tem origem no caráter total do islã, que é mais do que um simples corpo de crenças, mas algo que influencia e determina (ou pelo menos pretende determinar) toda a vida social e mesmo as esferas da economia, da política e das relações internacionais (Demant, 2013: 19).

Quanto aos termos “árabe” e “muçulmano”, ambos coincidem, porque, referente à península da Árabia, a maioria dos árabes tornaram-se muçulmanos.

A religião islâmica recorre às normas do Livro Sagrado, Alcorão, que provém do árabe “Al-qur’ân”, que significa Recitação. É conhecido, segundo a sua tradição, que todo o livro é a palavra exata que Deus revelou ao anjo Gabriel que, por intermédio de Maomé (Mohammad), foi transcrito para que os seus discípulos pudessem seguir os seus ensinamentos. A revelação do seu Deus, Alá, que pode ser comparado a Jesus, no Cristianismo, é um livro transcrito em árabe e que só tem significado nessa mesma língua. Se for traduzido será um texto considerado repetitivo e cansativo enquanto que em árabe, a sua língua original, é um texto cantado e cheio de emoção.

Esse livro é chamado a revelação de Deus (Alá), no qual a mensagem é passada ao profeta Maomé, o escolhido para transmitir aos seus companheiros a palavra de Deus. Contudo, estas revelações não são transmitidas todas ao mesmo tempo. Chegam em fragmentos, e sempre que Maomé escuta, vai de imediato contar aos seus companheiros, e pede-lhes para que não decorem, mas antes recitem em todas as orações e escrevam múltiplas cópias. Os seus capítulos não estão escritos por ordem cronológica e os muçulmanos são obrigados a ler e a recitar o livro em árabe, a sua língua original, embora haja inúmeras traduções da mesma. Muitas destas traduções não são apoiadas pela

maioria dos seus seguidores pois pode haver erros de interpretação do texto sagrado, porque no Alcorão existem muitas palavras que na sua tradução para outras línguas têm outros significados, dependendo do contexto em que o leitor as interpretar.

O Alcorão é muito complexo, exigindo uma atenção extrema na maneira como é lido e entendido. É de difícil compreensão até mesmo para um muçulmano de origem árabe, razão pela qual um muçulmano de origem não árabe, por vezes, não consegue compreender o verdadeiro significado das palavras que recita quando faz as orações. Este livro serve de inspiração para a *Xaria*, o sistema legal da religião islâmica.

Foi no Médio Oriente, mais precisamente perto de Meca, numa gruta no Monte da Luz, que o profeta do Islão, Maomé, ouviu os seus primeiros chamamentos, para proclamar a palavra de Deus (Alá). Foi nesse lugar que se terá dado a revelação e a atuação do profeta, e de onde terão partido as primeiras expansões do Alcorão, tendo como língua sagrada o árabe. Maomé, que tem como tradução “Muhammad”, nasceu em Meca, aproximadamente entre o ano 570 d.C., e terá morrido no ano 632 d.C.. Maomé, que foi o fundador da religião islâmica, era considerado uma pessoa comum. Na sua juventude, tinha como profissão guardar rebanhos no deserto, tendo aos vinte e cinco anos passado a exercer a função de condutor de caravanas ao serviço daquela que seria a sua futura esposa, Khadija, uma viúva rica, muito mais velha do que ele.

Maomé tinha cerca de quarenta anos quando ouviu os primeiros chamamentos, através do arcanjo Gabriel, que lhe terá aparecido em sonhos. Trazia consigo um livro e ordenou a Maomé que o lesse. Este terá repudiado em sonhos aquela ordem. Todavia, após um longo período de reflexão, Maomé acabou por aceitar a missão que o anjo lhe havia destinado. Terá sido cerca do ano 610 que o profeta interveio pela primeira vez em público, pregando sobre uma vida agradável junto a este Deus, Alá, monoteísta, e o único senhor do antigo santuário árabe, que era politeísta em tempos, a Caaba, situada em Meca. Maomé não era bem visto pela população de Meca e com o decorrer do tempo, passou a ser visto como uma ameaça referente ao estilo de vida que estes habitantes levavam até à sua chegada. Na perspectiva de Hattstein, “foi vítima de diversas campanhas de difamação e escárnio, levadas a cabo quer pelos árabes de Meca, quer por judeus e cristãos” (Hattstein, 2000: 94). Estes conflitos levaram a que Maomé e os seus fiéis discípulos abandonassem a sua terra natal e fossem para Medina, tendo sido esta retirada de Meca para Medina que marcaria o início da era islâmica.

Em Medina, Maomé foi bem acolhido e ganhou a confiança dos habitantes de tal forma que era chamado muitas vezes para apaziguar conflitos. Depois de ter ganhado o

prestígio da população, “Maomé investiu armado contra a sua cidade natal, numa tentativa de transformar a Caaba num santuário puramente muçulmano e monoteísta.” (Hattstein, 2000: 95). A Caaba é o santuário de maior importância para o povo islâmico, no qual, aquando das peregrinações, os peregrinos sempre rezam nesse local. É conhecido pela sua forma de um cubo, coberto por um manto preto de seda, no qual estão escritos versos do Alcorão bordados ricamente a ouro, embora durante a época das peregrinações a Caaba seja coberta por um tecido branco. Nesse templo apenas é permitida a entrada de muçulmanos. Dentro do santuário encontra-se a Pedra Negra Sagrada, que originalmente era de cor branca, mas que segundo se acredita, terá ficado preta devido aos pecados dos peregrinos.

Maomé é considerado como o último de uma longa cadeia de profetas. Antecedem-lhe Abraão (em árabe: Ibrahim), Moisés (em árabe: Musa) e Jesus (em árabe: Isa). “Abraão é, para os crentes, exemplo de devoção e obediência a Deus.” (...) “Moisés é referido no Alcorão como «o eleito», e enquanto anunciador da lei.” (...) “Jesus é considerado o precursor direto de Maomé” (Hattstein, 2000: 96). No Alcorão, é mencionado o nascimento imaculado de Jesus, dado à luz pela sua mãe, Maria, a eleita por Deus, mas nega que a sua morte fora numa cruz. Tão pouco é mencionada a sua ressurreição, como é para os cristãos a história de Jesus e da celebração da Páscoa, face à sua milagrosa ressurreição. O Alcorão nega também o fato de Jesus ser considerado filho de Deus, porque para o islão, Deus (Alá) é um só, logo, não tem filhos, embora alguns estudiosos do livro sagrado acreditem que Jesus irá regressar no fim dos tempos, como muçulmano e um rei justo que dominará o mundo.

Para os muçulmanos crentes, o *Alcorão* é o livro sagrado onde se encontra registada a revelação direta de Deus, tal como anunciada por Maomé aos homens. O *Alcorão* é a norma máxima de comportamento do mundo, um livro de orientação correta, de instrução e de edificação para todos os crentes. A palavra *Alcorão* é, em árabe, Qur’ána e vem de qara’a, que significa «ler» (Hattstein, 2000: 96).

O Alcorão, composto por 114 suras (capítulos) sem seguir uma ordem cronológica, está escrito conforme a anunciação de Maomé, que conduz a asserções que são por vezes contraditórias. Todas elas, com exceção da sura 9, começam invocando o nome de Alá. Como já foi mencionado anteriormente, o Alcorão está escrito em árabe por inspiração de Deus, motivo que leva à resistência dos crentes face à sua tradução para

outras línguas. É “considerado de origem divina, eterno e não criado, já existente em Deus, sob a forma de “Livro Celestial Primordial” (umm al-kitab; que significa a “Mãe do Livro”) e na “Palavra de Deus”” (Hattstein, 2000: 97).

Os registros revelados por Maomé no Livro Sagrado podem ser divididos em quatro diferentes períodos, sendo três deles inseridos em Meca e o quarto período em Medina:

Todas as revelações de Meca possuem como objetivo a conversão dos não crentes e descrevem vivamente os prazeres do Paraíso para os crentes e os tormentos do Inferno para os não crentes. As suras do primeiro período de Meca são breves, rítmicas e poéticas. As suras do segundo período de Meca são tranquilas e contemplativas no que diz respeito ao estilo, e narram histórias exemplares do antigo mundo árabe e de áreas emáticas da Bíblia. O terceiro período de Meca é linguisticamente muito prosaico e caracterizado por inúmeras repetições. O período de Medina luta pela autonomia do islamismo para se demarcar particularmente da fé judaica (Hattstein, 2000: 97).

Quando o arcanjo Gabriel apareceu a Maomé para lhe revelar a palavra de Alá, ordenou-lhe que recitasse as mais antigas linhas do Alcorão, constituídas pelos seguintes versos:

Lê em nome de teu Senhor que tudo criou;
Criou o homem de um coágulo de sangue.
Lê que teu Senhor é generoso,
Que ensinou o uso do cálamo.
Ensinou ao homem o que este não sabia (Demant, 2013: 31).

Depois da morte de Maomé, em 632, a revelação foi entendida como terminada. Apesar do exemplo que o profeta foi para o islão, e mesmo depois da sua morte, o islamismo primitivo continua a ser entendido como a união entre a religião e a política. No entanto, a primeira fase que representou a história do islão foi a dos califas ortodoxos, e com a morte do profeta sucedeu-se uma grande tensão, tendo surgido duas novas tendências inclinadas para o motivo de quem seria o sucessor de Maomé. Os seus sucessores são os chamados califas (que vem do árabe *chalifa*, e significa «seguidor, representante»), que têm como função a orientação religiosa da comunidade e controlar a organização do seu território. Além dessas funções são considerados também os representantes de Deus na Terra. A primeira tendência era ainda minoritária e pretendia

que a linhagem profética fosse apenas reservada à própria família do poeta, onde o pretendente seria o genro de Maomé, Ali ibn Talib, marido da sua filha, Fátima. Relativamente à opinião da segunda tendência, aceitavam que poderia ser qualquer fiel candidato, desde que a comunidade o aceitasse.

Contudo, o consenso debruçou-se no antigo companheiro e sogro de Maomé, Abu Bar, “que consolidou o poder muçulmano sobre os árabes” (Demant, 2013: 47) que, com o seu prestígio, consegue manter a comunidade então dispersa, unida. Em 634, Abu foi sucedido pelo segundo califa, Umar ibn al-Khattab, também conhecido como sogro de Maomé, “que conquistou vastas áreas fora da península, principalmente do Império Bizantino: Egito, Síria, Palestina, Mesopotâmia e partes do Cáucaso caíram nas mãos dos muçulmanos” (Demant, 2013: 47). Neste período de conquistas militares, a religião islâmica adotou um princípio de tolerância, onde os “povos das escrituras”, os judeus e os cristãos, estavam na proteção do islão, designados como “protegidos” (*dhimmi*). Era permitido que estes povos pudessem praticar a sua fé no império islâmico, com a condição de pagarem um imposto *per capita* ao líder. Ainda nos dias de hoje, o princípio *dhimmi* é praticado.

O Império Persa não foi conquistado pelas mãos do segundo califa por não dispor de reservas territoriais e militares adequadas. Por esse motivo, o terceiro califa, Uthman ibn Affan (644-656), conquistou-o, derrotou-o e ainda islamizou-o, razão pela qual o islão começou a ganhar riquezas.

Por conseguinte, todas as citações de Maomé foram reunidas e analisadas sob a protecção dos três primeiros califas, sendo apenas no domínio do último califa, Uthman, que o Alcorão foi dado a conhecer aos crentes. Após o assassinato do último califa, sucedeu-se Ali (656-661), primo e genro de Maomé, aceite pela comunidade xiita como o único sucessor legítimo do profeta. Foi sob o domínio de Ali que a união da comunidade se desmoronou, e então em 657, ainda sob o seu domínio, deu-se a primeira separação dos muçulmanos. Os Kharejitas (vem do árabe *charadscha*, e significa «ir embora, partir»), foram a primeira parte da população a se separar da comunidade, criando uma identidade própria, reivindicando um islão único, com orientação do Livro Sagrado, o *Alcorão*. No entanto, Ali não desistiu e voltou a tentar unir a comunidade muçulmana, mas sem sucesso, acabando por ser morto no ano 661.

O primeiro grupo dos quatro califados são designados pelo islamismo sunita como os «quatro califas bem guiados». Para os sunitas, as ações e a vida destes califas são exemplares, como também é exemplar a vida do profeta e, são a contituição da *sunna*

(vem do árabe, com significado “caminho trilhado”). Depois da morte de Ali, o governador muçulmano, Muawiya, o maior opositor de Ali, ganhou a posição de califa. Durante o seu califado, Muawiya fundou a dinastia dos omíadas (661-750) e aumentou o seu império, dotando-o de uma estrutura apropriada. Essa dinastia dos omíadas terminou por volta de 750 derrubados pela dinastia dos abássidas (750-1258), sob o domínio do segundo califa, al-Mansur, que escolheu como nova residência do povo abássida a cidade de Bagdad, sendo o palácio do califa, posteriormente transformado num centro de ciências e artes. É durante o califado de Harun ar-Rashid (786-809) que a dinastia dos abássidas atingem o ponto alto a nível cultural, ficando conhecido sobretudo pelas *Mil e Uma Noites*.

Com o tempo, a cidade de Bagdad transforma-se num centro mundial de ciência e de filosofia, com a intervenção do erudito al-Mamun, filho do califa ar-Rashid. No entanto, no século X, o califado de Rashid começou a desmoronar-se, com a sangrenta invasão mongol, no ano 1258, chefiada por Hulagu Chan. A queda do império conduziria à ascensão de dinastias locais, destacando-se - dominante na Palestina, no Egipto e na Síria, sob a autoridade do sultão Baibar (1260-1277) – a dinastia dos Mamelucos, conseguindo “deter o avanço dos mongóis no Oriente e eliminar os últimos estados das cruzadas cristãs” (Hattstein, 2000: 108).

Desde o início do seu império, o califado mantém relações comerciais com a Ásia e a Europa, que levaram à riqueza de cidades como Veneza e Génova, através do comércio marítimo vindo do Oriente. A Espanha e o Império Romano foram também locais cruciais para as trocas comerciais existentes entre o Ocidente e o Oriente. Desde o século XI, a expansão do espírito das cruzadas na Europa teve uma importância significativa na relação entre a religião cristã e islâmica:

A essência das cruzadas uniu todas as esferas da cristandade, dos soberanos e nobres aos agricultores e pobres, numa mistura singular de religiosidade, de esperança de salvação, de aspiração ao lucro, de espírito de aventura e de fanatismo (Hattstein, 2000: 108).

O espírito das cruzadas é considerada a primeira expansão cristã na Europa, tendo como propósito a recuperação de Jerusalém. Embora muitas das cruzadas tenham tido um fim desastroso, o reino de Jerusalém e outros estados como a Síria e a Palestina mantiveram-se durante algum tempo. Uma possível justificação para esse desfecho

desastroso refere-se ao conceito aplicado pelos mesmos aos inimigos muçulmanos, judeus e ainda cristãos orientais como “pagão bárbaro”, motivo para um conjunto de massacres durante as suas tentativas de conquistas, mas que tiveram uma retaliação ao mesmo nível por parte dos muçulmanos. Foi até ao século XIII que as cruzadas existiram, extinguindo-se no ano 1291, com a conquista de Akko pelos Mamelucos.

Na Europa, após o ano 711, Espanha e Portugal, com exceção de algumas províncias do norte, foram invadidos pelos árabes através de Gibraltar, dirigindo-se depois para França, não tendo tido grande sucesso, já que foram derrotados no ano 732, na Batalha de Tours e de Poitiers. Em Espanha, o emirado de Córdoba, constituído pela dinastia dos Omíadas, em 756, integrou o centro espiritual e político do islão. A partir desse momento, a Espanha moura transformou-se num centro artístico, espiritual e mercantil, influenciando a ciência europeia, devido à coexistência entre o cristianismo, islão e judaísmo, cada um na sua diversidade. O islão teve o seu primeiro momento, em Espanha, sob a proteção do emir Abderramão III (912-961), conhecido como o “fundador da cidade-palácio de Medina az-Zahara” (Hattstein, 2000: 109).

Não foi apenas pelas mãos dos árabes que surgiram algumas formas culturais e artísticas em Espanha, mas também através de cristãos que viviam em território muçulmano, como também através dos muçulmanos que viviam no território cristão. No século XI, o emirado de Córdoba dividiu-se em pequenos estados, tendo um desempenho cultural significativo na ciência e na arte. Em 1492, no Sul, o território mouro de Granada foi conquistado pelos reis católicos. Da Ásia Central para a Europa vieram povos islâmicos, sendo os turcos o povo mais importante e mais bem sucedido, governado desde 1281 pela dinastia dos otomanos. No século XIV, os turcos partiram de Anatólia e avançaram sobre o povo bizantino, nos Balcãs, conseguindo derrotá-los, em 1453, invadindo através de Constantinopla, sob o califado de Mehmed, o chamado Conquistador, transformando-a na capital da dinastia otomana, actual Istambul. Inicialmente, ocuparam a Hungria, a Tunísia, o Egipto e o Azerbaijão e sobretudo dominaram a maioria das ilhas Mediterrâneas.

No século XIX, depois de algumas tentativas de reforma, o império otomano entrou numa visível decadência. Em 1924, Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938), após a primeira guerra mundial aboliu o sultanato com o objetivo de modernizar, secularizar o Estado, renovando a Turquia, tornando-a numa república através da escolarização e da educação. Na Índia, o islão chegou por intermédio de conquistas e através da via comercial, o mesmo não tido acontecido no Sudeste da Ásia, na Indonésia e na Malásia,

que chegou de forma considerada pacífica, a partir do século XIII, através de contatos comerciais. É talvez por esse motivo que o islão praticado nessas regiões apresentava muitas particularidades. Não havia uma união religiosa, já que havia misturas entre a religião islâmica com as religiões indígenas locais.

No século XX, o islão, na sua luta pela liberdade anticolonialista foi de uma importância significativa. Foi a religião oficial da Indonésia, o país islâmico constituído pela maior densidade de população do mundo, que assegurou a coexistência dos vários formatos religiosos. Foi Babur (1483-1530), no Norte da Índia, que em 1526 fundou a dinastia islâmica dos mongóis, onde ele e os seus sucessores decretaram que os hindus seriam seus os “protegidos” e esperavam assim conseguir uma integração de ambos os formatos religiosos, formando um grande império regido apenas pela lei islâmica. Foi sob o mandato de Akbar (1556-1605), neto de Babur, que houve a estabilização do Estado, sendo também ele o fundador, em 1582, da “comunidade da fé divina” (Hattstein, 2000: 110). O objetivo de Akbar era o de reunir todas as confissões do império dos mongóis e juntá-las numa espécie de religião oficial para que todos pudessem participar de igual forma.

O império mongol sucumbiu em 1707, após a morte do último Grão-Mogol, Aurangzeb, ficando no século XIX sob o domínio das colónias britânicas. Foi sob o domínio dos britânicos que a tensão existente entre hindus e muçulmanos cresceu, resultando numa série de confrontos na Índia, e conduzindo, após a sua independência no ano 1947, à fundação do Paquistão, representando para os muçulmanos indianos um Estado próprio. A relação entre estes dois países é ainda nos dias de hoje problemática, devido a conflitos existentes entre o poder indiano e as minorias da população muçulmana no país.

A população muçulmana encontra-se dividida entre dois grandes grupos: os xiitas, considerados a minoria, e os sunitas, a maioria dos muçulmanos. A separação destes dois grupos deve-se ao período após a morte do Profeta Maomé, em relação a quem seria o legítimo líder da população muçulmana. Para a minoria, os xiitas, o legítimo líder de Maomé deveria pertencer à família do mesmo, sendo o mais indicado Ali, primo e genro do Profeta. O fundamento dos xiitas é perante as palavras de Maomé referentes a Ali no *Alcorão*. Para os sunitas, Ali representa o último dos “Quatro califas bem guiados” (Hattstein, 2000: 110), mas para os xiitas os três califas anteriores não passam de usurpadores. Para os xiitas, os imãs que se sucederam a Ali são os líderes por direito da

comunidade muçulmana, porque são descendentes físicos de Ali e Fátima, esposa de Ali e filha de Maomé.

A crença no imã significa uma forte componente salvífica. É a fé referente ao fim da vida, motivo que representa a comunidade xiita, pois é marcada pela impaciência religiosa e por uma certa ansiedade face à salvação, apresentando traços futuros revolucionários. Contudo, a comunidade dos xiitas, em muitos aspectos, sobretudo referentes às práticas dos crentes, não é um islão muito distinto do original. Para este povo é também válido os cinco pilares do islão e a importância das leis. Apenas difere em algumas particularidades. Por exemplo, acrescentam ao credo (*shahada*) “e Ali é o amigo de Deus” (Hattstein, 2000: 110). Em relação à peregrinação a Meca, acrescentam que é de louvor a peregrinação aos túmulos dos imãs. Acreditam na esperança de um reino de justiça e igualdade sob o domínio do imã que irá regressar. Os xiitas são em alguns pontos mais próximos da religião cristã e judaica do que propriamente ao islão sunita, com as suas crenças no messianismo e esperança, a infalibilidade dos imãs, entre outros.

Após o assassinato de Ali, o primeiro imã por direito segundo os xiitas, foi reconhecido que os seus sucessores seriam os frutos da união de Ali e Fátima, sendo o filho mais velho o segundo imã após seu pai, Hassan, que não ambicionava o cargo, e sendo sucedido pelo irmão mais novo, Hussein, considerado terceiro imã. Hussein não teve sorte na sua liderança, tendo sido abandonado pelos seus aliados de Kufa, no Iraque, mais precisamente no deserto perto de Kerbela, cercado juntamente com sua estirpe pelas tropas omíadas. Foram deixados no deserto sem alimentos e mais tarde, aniquilados, no ano 680, no décimo Outubro (*muharram*). Para a comunidade xiita, o assassinato de Hussein representou uma perturbação e conduziu ao nascimento de uma nova comunidade, a dos xiitas religiosos, dedicados sobretudo à vida de Ali. Para este povo, a recusa de ajuda por parte dos aliados de Kufa ao imã Hussein foi uma espécie de “pecado original histórico” (Hattstein, 2000: 111).

Ao longo dos séculos, os episódios dos assassinatos na família de Ali formaram lendas e são representadas em teatros, sobretudo nos dias do *muharram*, no Irão e no Iraque, fazendo-se acompanhar por procissões flagelantes e de luto. Após os acontecimentos trágicos em Kerbela, o sucessor na linhagem dos imãs foi o único filho sobrevivente de Hussein e posteriormente os seus descendentes. No entanto, existem diferenças referentes à pessoa que representa a linhagem no seio da comunidade xiita, sendo então diferenciada entre “os xiitas dos cinco, os xiitas dos sete e os xiitas dos doze” (Hattstein, 2000: 111), dependendo do número de imãs que são reconhecidos por cada

grupo. O motivo que conduz a estas três definições é a impaciência religiosa e a esperança face à salvação revolucionária dos xiitas primitivos.

Referente aos xiitas dos cinco ou zaiditas, a sua linhagem é completa com o filho do quarto imã, Zain, morto na revolução contra os omíadas, por volta do ano de 740. “São tidos como moderados e tolerantes, especialmente em relação aos sunitas (abdicando, deste modo, das injúrias aos três primeiros califas)” (Hattstein, 2000: 111). Consideram bem sucedida a luta em benefício do imã, motivo que conduz à recusa da validação do princípio da hereditariedade para outro xiita. Foi durante mais de mil anos, entre 901 e 1962, que as dinastias zaiditas dominaram o império dos iemenistas. Quanto à designação dos xiitas dos sete ou ismaelitas, é entendida como o grupo menos homogéneo e mais misterioso. A linhagem não termina com Zaid, mas com o filho do sexto imã, Ismael, nomeado para sucessor pelo próprio pai, mas acabando por morrer primeiro por volta do ano de 760.

Para alguns elementos do grupo dos ismaelitas, Ismael é o último imã dos sete, porque, tendo em conta o estatuto especial de Ali, consideram que a linhagem termina com Maomé, filho de Ismael. As suas ideias são formadas de elementos místicos, persas e neoplatónicos sendo especulações a nível filosófico. Durante a dinastia dos ismaelitas, inicialmente, obtiveram sucessos com a invasão missionária no Cairo (909-1171), conduzindo, após 1094, à divisão dos seguidores em duas vertentes, tanto política como teológica, os mustalitas e nizaritas. Referente a estas duas vertentes, o grupo mais vasto diz respeito aos nizaritas, situando-se no Afeganistão, no Iémen, no Turquistão, na Índia, em alguns países de África e na Síria, dirigidos por Agha Khan, sendo denominados por *hodschas*. Em relação aos mustalitas são denominados por *bohras* na Índia e no Iémen. Na comunidade dos ismaelitas estão inseridos grupos religiosos e políticos extremistas, constituídos na sua maioria pelos que nasceram no período dos fatimitas, mais conhecidos como os drusos do Líbano e da Síria (assim chamados segundo al-Darazi, o missionário fatimita), grupos conhecidos no Ocidente.

A vertente nizari (vem do árabe *haschischiyun*, que significa “comedores de haxixe”) é considerada como os temidos assassinos, tornando-se os mais conhecidos, operando na Síria e no Norte da Pérsia. Nos séculos XI e XIII, os cruzados e os sunitas foram as vítimas de atentados suicidas pelos nizari. Contudo, a teoria de que os mesmo se encontram sob efeito de drogas aquando das operações é um mito. O seu líder é “o misterioso “Velho da Montanha””, sobre quem Marco Polo escreveu nos seus relatos de viagem, destruídos no século XIII pelos mongóis (no Irão) e pelos mamelucos (na Síria)”

(Hattstein, 2000: 112). Tendo em conta a terceira designação, os exageradores, nos dias de hoje uma seita da religião islâmica, são também pensadores religiosos considerados extremistas. Os seus descendentes encontram-se no Irão, na Síria e no Iraque.

O grupo dos xiitas dos doze é considerado o maior grupo existente de xiitas. É uma sequência de doze imãs, tendo o último o mesmo nome que Maomé, mas tornando-se oculto em criança após a morte do décimo primeiro imã, seu pai. É de esperar o seu regresso no fim do mundo. Para os xiitas dos doze, o conceito de vítima é importante e, à exceção do oculto imã, todos os anteriores foram mártires dos sunitas. Segundo os doze, eram catorze os livres do pecado, seriam os doze imãs, a filha do profeta, Fátima e o próprio profeta, Maomé. Têm uma jurisprudência que é própria dos doze, baseando-se no sexto imã, Dschafar as-Sadiq.

A sua jurisprudência contém particularidades que alicerçam o papel superior dos juristas iranianos, os *mollas* (vem do árabe *maula* e significa “mestre”). O *sunna*, desde o século XI, testemunha o fechamento dos portões jurídicos e teológicos, facto desconhecido pelos xiitas. Todavia, continuam a acreditar e a dar ênfase na importância que o princípio *ijtihad* (esforçar-se) representa nas suas reflexões racionais, isto é, na forma como o indivíduo se esforça para solucionar os seus problemas. Uma razão que leva a que os próprios *mollas* se designem “*mujtahid*, ou seja, os que se esforçam” (Hattstein, 2000: 113). A jurisprudência xiita credencia que “cada conselho deverá ser analisado pela razão, sendo, por isso, falível” (Hattstein, 2000: 113), razão pela qual é vista como a menos fundamentalista da religião islâmica, contrária à opinião geral.

Para a comunidade dos *mollas*, o princípio *ijtihad* é um privilégio, onde a atitude do crente deve ser de imitação. Desde o século XVI, a população *molla* criou um sistema hierarquicamente estruturado e próprio, com a designação de «clero xiita». O estudo desta comunidade está dividida em três categorias:

o primeiro grau destes estudos denomina-se «autoridade (prova) do islamismo» (*hodschat al-islam*); o seguinte, «sinal de Deus» (*ayatollah*, originalmente *ayatullah*); por último, os poucos grandes *ayatollahs* possuem o título de «instância da imitação» (*mardsch at-taqlid*) (Hattstein, 2000: 113).

O único país onde os xiitas dos doze governam na maioria é no Irão. A ascensão dos *mollas* aconteceu em 1501, após a tomada do poder na Pérsia pelos safávidas, quando o xá Ismael anunciou “a doutrina dos doze e a Escola de Jurisprudência de Dschafar como

religião oficial do Estado” (Hattstein, 2000: 113). A tomada da Pérsia pelos safávidas foi transformador para a cidade, tendo-se tornado num centro cultural e artístico. Contudo, teve complicações no início, já que se encontrava sob um exigente controlo governamental. Durante a ditadura do xá Abbas (1587-1629), conhecido como O Grande, criou-se um número considerável de instituições xiitas e foi quando se deu o clímax político.

Durante o século XIX, houve conflitos entre o clero xiita e os iranianos, existindo acusações feitas ao poder de Estado face à ligação à Europa e à ocidentalização, após o xá ter vendido regalias comerciais e monopólios, sobretudo a empresas britânicas. Estes conflitos mantiveram-se e tornaram-se parte da vida quotidiana da população após o ano 1906, com a votação referente à nova constituição do país. Foi entre 1925-1941, com a tomada de posse de Reza Xá, fundador do império Pahlavi, que começou a oposição dos *mollas*. O general Reza era admirador e seguidor das reformas de Kemal Atatürk, e ambicionava com uma secularização do país, tendo iniciado a sua autoridade com a retirada do sistema educativo e o poder legislativo dos *mollas*, afunilando, assim, o seu poder nos assuntos religiosos através de medidas autoritárias.

Nos anos 60, do século XX, durante o reinado do filho do xá, Reza Pahlavi (1941-1978), houve um tempo de estabilidade que conduziu posteriormente a conflitos mais robustos, consequência das tentativas face à orientação ocidentalista que teve como denominação a “Revolução Branca”. Com a queda do xá e o regresso do exilado *ayatollah* Ruhollah Khomeini (1902-1989) renasceu a ideia de salvação dos xiitas, dando ênfase à ideia de mártir e provando a ideologia da revolução. Khomeini parece nunca ter estado isento de polémica, sobretudo por ser o líder político e religioso da comunidade xiita. No entanto, começou a sentir-se mais pressionado pelos seus seguidores e pela dinâmica da revolução.

A função do *ayatollah* Khomeini como líder revolucionário esteve entre pressupostos políticos e linhas de conduta, determinando que o atual governador do Irão deveria ser conhecido e representado como o imã terreno oculto. Além do Irão, também o Líbano foi afetado de forma positiva pelo regime autoritário de Khomeini pelas suas características teocráticas. Contudo, com a morte do líder *ayatollah* Khomeini, a gerência tanto a nível religioso como a nível político voltaram a separar-se. Os xiitas dos doze não só são a maioria no Irão como também representam uma maioria no Sul do Iraque, existindo também grande população no Líbano.

Desde inícios do século XIX, os países islâmicos sofreram uma transformação resultante do encontro com o Ocidente, uma modernização que conduziu a uma longa dependência económica e política. Durante a época do colonialismo, a maioria dos países muçulmanos tornaram-se colónias europeias, à excepção da dinastia Otomana. No século XX, com o fim da época colonialista, fazendo referência à religião e à política, o islão ganhou valorização sobretudo nos países islâmicos, por existir relação direta com os movimentos anticoloniais referente a estes países. A modernização Oriental pode ser datada em 1798, com o desembarque de Napoleão na terra do Egipto, tendo o povo islâmico se interiorizado com a forma de pensar dos Ocidentais de forma romantizada e transfigurada.

As tropas coloniais conquistaram o suporte das elites, minorias mas europeizadas, dos países colonizados, sendo a maioria a população analfabeta e fiel à tradição. O colonialismo veio mostrar ao mundo islâmico a superioridade tecnológica e militar do Ocidente. Perante tais acontecimentos, e ao sentir que estava a perder a liderança política o Oriente, provocou um conflito entre “o apego à superioridade da religião islâmica e a confissão da impotência político-militar real” (Hattstein, 2000: 114/115). No entanto, perante a ambição libertadora dos povos e países colonizados, o islão adquiriu uma maior auto-confiança, pois identificava-se com os mesmos.

Devido a esta modernização, os reformadores do islão chegaram à conclusão que iriam ter que consentir com a Idade Contemporânea e, de igual forma, com os sucessos do Ocidente. Embora a posição do islão tenha sido anticolonial não significa que tenha sido anti-moderna, pois o objectivo era analisar os avanços no setor social introduzidos na religião. Com a chegada da Idade Contemporânea, desde a segunda metade do século XIX, os movimentos do islão foram reforçados, manifestando elementos que nos dias de hoje são atribuídos ao conceito do “fundamentalismo”:

o zelo pela autenticidade e originalidade do islamismo, a saudade do islamismo primitivo e de um movimento de unidade islâmico, em vez de uma multiplicidade de sistemas, a delimitação da cultura islâmica em relação a influências exteriores de opressão, a ênfase na igualdade de todos os crentes perante Deus e as exigências de uma dedicação social e caritativa de cada um (Hattstein, 2000: 115).

Os reformadores do islão pretendiam que a religião dirigisse um movimento único, próprio da época moderna.

Pretendiam uma união entre a religião e a liberdade humana moderna, uma maior dedicação à política e uma intervenção mais acentuada dos crentes, uma reforma radical do sistema educativo nos países islâmicos e a supressão do abismo entre os dominadores e os dominados (Hattstein, 2000: 115).

Para que tal funcionasse, os reformadores basearam-se na união da comunidade islâmica para que fossem seguidas as exigências modernas, a nível de uma política económica, e no aumento dos benefícios sociais. Maomé ibn Abd al-Wahhab (1703-1792) é um reformador, fundador da dinastia dos wahabitas puritanos representantes de um movimento fundamentalista que teve como significado a exigência de um monoteísmo radical, uma elevada austeridade moral e o aniquilamento na crença dos orientais pelos santos.

Em inícios do século XX, Ibn Saud (1880-1953), um dos mais repetidos do povo as-Saud e com grande sucesso no mundo árabe, conquistou com ajuda dos seus guerreiros *ichwan*, a área total daquela que hoje é conhecida como a Arábia Saudita, tornando-se em 1932 numa monarquia hereditária. Este país tornou-se numa importante potência devido à sua riqueza de petróleo que nos dias de hoje facilita a propagação de alguns projectos de apoio e na divulgação da religião islâmica por todo o mundo. Alguns dos reformadores mais importantes no oriente foram Ahma Kahn (1817-1898), indiano que esteve em Inglaterra: “zelou pela relação entre o Islão e o Cristianismo na Idade Contemporânea, e exigiu uma reforma radical da educação para os jovens muçulmanos” (Hattstein, 2000: 115); Jamal ad-Din al-Afghani (1838-1897), afegão, “proclamou a luta anticolonial do islão e influenciou muitos soberanos islâmicos” (Hattstein, 2000: 115); e Maomé Abduh (1849-1905), egípcio, “se empenhou na renovação da literatura islâmica e do jornalismo político e ambicionou uma reforma do direito penal islâmico” (Hattstein, 2000: 115).

O século XIX foi o período propício para criar as bases necessárias para uma reforma islâmica, enquanto o século XX foi o período para poder ver as ideias do século anterior serem realizadas. No oriente, os países islâmicos consideram que foi com a Primeira Guerra Mundial e as suas consequências que levaram a Europa à falência, motivo que levou a uma atenta observação por parte da cultura islâmica com as transformações que haveria de ocorrer posteriormente na Europa. O povo muçulmano acabaria por criticar o egoísmo e o individualismo dos europeus, sobretudo aqueles com ambições políticas, levando as suas críticas até ao capitalismo. Argumentava assim a

sociedade muçulmana que a religião Islã assentava entre a ditadura, a estabilidade social, e a democracia, a liberdade do Homem.

Tanto os pensadores políticos como os reformadores chegaram à conclusão que o sistema económico do islão não era nem socialista, excluindo o princípio da solidariedade da população, nem capitalista, excluindo a liberdade de ação. E mesmo mais tarde, os países islâmicos não desistiram e tentaram libertar-se da centralização do poder da URSS e dos EUA, tendo assim, como grito de guerra: “Nem Ocidente nem Oriente – Islamismo!” (Hattstein, 2000: 116).

O nacionalismo islâmico faz-se acompanhar não só por projetos democráticos e educativos, que acabam por causar situações menos agradáveis à população da minoria, como por exemplo aos curdos que viviam no Iraque e na Turquia, como também pelas comunidades de judeus que habitavam no Iraque, lutando pela sua independência e revelando-se cada vez mais intolerantes face aos poderes nacionalistas. A partir do final do século XIX, o socialismo desempenhou uma significativa influência na religião islâmica, não representando uma conotação pejorativa devido ao sistema do quarto pilar do islão, às obrigações sociais e face à sua ética.

O bolchevismo e o marxismo não são aceites pelo islão porque defendem um ateísmo materialista, e a religião islâmica luta contra o materialismo que simboliza a Europa e deve ser caracterizado como um pilar fundamental do socialismo. Foi principalmente na Síria, após a segunda guerra mundial, que se formou o socialismo no islão. Gamal Abd el-Nasser, presidente entre 1954 e 1970, foi fundador de um socialismo modernizado, considerado de extrema importância no Iraque, na Síria, na Argélia e também na Líbia, em 1969, sob o comando de Muammar al-Khaddafi. Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias pan-islamismo ou pan-arabismo anseavam por uma unificação mais resistente entre os países árabes e islâmicos, e deste modo, vincularam-se ao socialismo islâmico e à política árabe. Foi em 1974 que se registou o maior número a nível internacional face à independência política dos povos islâmicos, tendo em conta que foi o ano que a “Organização da Conferência Islâmica” iniciou seu progresso em simultâneo com a “Liga Árabe” fundada anteriormente no ano de 1945.

Face aos problemas referentes à emigração do povo islâmico para a Europa, estes mantinham seu dinamismo e autoconfiança, o que levava a consciência ocidental a centralizar sobre o militar islamista e a avolumar a suposição de coação perante a cultura ocidental. É certo afirmar que existem grupos de militares e também de radicais islâmicos que declararam conflitos à pluralidade da Idade Contemporânea e que deste modo são

intitulados de “fundamentalistas”: “Este termo está associado à violência e intolerância e é frequentemente utilizado para uma caracterização global negativa e duvidosa do islamismo” (Hattstein, 2000: 117).

O Professor Hasan al-Banna (1906-1949), assassinado em 1949, ficou conhecido como o fundador da “União dos Irmãos Muçulmanos” no ano de 1928 no Egípto, fundação que no século XX foi considerada como o protótipo de um islão militante e radical. No seu início, quando esta organização era ainda minoria, participou na luta pela independência, mas com o passar do tempo foi crescendo e se radicalizando. Como consequência, face a actos de violência e infrações, esta união foi restringida pelo governo, e a partir do ano de 1948, expandiu-se para outros países, como por exemplo, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque. No entanto, na Síria e no Egípto, esta organização foi perseguida ativamente, tornando-se numa forte opositora face às tendências secularizadoras.

Também considerada como uma organização forte é a “Comunidade Islâmica”, fundada no Paquistão por Abu I-Ala al Maududi (1903-1979), em 1948, com o objetivo de islamizar toda a população paquistanesa. A organização destes grupos radicais é de difícil compreensão e as suas ações são caracterizadas por métodos violentos para poderem implantar uma entidade própria. A militância do islão apresenta-se como um assunto particularmente complicado em relação à tradução do *Jihad*, a “Guerra Santa”. Tanto a religião islâmica como a religião cristã, ambas de salvação universalista, mantêm a sua posição de demanda do Absoluto, motivo que levou a jurisprudência do islão a separar o mundo em duas partes: “a área do islamismo (dar al-Islam) que pretende ser um reino de paz, e a área da guerra (dar al-harb) na qual vivem os não crentes e os não muçulmanos” (Hattstein, 2000: 117).

Contudo, a área da guerra pode se tornar numa área de paz, se não houver guerra entre um país islâmico e um não islâmico, especialmente por razões religiosas. Para o profeta Maomé, todas as guerras que fossem provocados pelo ser humano, que não fossem de origem religiosa, seriam condenadas. Maomé encorajou os crentes a manter a paz, por benefício da religião e de Deus, com os não crentes, se estes assim aceitassem, como podemos entender na sura 8,61:

Mobilizai tudo quanto dispuserdes, em armas e cavalaria, para intimidar, com isso, o inimigo de Deus e vosso, e se intimidarem ainda outros que não conheceis, mas que Deus bem conhece.

Tudo quanto investirdes na causa de Deus, ser-vos á retribuído e não sereis desfraudados (Hayek, 2006: 203).

Também é possível compreender esta intenção do profeta nas suras 4,90 e 4,94 do Alcorão:

Exceto àqueles que se refugiaram em um povo, entre o qual e vós exista uma aliança, ou os que (...) estejam em dúvida quanto ao combater-vos ou combater a sua própria gente. Se Deus tivesse querido, tê-los-ia feito prevalecer sobre vós e (...) ter-vos-iam combatido; porém, se eles se retirarem, não vos combaterem e vos propuserem a paz, sabei que Deus não vos faculta combatê-los. (...) Ó fiéis, quando viajardes pela causa de Deus, sede ponderados (...) Sabei que Deus vos tem reservado numerosas fortunas (...) Meditai, pois, porque Deus está bem inteirado de tudo quanto fazeis (Hayek, 2006: 112/113/114).

O Livro Sagrado salienta assim, reiteradas vezes, que a paz é e deve ser o principal objectivo do ser humano. A tradução “Guerra Santa” não tende a ser a mais abrangente para o significado da palavra *jihad*, porque esta tem como significado “esforço pela razão do islão”, sendo este um dever do povo muçulmano como exemplo da luta pela soberania e pela fé do islão. Muitos dos juristas islâmicos consideram que a guerra está inserida na pequena *jihad* e que tudo o resto, os esforços morais, espirituais e missionários pertencem à grande *jihad*.

1.1. Valores, tradições e crenças

Os dados estatísticos até o ano 2017, sobre a quantidade de muçulmanos existentes no mundo, revelam uma estimativa de 1,6 bilhão de pessoas espalhadas pelo mundo, desde a África Ocidental até a Indonésia, passando pelo Médio Oriente e a Índia. Em alguns destes países, o povo muçulmano representa a maioria da população e noutros representa minorias, embora importantes. É considerado um mundo diverso, quanto à sua história, à sua etnia, à sua nação, à sua maneira de viver a vida, seja consigo mesmo ou na relação com o próximo, a sua língua, as suas tradições, proibições e obrigações, entre outras. Mas este povo tem um factor em comum pelo qual todos se unem: o Islão. Embora lutem pela mesma causa, cada lugar tem as suas práticas particulares, e entendem a sua religião de diferentes formas, vivendo-a de maneiras diversas.

Esta religião teve início no século VII, na Arábia, lugar onde outrora houve revoluções monoteístas, iniciadas pelo judaísmo e cristianismo, motivo talvez que possa ter levado a uma melhor e mais fácil expansão do Islão. Na Arábia, a população era sobretudo constituída por beduínos, ou seja, nómadas e pastores que, face ao seu estilo de vida, valorizavam principalmente a honra, em especial à monitorização da sexualidade feminina, a liberdade e a solidariedade. Mas, em geral, o mundo muçulmano é considerado heterogéneo, sendo apenas a Turquia a única nação do Médio Oriente caracterizada como homogénea.

O Islão é uma das três religiões abraâmicas monoteístas em que o principal objetivo é a crença num só Deus e em que a verdadeira e única realidade reside nesse Deus. O monoteísmo estipula que no espaço o único que existe é Deus, tudo é proveniente Dele, de igual forma como as personagens de um livro surgem na mente do autor que as enforma no livro. Tanto o judaísmo como o cristianismo e o islão acreditam que as personagens são reais e o objetivo é descobrir mais sobre o autor que as criou, sendo que o mais próximo à realidade que o crente tem Dele são os profetas e sábios, que se abrem de modo a que Ele lhes possa revelar o que deseja dos fiéis.

Para os muçulmanos, a crença no islão reside na adoração e entrega absoluta a Alá, “sem reservas e na submissão incondicional à sua vontade e determinação” (Hattstein, 2000: 97). Maomé tinha como propósito inicial acabar com todas as formas existentes de politeísmo e tornar o islão unicamente monoteísta. No Livro Sagrado, Deus é representado como o criador de todas as coisas, tendo como caracterização a separação

entre o Céu e a Terra. É explícito que o Homem fora uma criação de Deus através da terra, da argila, e que esta criação é entendida como uma continuação do poder de Deus, que o mundo não tem qualquer autonomia em relação a Ele, pois é Alá quem recria cada momento vivido na Terra. Tudo é predestinação, quanto aquilo que sucede ao Homem, daí que o livre-arbítrio seja questionado pelos crentes, principalmente o motivo que leva Deus a conduzir alguns mortais à verdadeira fé e a se salvarem do pecado, e outros não, a que pereçam na incredulidade.

Uma das características mais próprias do islão e que mais o parece diferenciar das outras religiões abraâmicas é o alcorão. Distinto daquilo que a Bíblia representa, podem ser apontadas três diferenças entre ambos:

A primeira é que a Bíblia foi lentamente criada ao longo dos séculos por muitos autores e editores. A segunda é que a Bíblia é uma compilação, não um único livro. E, em terceiro lugar, embora *contenha* revelações de Deus, sabe-se que a Bíblia é uma criação *humana*, formada por mãos humanas. O Islão não aceita a descrição do Alcorão em nenhum destes termos (Holloway, 2018: 146).

Embora as revelações do Alcorão tenham sido dadas a conhecer a um homem, Maomé, não foi considerada uma criação humana, tendo sido durante a sua vida que foi dada a conhecer a revelação, e foi apenas através do profeta que se formou o livro sagrado. Maomé foi considerado o fio condutor para a escrita do alcorão, ou seja, foram os seus ouvidos e, assim, a mente de Deus na terra.

A unicidade de Alá é muitas vezes exposta nas suras do alcorão, como no exemplo da sura 112: “«Dize: Ele é Deus único, Deus eterno! Ele não engendrou e não foi engendrado. Ninguém é igual e Ele!» (sura 112, 14)” (Hattstein, 2000: 98). Aquilo que é considerado como o maior pecado perante Deus, que nem Ele perdoa, é acreditar em outras entidades divinas que não seja Alá. Este pecado baseia-se na regra do islão quanto à sua contradição ao politeísmo. Para o islão, o facto de haver uma ideia da existência de um outro Deus, ou de uma entidade divina, tem como significado o abandono da fé perante a onnipotência.

Na religião islâmica a oração tem de ser realizada com devoção. Jesus, Isa, é reconhecido como profeta, e para os muçulmanos Isa não morreu na cruz, foi levado por Deus, mas voltará, no dia do Juízo Final. Tal como no judaísmo, o ritual para pedir perdão pelos pecados é assunto entre o crente pecador e Deus, mas para o praticar pode ser com

tanta frequência como no cristianismo, que é sempre que o pecador necessitar confessar os seus pecados.

Uma especificidade da religião islâmica é o facto de não aceitar o politeísmo, mas preserva a poligamia, ou seja, várias mulheres para um único marido, e é com muita facilidade que se pode tornar muçulmano: precisa apenas ter fé em Alá, o Deus, e em Maomé, o seu profeta. É este o primeiro pilar do alcorão. No islão existem cinco pilares que é preciso cumprir para viver em concordância com o alcorão: o Credo (*Shahada*), a Oração (*Salát*), o Jejum (*Saum*), o Pagamento de um Tributo ou dízimo para a caridade (*Zakat*) e a Peregrinação a Meca (*Haji*). A *Shahada*, primeiro pilar,

diz respeito à profissão de fé feita pública e visivelmente (...) que deve ser proferida em árabe e diz o seguinte: «Testemunho que não há outro deus senão o único (ou também: professo que não há outro deus senão Deus); testemunho (professo) que Maomé é o enviado de Deus» (Hattstein, 2000: 99).

A profissão de fé diz respeito tanto ao indivíduo como à comunidade, pois é uma forma de consolidação entre Deus e as coisas por si criadas, e entre o Homem e a sua relação com o Criador. A partir do momento em que o crente profere com convicção e de forma consciente esta fórmula perante testemunhas torna-se de imediato muçulmano, pois teve a aceitação da comunidade. Contudo, uma vez conseguido este efeito perante a comunidade não pode voltar atrás na sua decisão, e tem como castigo/consequência, face ao abandono da fé, a morte. É de salientar que quem aceita esta fé tem de estar consciente da sua decisão, não pode ser coagido, isto é, tem de ser crente por livre vontade.

O primeiro pilar, a profissão de fé, é de uma forma especial constituída pelo segundo pilar, a Oração (*Salát*) que, tal como a fé, a oração é o modo de contacto que os crentes têm com o seu Deus. Para os muçulmanos, é um modo de purificação e não apenas para cumprir a obrigação. É também para pedir perdão pelos pecados. São cinco as orações obrigatórias por dia “(de manhã, ao meio-dia, ao início da tarde, ao fim da tarde e à noite)” (Hattstein, 2000: 99), e têm de ser realizadas viradas para Meca. A oração é iniciada de pé, depois de joelhos, depois encostando a cabeça no chão e termina sentado. Neste momento da oração, também existe a particularidade de que o homem tem de estar posicionado à frente da mulher devido aos movimentos que tem de fazer durante a oração. É necessário que antes dos crentes comecem as suas orações diárias estejam num estado de pureza, para poderem cumprir fielmente os rituais destas orações. São momentos para

que os crentes se relembrem da sua condição de seguidores e adoradores do seu Deus, Alá.

O *Salat* deve ser cumprido onde quer que os muçulmanos estejam, com a direção para a Caaba, em Meca. Para os muçulmanos que se dirigem à mesquita para cumprir as suas orações, através das instruções de um imã (dirigente das orações), reúnem-se homens com homens e mulheres com mulheres em filas, ou até mesmo em salas distintas, e aproximam-se uns dos outros como sinal da união perante Alá. No momento da oração, os crentes rezam em uníssono, como se fossem apenas um só, seguindo com os movimentos obrigatórios. Uma especificidade destas orações diárias é que:

Cada uma das cinco orações diárias termina com uma repetição do ato de louvor «allahu akbar» (Deus é grande) e uma récita do primeiro pilar do Alcorão, ela própria uma oração. De seguida, os crentes proferem «Salamu alaikum» (Que a paz esteja convosco!), dirigindo-se a quem se encontre à sua esquerda e à sua direita (Hattstein, 2000: 100).

Algo particularmente significativo que acontece às sextas-feiras, cerca do meio-dia, na mesquita, é o culto religioso, que tem como representação um diferente tipo de sermão (chutba), realizado por um pregador de pé, sendo este dia elegido por Maomé para ser o dia do culto religioso.

O terceiro pilar, o Jejum (Saum), é realizado durante o Ramadão, no nono mês do calendário islâmico, seja de 29 ou de 30 dias, e acontece entre o mês de abril e o mês de julho. Neste período, os muçulmanos jejuam durante o dia e só durante a noite é que podem ter relações íntimas, comer e beber. Têm um horário de oração para esta temporada que depende da posição solar: antes do amanhecer, no auge e antes do escurecer. Esta purificação interior é obtida através da autodisciplina física: “o Homem confronta os seus deveres e as suas ações com os da comunidade e ambiciona a reconciliação com os seus irmãos de fé” (Hattstein, 2000: 100). O mês de jejum no islão pode ser comparado com o tempo da quaresma no cristianismo.

É através do jejum que o indivíduo pode agradecer as dádivas de Alá na vida diária de cada um, que são depois lembradas no momento do acto da renúncia. O Ramadão pode ser entendido como o mês da perseverança, sendo que a recompensa é posteriormente o Paraíso. O jejum é para Deus a oração preferida, segundo uma afirmação do profeta Maomé, pois é a oração que ninguém presencia senão Ele. Mas existem restrições e atenuantes, segundo a Xaria, no mandamento do jejum, como por exemplo,

quem pode jejuar são apenas os adultos, quando saudáveis. Os idosos, as mulheres grávidas e que estejam em período de amamentação, os enfermos, os viajantes e aqueles que realizam trabalhos pesados estão dispensados desse mandamento. Contudo, para aqueles que não podem cumprir o terceiro pilar, como é o exemplo dos crentes que trabalham e vivem em países não muçulmanos, têm que compensar ou realizar uma penitência especial, sendo válido o seguinte princípio: “o jejum só é obrigatório na medida em que não prejudique a saúde daquele que o pratica” (Hattstein, 2000: 101).

No quarto pilar, o Pagamento de um Tributo ou dízimo para a caridade (*Zakat*), depende das capacidades de cada um em dar uma percentagem para caridade. Em alguns estados é considerado como um imposto, noutros apenas como um contributo voluntário. É o contributo por parte dos crentes que têm possibilidade de ajudar os mais necessitados, aqueles que passem dificuldades, constituindo assim a base social entre todo o povo muçulmano. O *Zakat* não é uma acção que pode ser considerada de boa vontade, mas sim um dever religioso que obriga aos muçulmanos a se ajudarem uns aos outros, conforme as suas possibilidades. É mais um exemplo de um imposto cobrado àqueles que possuem riqueza que podem ajudar aos mais necessitados.

No alcorão não há referência à quantidade de vezes nem à frequência destas dávidas para com os irmãos menos abastados, mencionando apenas o valor que elas representam e o comportamento ético de quem as dá. Foi após a morte de Maomé que a jurisprudência do islão teve início, tendo como objetivo e determinação a questão da regulamentação do *Zakat*. A *Xaria* faz distinções em relação às contribuições que os crentes que possuem riqueza irão oferecer:

O muçulmano procede ao pagamento do seu *zakat* sobre os frutos da terra, gado e rendimento em ouro e prata, em montantes diferentes, bem como- para simplificar- 2,5% do seu rendimento anual sobre bens comerciais. Os recebedores das esmolas são diferenciados em oito grupos, cabendo aos pobres e necessitados o primeiro lugar. Do mesmo modo, devem ser tidos em conta os órfãos, enfermos e viajantes necessitados, assim como as obras públicas para glorificação de Alá (Hattstein, 2000: 100).

Este pilar tem como contribuição a consolidação entre os muçulmanos, através da responsabilidade social e moral, onde há uma preocupação para com os indivíduos mais desfavorecidos, acabando por ser uma medida que combate o egoísmo, porque há a

partilha entre todos, onde não há ganância, porque todos terão algo para poder usufruir, e onde não haverá indiferença social, porque todos serão iguais.

Quanto ao quinto pilar do islão, a Peregrinação a Meca (Haji), é obrigatório realizá-la pelo menos uma vez na vida, desde que haja capacidade para tal, tanto a nível financeiro como de saúde. Esta Peregrinação é realizada no 12º mês do calendário muçulmano e os crentes não podem partir para Meca com qualquer tipo de luxo ou de riqueza, não podendo, assim, ostentar qualquer sinal de posse. Quando os peregrinos chegam a Meca devem vestir uma roupa branca para não haver diferenças, porque perante Deus todos são iguais. A Mesquita Sagrada de Meca é o local mais sagrado para o islão, e quando entram têm de dar sete voltas antes de começar a rezar.

O *haji* é uma viagem feita pelos crentes muçulmanos aos locais considerados santos. No centro desta peregrinação encontra-se a Caaba preta, um cubo onde está incorporada a pedra santa. Localiza-se em Meca na sua Mesquita e segundo as Escrituras do livro sagrado esta foi construída por Abraão com seu filho Ismael em tributo de adoração a seu Deus, Alá. É a grande peregrinação até Meca, onde chegam milhares de peregrinos de todas as partes do mundo muçulmano, e é perto de Meca que o peregrino assume um estado de espírito de consagração. A roupa que veste é entendida como sinal de que o peregrino está preparado para a submissão da pureza e que aceita as regras submetidas.

Não só é obrigatório as sete voltas em redor da Caaba como também é obrigatório em seguida efetuar “uma deambulação em igual número entre os montes al-Safa e al-Marwa” (Hattstein, 2000: 101). Este ritual é realizado em função da dificuldade que a segunda esposa de Abraão, Hagar, e o seu filho passaram no deserto à sede mas que Deus para os salvar mandou “brotar o poço Zamzam a partir da areia do deserto” (Hattstein, 2000: 101). Após concretizada a deambulação, os peregrinos dirigem-se para a montanha Arafa, lugar onde atingem o auge da peregrinação, e meditam em pé, rezando continuamente desde a hora do almoço até ao pôr-do-sol, para depois continuar a caminhada até a localidade vizinha, Mina, interrompida em Mazdalifa, lugar onde os crentes pernoitam. Aqui, os peregrinos têm que reunir sete pedras antes de dormirem para quando amanhecer atirarem contra três pilhas de pedras em Mina. “Este ritual é suposto recordar a firmeza de Abraão na fé e a admirável salvação de Isaac” (Hattstein, 2000: 101). Depois destas etapas os crentes cortam o cabelo, mostrando a sua humildade, e sacrificam camelos e ovelhas. A festa de sacrifício tem a duração de quatro dias, e é

celebrada em todo o mundo islâmico. A carne dos animais sacrificados é oferecida aos mais necessitados.

A exatidão destes cinco pilares revela o islão como uma religião descomplicada e lúcida para aqueles que a seguem e a sua prática pode ser caracterizada por duas particularidades: a reverência a Maomé e a adoração a Alá. Maomé não pode ser adorado, porque não existe outro deus senão Alá, mas por ser o profeta de Deus, não é permitido pelos crentes que este seja escarneado. A religião islâmica é fiel ao monoteísmo e o livro sagrado demonstra por entre as suas escrituras, a sua adoração a Alá, celebrando a beleza numa lista de nomes, conhecidos como “os Noventa e Nove Mais Belos Nomes de Alá” (Holloway, 2018: 150):

Alá, o Nome que está acima de todos os nomes {...}
O Misericordioso, o mais misericordioso de entre os que mostram misericórdia {...}
O Compassivo, que é amável e cheio de compaixão {...}
O Vigilante, que com o olhar guarda a sua criação {...}
O Perdoador, sempre pronto a perdoar e a absolver {...}
(Holloway, 2018: 150).

Além dos “mais belos” belos nomes de consolação também encontramos nos versos do Alcorão avisos sobre a força e o poder de Alá:

O Atormentador que inflige tormento para além de conceder bênçãos {...}
O Vingador, que utiliza a vingança contra os pecadores {...}
(Holloway, 2018: 150).

Alá é justo para os que lhe são crentes e que respeitam as regras, mas é o oposto para os pecadores e não crentes. Maomé não era apenas o *profeta*, era também um guerreiro que lutava contra os opositores da religião islâmica. As guerras de Maomé não eram realizadas pelo prazer da batalha mas sim pelo propósito espiritual da sua religião e naquilo em que acredita. É este o raciocínio que comanda a violência e que define a religião. É como o exemplo do cirurgião quando opera, abrindo uma parte do corpo para salvar e não com outro propósito. No entanto, existem aqueles que acreditam e se assumem dando a vida pela felicidade, e existem aqueles que acreditam ter que maltratar o próximo para poder proteger a sua fé.

O comportamento e as guerras que já tivemos oportunidade de referir anteriormente denominam-se por *jihad*, que significa luta, e são entendidas pelos crentes muçulmanos como o sexto pilar do islão, não sendo considerado oficial. A *jihad* é a maneira dos crentes construirem, através da fé, uma sociedade e defender a sua religião contra os não crentes. Por exemplo, as disputas que resultaram na divisão de grupos dentro da religião islâmica, os sunitas e os xiitas, já anteriormente mencionadas. Este conflito entre os homens face ao comando das sociedades religiosas é considerado uma fraqueza; é o desejo de poder sobre o outro que se sobressai no mundo. Os Cinco Pilares do islão remetem para a teoria de que se o ser humano cultivar o bem vai colher o bem, mas se cultivar o mal só vai colher aquilo que não é bom. Todavia, o livro sagrado descreve de modo diferente. É mencionado que depois da morte o destino já está escrito e traçado por Deus, seja quais forem as decisões do ser humano. No alcorão, é referido o Paraíso para aqueles que cumpriram os desejos de Deus e o Inferno para aqueles que não cumpriram as vontades Dele. No Céu, serão recompensados pelo sofrimento que atravessaram na Terra, enquanto no Inferno estão sujeitos a suportar aquilo que não sofreram na Terra. “O Céu e o Inferno podem ser interpretados como metáforas, como uma maneira de aludir às recompensas da virtude ou às consequências do vício” (Holloway, 2018: 156). O alcorão transmite assim aos crentes muçulmanos a mensagem de que quem não seguir os avisos do Profeta será arrastado para o lume do Inferno ou então será despejado água a ferver sobre a cabeça dos ignorantes. Contudo, a religião islâmica apenas usava as palavras para descrever o que significava o Inferno.

Além da tradição dos cinco pilares existem as leis que representam a Xaria, elementos essenciais do islão, que consideram manter a comunidade muçulmana unida. Maomé é um exemplo que se orienta sob a forma de leis, através de um raciocínio legal, tendo em conta que é assim que se pronuncia no alcorão e proclama os seus princípios ético-morais. O livro sagrado destaca as características favoráveis e também desfavoráveis do Homem. A Terra é entregue por Deus ao Homem, mas com condições e leis para que sejam cumpridas de forma rigorosa. Contudo, o Homem tende a seguir o Mal, necessitando da ajuda de Deus para que o salve, pois o Homem precisa de ajuda para encontrar o caminho para o Bem. A existência das leis é para esse mesmo propósito: para encaminhar o Homem a agir da forma correta e não para dificultar a vida, mas antes para facilitá-la. A lei representa a luz para que o Homem seja sensato e possa formular seus próprios juízos de valor. “A lei deve instituir e garantir a unidade dos muçulmanos” (Hattstein, 2000: 102).

Os mandamentos de Deus é para que o Homem os interprete e os desenvolva, razão pela qual as ações humanas estão divididas em cinco categorias:

- 1- As ações prescritas, obrigatórias; a sua execução é recompensada por Deus, a sua omissão, punida;
- 2- As ações recomendadas, que promovem a religião e a comunidade; a sua execução é recompensada, mas a sua omissão não é punida;
- 3- As ações permitidas, moralmente neutras, cuja execução não é recompensada nem a sua omissão punida;
- 4- As ações condenadas, que limitam a obediência religiosa; a sua omissão é recompensada, mas a sua execução não é punida;
- 5- As ações proibidas; a sua omissão é prescrita e recompensada, a sua execução punida (Hattstein, 2000: 102).

Os pecados do ser humano podem ser graves ou simples. São considerados graves aqueles que são os cometidos contra Alá. Os que são cometidos contra o Homem e contra a vida quotidiana, são os falsos testemunhos.

No islão, o povo acredita que a morte é dada por Deus, é Ele quem delinea a vida, e os limites humanos, e o tempo que o Homem irá viver até ao momento que decida que está na hora de partir: “A nossa vida tem um período e uma duração limite, e a morte atingir-nos-á a todos” (Quevedo, 2017: 179). Tal como no judaísmo, os muçulmanos quando morrem ficam num estado de espera até ao Dia do Juízo Final, enquanto no cristianismo os mortos não esperam, vão cumprir diretamente o seu destino, ou junto de Deus ou sem Ele. No islão, existem três estados da vida: o primeiro é aquilo que vivemos, é uma espécie de julgamento, o segundo é a espera constante depois de morrer e o terceiro é a ressurreição no Dia do Juízo Final.

Para os muçulmanos, o Paraíso (Jannah) é ter as necessidades satisfeitas, é a descrição do prazer terreno: comer, beber, mulheres, juventude eterna, tudo aquilo que dá felicidade, sem que nunca se esgote o desejo, enquanto no Inferno (Jahannam), os castigos são à base do fogo ou da ingestão de água a ferver. Segundo os sábios, as descrições do Inferno devem ser entendidas à letra. Mas existe um elemento particular na morte dos muçulmanos, uma ponte, o Siraat, que liga o Paraíso ao Inferno, onde os justos realizarão a travessia sem medo, semelhante ao Guehinam judaico e ao Purgatório cristão. Para confirmação que o Dia do Juízo Final é imprevisível existem oito versículos da Suna do Tremor:

- 1- Quando a terra for tremida por seu tremor,
- 2- E a terra fizer sair seus pesos,
- 3- E o ser humano disser: O que há com ela?
- 4- Nesse dia, ela contará suas notícias,
- 5- Conforma seu Senhor lhos inspirou,
- 6- Nesse dia, os humanos comparecerão, separadamente, para os fazerem ver suas obras.
- 7- Então, quem houver feito um peso de átomo do bem o verá,
- 8- E quem houver feito um peso de átomo de mal o verá (Quevedo, 2017: 191).

O dia do juízo final de Alá é para os crentes um momento essencial, durante o qual se reflete aquilo que se viveu na vida terrena e o comportamento de cada um. A morte é, para os muçulmanos, a separação da alma e do corpo, momento em que os anjos da morte fazem acompanhar a alma até ao céu. Este dia do juízo final é “designado como “grande catástrofe” (sura 79, 34)”. O juízo de Deus é a citação do que cada Homem terá de enfrentar e só Deus pode decidir o destino de cada um: se vai para os prazeres do Paraíso ou para os tormentos do Inferno.

1.2. A cultura feminina no Oriente

Em muitas religiões, o género feminino é aceite em vários aspectos da vida, seja no ofício político e social, como o caso da sua participação em actividades políticas, seja no facto de não poder rezar ou entrar em lugares sagrados para fazer sua oração, por não estar autorizada a partilhar o mesmo local que os homens. No entanto, depois de muita luta, reivindicações e sofrimento, as mulheres conseguiram o direito ao voto, nos cinco continentes, tendo sido eleitas chefes, ganhado distinção nos prémios Nobel e até mesmo viagens ao espaço.

Na religião islâmica, como já foi anteriormente mencionado, os homens celebram as orações separados das mulheres. Estas poderão ocupar o lugar por detrás do homem, já que a sua presença é considerada uma ameaça por ser suscetível de distraí-lo ou de levá-lo a ter pensamentos impuros. Estas celebrações são lideradas apenas por homens pois às mulheres não lhes é permitido comandar as orações. Contudo, isto acontece nos países islâmicos, já que, por exemplo, nos Estados Unidos, as mulheres muçulmanas têm uma maior abertura, e em várias comunidades muçulmanas são elas que comandam as orações mistas. Muito dificilmente serão ordenadas como imãs, contudo, no futuro é possível haver alguma mudança, e nos dias de hoje, já existe uma mulher, afro-americana, estudiosa islâmica, Amina Wadud (1952), que é caracterizada e chamada de Imã. Uma condição não possível nos dias de hoje, nos países muçulmanos tendo em conta a limitação da capacidade de autoexpressão do género feminino.

O papel da mulher depende da religião em que esta se insere. Por exemplo, a religião do tauísmo difere de todas as outras religiões face o papel que a mulher desempenha. Existem as deusas, embora nesta religião existam também estudiosas e sacerdotisas, já que o papel que desempenham é fundamental na história do tauísmo. Já a religião do mitraísmo é o oposto do tauísmo por ser inteiramente masculina.

Como já referido anteriormente, o alcorão e a bíblia são duas religiões lideradas por homens. Entre os séculos XX e XXI, a mudança histórica que o mundo viria a sentir pode ser considerada a iniciativa de independência da mulher. Tendo em conta que os homens não permitiam que o género feminino participasse na vida social e pública, teve de ser as mulheres a lutar pelos seus direitos e igualdade, de que pode ser exemplo o direito ao voto. A teoria para que os homens não permitissem que as mulheres votassem era que “o cérebro feminino não tinha capacidade de compreender a complexidade da

política. A política era para os homens. A maternidade era para as mulheres” (Holloway, 2018: 241). O papel da religião referente às funções que cada um desempenhava era fundamental. O alcorão e a bíblia já tinham implícito e estabelecido como objectivo a subordinação das mulheres. Ou seja, a mulher deveria ser submissa ao homem:

Os homens são os protetores das mulheres, porque Deus dotou uns com mais (força) do que as outras, e pelo o seu sustento do seu pecúlio. As boas esposas são as devotas, que guardam, na ausência (do marido), o segredo que Deus ordenou que fosse guardado. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), abandonai os seus leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não procureis meios contra elas. Sabei que Deus é Excelso, Magnânimo (Hayek, 2006: 105).

Em muitas religiões a mulher é vista como um ser inferior. Os livros sagrados caracterizam-na como propriedade do homem e sem direito a contradizê-lo, embora nas sociedades seculares este acto contra as mulheres seja considerado discriminatório e entendido como crime, equiparável à homossexualidade. Esta prática é proibida pelas religiões e nas sociedades seculares a sua perseguição é considerada um crime. A homossexualidade é vista aos olhos da religião islâmica como um pecado e a sua prática é motivo de castigo com a pena de morte. Ainda nos dias de hoje em algumas partes do mundo, aqueles que se assumem homossexuais são executados, enquanto na maioria das sociedades orinetais seculares estes têm o mesmo direito à vida, comprovado pelo facto de actualmente já ser permitido em determinados países o casamento entre pessoas do mesmo sexo (entre eles ou elas).

No ano de 1924, a Turquia, então e país já independente, instituiu a divisão entre a Religião e o Estado, eliminando a função de califa e proibindo a existência de irmandades sufis. Tornou-se numa nação mais homogénea, adotando políticas modernizadas e secularizadas, proibindo o uso do véu e do barrete, aproximando-se assim do uso de vestimentas mais europeias. Em 1938, já tinha sido estabelecido as bases para a emancipação da mulher, a industrialização e a alfabetização.

A Jami'at al- Ulama-i Hind (União dos ulemás da Índia), antissecularista, era um programa onde se previa a possível coexistência entre muçulmanos e hindus na mesma nação, defendendo que “é melhor uma diáspora muçulmana forte do que uma pátria muçulmana fraca” (Demant, 2013: 177). Em 1986, conseguiu grandes vitórias no que diz respeito ao papel das mulheres tendo estas ganhado direitos nas questões de herança,

divórcio, entre outras. A lei era apenas restrita às mulheres hindus, enquanto para as mulheres muçulmanas a xaria era a lei que continuavam a vigorar.

A visão que o mundo ocidental tem perante o mundo oriental tem sido construída ao longo dos tempos. As diferenças mais evidentes entre as respectivas culturas podem ser apontadas na poligamia masculina generalizada, o uso obrigatório do véu para as mulheres e a segregação destas, e a castração dos escravos. São estereótipos que o ocidente desenhou acerca do mundo muçulmano, através dos recursos que usufruíam: a literatura, o cinema e as telenovelas. No entanto, na história do islão, sempre foi visível a segregação de pelo menos três grupos: os não muçulmanos, as mulheres e os escravos. Com o passar dos anos a escravidão deixou de existir, mas em relação à minoria não muçulmana e o papel da mulher continua a ser um desafio, por serem factores que levam ao distanciamento do mundo islâmico em relação à modernidade.

A escravidão, embora não seja um acto praticado nos dias de hoje, na religião islâmica não é proibida, apesar de se ter de atenuar a sua prática. No islão, os escravos eram divididos em três funções: a primeira função era para os escravos militares, os guardiões; a segunda função era dada aos escravos domésticos, que tinham como obrigação garantir a ordem da casa, a nível social e familiar, e a terceira função era de encargo às escravas, cujo único propósito era a servidão sexual do homem. Era ilimitado o número de escravas que um homem podia ter ao contrário da quantidade de casamentos, que eram restritos apenas a quatro esposas, sendo estas distinguíveis das escravas pelo uso do véu.

No mundo muçulmano a imagem feminina é interpretada aos olhos do ocidente, com algum fascínio. Todavia, no passado, a mulher era vista como uma linda e sensual criatura do outro mundo, o objeto de desejo orientalista, retratada por escritores e artistas. Nos dias de hoje, é a mulher segregada e inferiorizada, vítima do poder homem, completamente coberta e genitalmente mutilada, a visão mais difundida. São estereótipos frequentes vezes exagerados pelos ocidentais, que embora não sendo falsos, não são totalmente verdadeiros.

O papel desempenhado pelas mulheres no ocidente distingue-se do do oriente. É possível caracterizar a modernidade ocidental pelas exigências em relação à igualdade entre os homens e as mulheres e pela luta ao direito a uma posição melhor da mulher na sociedade, seja em termos pessoais, seja em termos profissionais. Para tal conquista, a mulher ocidental começou a lutar pela imposição da igualdade a nível político e jurídico, passando depois a exigir os seus direitos a nível social e económico. Disto podem ser

exemplo as condições favoráveis no trabalho e o direito aos mesmos salários, poder ser livre, ter direito a uma educação, ter direito de escolher o cônjuge, ter um trabalho remunerado, entre outras. Contudo, têm vindo a existir algumas desigualdades, quanto aos papéis de género na esfera familiar, em relação à feminilização da sociedade, e aos direitos sexuais, referente à autosegregação das mulheres. Sublinhe-se que a luta pelos direitos da mulher é parte fundamental da modernização ocidental.

Uma das características que definem a palavra modernização é a emancipação da mulher no mundo, e o ocidente foi o espaço particular para a sua realização. A cidadania representa as condições do Homem perante os seus direitos e deveres, não fazendo distinção entre homem e mulher, entre raças, classes, nação. É através do ocidente que a luta pela igualdade viria a ganhar uma maior expressão em todo o mundo, e o mundo muçulmano está incluído nesse princípio modernizador, sendo a discussão sobre a emancipação da mulher um motivo de choque entre a civilização e a modernização.

Na religião islâmica, a posição do homem em relação à mulher sempre foi de superioridade, não sendo uma condição única desta religião mas sim da maioria das sociedades pré-modernas. A função da mulher centrava-se na maternidade e a fecundidade era vista como um recurso económico, tal como o dinheiro, o gado e o trigo. Era assim que a mulher representava valor para os homens nas sociedades sedentárias, sendo que no islão a posição da mulher tendia a ser um pouco mais favorável, segundo a tradução do alcorão. Deste modo, a posição jurídica feminina na religião islâmica é considerada mais ativa em relação a outras sociedades hierárquicas.

No islão, a mulher deixou de ser um objeto em que os homens podiam tomá-la como posse, com direito à propriedade. Em relação ao casamento, o homem tem a obrigação de pagar antes do casamento um determinado preço à mulher, pertencendo apenas à noiva e não aos familiares masculinos. Esse pagamento será seu, por direito, em caso de divórcio. No que diz respeito à herança, a mulher também terá direito à sua quota parte, isto é, herda metade da quantia que o homem herda. Nas leis da xaria, é permitida a poligamia, nunca a poliandria, sendo permitido ao homem casar legitimamente com quatro mulheres:

Se temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que tender à mão. Isso é o

mais adequado, para evitar que cometais injustiças (Hayek, 2006: 99).

Se, no relacionamento do casal houver casos de demanda, o testemunho da mulher é válido, mas apenas será aceite o testemunho do homem. Dentro do islão, o homem tem permissão para castigar a mulher se esta não cumprir as suas ordens, condição esta que os ulemás ou sábios tentam limitar.

Todas estas condições encaminham para a relação de desigualdade que se verifica entre o homem e a mulher na religião islâmica. Contudo, esta característica não pode ser alterada porque é assim que está escrito no livro sagrado e nos *hadiths* do Profeta Maomé, e o ser humano não pode alterar a palavra divina. No entanto, a caracterização da mulher foi sendo feita e adoptada ao longo dos tempos, já que nas referências históricas existia mulheres que usufruíam de cargos superiores, como por exemplo, mártires xiitas, líderes políticas, ulemás, companheiras de Maomé, místicas, administradoras, empresárias, entre outros. Também existia as mulheres de má fama, aquelas que interpretavam o papel de prostitutas e bruxas. Havia, portanto, em escrituras antigas com referência ao oriente tanto caracterizações positivas como negativas referentes à mulher.

Foi no decorrer dos séculos que a posição feminina perdeu estatuto, sobretudo na época dos impérios muçulmanos. A arma para a exclusão da mulher das posições superiores terá sido resultado da expressão do Profeta: “Um povo cujos afazeres são regidos por mulheres não prosperará” (Demant, 2013: 205). Assim, terá sido com base nesse argumento que as mulheres terão sido proibidas de exercer profissões e outras tarefas já que eram consideradas inferiores ao homem, tanto a nível espiritual como a nível intelectual. O género feminino é também considerado uma tentação para o homem motivo pelo qual, nos dias de hoje, existe a segregação da mulher sobretudo na mesquita no momento de realizar as orações. Daí que tenha sido imposta a prática do uso do véu ou lenço (*hijab*), característica da mulher muçulmana praticante do islão, como uma maneira de também se poder distinguir as mulheres da lei das concubinas ou escravas.

Cada país muçulmano tem a sua particularidade no que diz respeito ao estatuto e imagem da mulher. Por exemplo, no Afeganistão e Paquistão, a mulher só pode sair de casa toda coberta com a *pardah*, um vestido comparado com uma “cortina”, e sempre acompanhada. Em casa, apenas pode retirar a *pardah* em frente ao seu cônjuge ou outros elementos da família, pois são pessoas com quem nunca se irá casar. Contudo, a tradição desses países é a de que a mulher só deve deixar a casa duas vezes durante a vida de

adulta, a primeira vez, no dia do seu casamento, e a última vez, no do dia do seu enterro. Em ambas as ocasiões, dever estar toda coberta.

Ao contrário da vida das mulheres muçulmanas em outras comunidades pré-modernas, em que o seu estilo de vida era considerado inferior ao dos homens, não havia igualdade. Todavia, no campo, a vida das mulheres era completamente diferente, trabalhando arduamente, o que, por esse motivo poderia ser aproximado daquele desempenhado pelo homem. A mulher muçulmana apresenta condições distintas da mulher hindu ou chinesa, sendo caracterizada pela forma como a sua sexualidade é controlada e pela clausura imposta de maneira mais intensa do que em outras civilizações. Todavia, esta situação levou a consequências contraditórias a nível psicológico entre a associação da sexualidade dirigida à mulher e a dependência do homem referente ao controle que este tem sobre a mesma, porque o descontrolo do homem sobre a sexualidade da mulher significava um perigo social e também uma violação à identidade social e sexual do género masculino. Terão sido estas razões que levaram apenas a uma solução para resolver tal dilema: o isolamento do desejo.

Muitos investigadores sobre o Médio Oriente referem que a mulher é caracterizada como objecto de desejo do homem, sendo, portanto, o assunto da sexualidade associado à mulher. Apesar da generalização, o islão tem uma avaliação optimista sobre o conceito da sexualidade. A título de exemplo, o celibato não é permitido, pois as relações sexuais entre homem e mulher são entendidas como um dos maiores prazeres da vida, sendo imprescindíveis para a reprodução. Na vertente da teoria, a sexualidade é uma arma poderosa e perigosa, que requer um controle severo. No contexto de uma união, tem as suas regras, tais como a proibição do aborto, o uso de contraceptivos, a homossexualidade, bem como qualquer facto considerado como desvios da natureza.

Na vertente da prática, na realidade, os casamentos são uniões com intenções económicas e não apenas uniões para satisfação sexual. Muitos desses casamentos são vistos como egoístas e gananciosos, porque a maioria são combinados pelos pais, mesmo antes de o casal se conhecer. Embora nesses casamentos seja necessário o consentimento por parte do esposo, os noivos são obrigados a casar. Existem regiões onde o processo de modernização é mais lento e onde ainda ocorrem casamentos sem o consentimento do casal. Depois do casamento, a mulher é exilada em casa e é-lhes designado um lugar único e vedado a outras figuras masculinas, que não apenas o marido.

Os casamentos islâmicos são de caráter monogâmico, apesar de o islão aceitar a poligamia com a condição de que o homem trate das suas esposas de forma igual. No entanto, a maioria dos homens não tem as condições financeiras para o efeito. Actualmente, existem casamentos poligâmicos na península Árabe, sendo proibidos, por exemplo, na Turquia e na Tunísia. Como a escolha do cônjuge não é feita pelo casal é habitual que não exista um vínculo de amor, de romance e de sexualidade entre ambos. Fora do âmbito do matrimónio pode dar-se o caso desse sentimento se expressar mais intensamente, sendo muitas vezes incentivo para graves problemas.

Em relação à acção sexual, a imagem que sobressai no mundo muçulmano é a mulher, pois o seu poder de persuadir o homem é considerado irresistível. É caracterizada assim por ser incansável e possessiva e ao mesmo tempo destrutiva. O homem tem a função de agradar, satisfazendo a esposa ou, no caso de ser casado com mais do que uma, as suas esposas, para que estas não procurem satisfação sexual fora do núcleo do casamento, pois isso representaria prejudicar a imagem e a honra da família, equivalendo a um acto de corrupção. A mulher tem que se manter virgem até ao dia do casamento, manter a castidade de viúva ou divorciada e tem que ser fiel ao marido para manter intacta a honra da família. O adultério não é tolerado pelo islão e o castigo para quem o exercer é a morte ou cem chicotadas. Quem define qual dos dois castigo impôr é o testemunho de quatro figuras masculinas ou oito figuras femininas.

Contudo, se a mulher cometer algum dos três pecados anteriores, manchando a honra do marido e da família, a única forma de manter puro o nome da família em relação a tal acto é através da sua morte. Nos dias de hoje, ainda ocorrem assassinatos para manter a reputação dos parentes das mulheres que não cumprem com o dever de fidelidade. Em comparação com o homem, se este cometer adultério fora do núcleo familiar não terá qualquer punição para o seu acto, porque o desejo sexual é entendido como uma necessidade e uma expressão natural do ser masculino. Ao homem era permitido ir buscar prazer fora do casamento, até mesmo recorrendo a uma escrava. Todavia, nos dias de hoje, essa acção não é permitida. Também podia recorrer a uma prostituta, apesar de ser proibido no islão. Nesta situação, só é permitido se quem for punido for a prostituta e não o homem.

A segregação existente para com a mulher conduziu a dois núcleos distintos, onde estas apenas socializavam com outras mulheres e os homens com homens. Estas normas levaram a então três conclusões: a primeira é referente à sociedade médio-oriental, onde existia uma grande tensão sexual e a separação entre os géneros mantinha-se de geração

em geração; a segunda faz referência ao livro sagrado e os seus registos sobre o comportamento das mulheres, que eram limitados mas que podiam ter várias interpretações. O papel da mulher na religião islâmica não espelha especificamente valores religiosos mas sim necessidades e valores de sociedades tribais. A última conclusão é o contato do oriente com o ocidente e o processo de modernização que conduziu a uma interação mais forte entre a mulher e o homem.

O mundo muçulmano tem vindo a sentir grandes mudanças e isso tem causado sérios problemas devido à sua integração no mercado global. Por exemplo, na escolarização, na mobilidade social e física e no emprego de mulheres, levando a um maior convívio entre estas e os homens. A modernização no Médio Oriente quebrou os preceitos da função do homem para com as mulheres, isto é, a sua protecção, pois elas ganharam liberdade perante o seu corpo e a vida, tendo-lhes sido dada a possibilidade de ter uma profissão, de ter participação política, estudar, socializar, escolher com quem casar e ter direitos reprodutivos.

Com a expansão do processo de modernização as relações entre as civilizações têm vindo a aumentar. No passado, os meios de comunicação eram escassos. Com o desenvolvimento da tecnologia e com o progresso surgiram fábricas, transportes, universidades, entre outros, princípios que possibilitaram a existência de mais contato directo entre ambos os sexos. A nova experiência da mulher nos dias de hoje é trabalhar e estudar, funções que vão abrir novas portas para que possa conhecer o mundo, ganhar independência e assim também ganhar poder sobre o homem.

Estas novas mudanças tiveram reacções positivas mas também negativas no que diz respeito à posição do homem muçulmano. O seu domínio sobre as mulheres deixou de ser tão significativo como no passado. Uma mulher com acesso à educação e aos impostos de trabalho deixou de ser apenas o objecto sexual dos homens e começou a ganhar valor, o que é frequentes vezes entendido como uma posição desafiadora para o ser masculino. Deste modo, a presença feminina passou a representar um perigo para o mundo oriental de igual forma que se afigura um perigo as minorias muçulmanas que aceitam o ocidente e os símbolos de presença que estes constituem. Contudo, nem todas as mulheres se integraram neste novo conceito da sua condição, e podem ser divididas em duas categorias: a primeira refere-se às modernistas, que aceitaram a nova independência das mulheres. Todavia, pretendem tomar as precauções necessárias para respeitar a religião, manter a ordem social e a castidade. A segunda faz referência às fundamentalistas, que não aceitam esta mudança e consideram uma ofensa à ordem

divina, sendo capazes de arruinar os progressos históricos conquistados pela figura feminina.

A contrariedade dos fundamentalistas em relação à progressão das mulheres na vida pública gerou rivalidade, porque as mulheres que conseguiram um passe para a educação, para o mundo do trabalho e assim para dar som à voz feminina eram, na sua maioria provenientes de meios privilegiados, enquanto os fundamentalistas vieram de meios pobres e menos afortunados. Os islamistas fundamentalistas, no entanto, estão a ganhar novas aliadas, aquelas que acreditam que os homens continuam a ser reponsáveis por elas e que aquilo que fazem é o certo para a família.

Desde finais do século XIX, pensadores nacionalistas, turcos e árabes liberais lutam pela igualdade de género, pois acreditavam que a nação não continha metade dos recursos necessários devido à dominação excessiva da mulher, e nesta causa juntaram-se os muçulmanos modernistas como, por exemplo, Abdu, que era contra a poligamia. Na sua interpretação do alcorão, aceita que deve haver igualdade entre as esposas por parte do marido, e que essa igualdade se refere aos direitos materiais e a um afecto sentimental, mas acredita ser quase impossível essa tarefa. As mulheres modernas desenvolveram então um projecto para poder ter um espaço público específico para elas. No entanto, não pretendiam aceitar certos costumes ocidentais, tais como usar vestidos curtos, participação em festas mistas, entre outras.

Estas feministas decidiram apoiar-se em modelos dignos de serem seguidos, fazendo uma analogia com as mulheres da época do Profeta, as líderes, mártires, entre outras. Com a chegada ao poder de alguns partidos políticos, tais como o Ba'ath do Iraque e da Síria, iniciaram o processo de independência da mulher de forma a assimilá-la ao núcleo político e económico da nação. Todavia, não é de todo fácil conseguir a aprovação da integração da mulher nos assuntos que sempre foram destinados à participação masculina. Por exemplo, no Kuwait e na Arábia Saudita, o parlamento proibiu sempre o direito ao voto feminino.

A partir dos anos 70, as mulheres voltaram a ter protagonismo com o movimento feminista. Algumas mulheres têm vindo a quebrar o silêncio e dar uso à sua voz, sobretudo em relação ao tabu da sexualidade. A título de exemplo de duas dessas mulheres é a socióloga marroquina Fatima Mernissi e a médica egípcia Nawal El Saadawi, vozes cujo alcance era limitado. O processo de emancipação da mulher permitiu a sua entrada na esfera pública, levando-a para tensões de instabilidade de que são vítimas nos países muçulmanos. O Médio Oriente tem vindo a desmoronar-se, devido a crises

sociais e políticas e a violência entre Estados. Contudo, a posição que a mulher representa no mundo muçulmano também está incluída nesse conjunto.

Para o fundamentalismo, a função da mulher na religião islâmica define-se primeiramente pela maternidade cujo principal objectivo é transmitir aos seus filhos os valores islâmicos. É esta a imagem da mulher tal como a defendem as fundamentalistas islâmicas, aliada à imagem de objecto sexual. São vários os movimentos fundamentalistas e cada um possui as suas normas, diferindo assim também a participação que as mulheres aí têm. Existem movimentos que aceitam o contributo da mulher no campo social e outros que não aceitam o seu envolvimento no campo público. No entanto, nas últimas décadas, uma das mudanças mais notáveis no mundo islâmico foi a recusa das mulheres muçulmanas em relação à moda ocidental.

Do comportamento das mulheres infere-se sobre a sua personalidade. Assim, no oriente, as roupas que usarem ajudam a definir aquilo que são. No ocidente, é permitido à mulher vestir calções, saias acima dos joelhos, mostrar os braços e ainda os cabelos, hábitos muito distintos do mundo muçulmano em que esse modo de a mulher se aparentar confere-lhe má reputação. Não só destrói a sua credibilidade como ainda são rotuladas de prostitutas, colocando a sua imagem física em risco. Para os fundamentalistas masculinos, torna-se uma presa fácil e uma figura que tem de ser eliminada pois sua presença deteriora a má imagem da sociedade. Desde os anos 80, tem-se vindo a demonstrar o perigo que significa uma mulher ter má reputação, com centenas de casos de mulheres desfiguradas por apenas exibirem seus cabelos ao mundo e como teremos oportunidade de demonstrar na segunda parte desta dissertação, a partir das obras literárias de Rania Al-Baz e Souad.

No mundo oriental, a mulher tem o acesso à esfera pública facilitado, dando pouca importância ao carácter sexual que a sua imagem possa ter, usando vestidos compridos de forma a cobrir todo o corpo e a utilização do lenço para esconder o cabelo. Gestos que vão ao encontro das leis e à obediência a Alá, valores que parecem enfatizar a rejeição do mundo muçulmano aos costumes do ocidente. O vestuário da mulher não significa uma desvalorização de todo, tendo o seu lado expressivo, e pode ser considerado como uma arma política indispensável em relação ao movimento islâmico. Refira-se, como exemplo, entre os anos 1978 e 1979, no Irão, um dos factores fulcrais que conduziu à vitória da Revolução Islâmica foi a presença maciça das mulheres nas manifestações contra o Xá.

Na perspectiva do ocidente, esta mobilização por parte das mulheres não parece ser uma reacção racional, se pensarem que pode haver restauração do domínio. No mundo muçulmano, um dos preceitos fundamentais é a separação dos sexos na função pública,

para que não haja tentações entre ambos, homens e mulheres, e para não haver infidelidade, uma ideia que está em acordo com as vestimentas da mulher, tendo em conta que, na sua perspectiva, o corpo delas é um ponto fraco para os homens. Trata-se de um modo de pensar que faz referência às mulheres que se comprometem com as leis religiosas e divinas, excepto as prostitutas e concubinas. No caso destas, as suas acções são proibidas pela lei moral. A participação das mulheres na revolução conduziu a uma imagem diferente, a nível político e público, da mulher, no Irão. A título de exemplo, refira-se que a Mulher passou a ter direito ao voto, à função jurídica, alteração da idade mínima para casar para os nove anos, acesso às profissões na política e ainda era à liberdade para praticar desporto.

Pelo contrário, no Afeganistão, não é permitido às mulheres desempenharem profissões na função pública, nem votar, são obrigadas a usar o corpo todo coberto com a burca, são submissas aos desejos e pedidos do homem, não lhes é permitido frequentar a escola, e só podem sair à rua na presença de algum elemento masculino. Trata-se de regras também presentes na Arábia Saudita, incluindo a proibição de conduzir.

Resumidamente, a religião islâmica pode ser interpretada como um armário que ajeita de várias maneiras a posição da mulher. Mawdudi, pensador paquistanês, dá a sua opinião referente ao posicionamento da mulher na religião, que defende o enclausuramento total. No entanto considera que:

se o objetivo é o de controlar a indecência e a obscenidade, então não faria sentido fechar todas as vias menores à indecência (ou seja cobrir as outras partes do corpo) mas deixar aberta a porta principal (o rosto, considerado parte mais atraente da mulher) (Demant, 2013: 216).

Seja como for, esta opinião não é aceite de todo pelos fundamentalistas egípcios. A questão da posição feminina, futuramente terá grandes diferenças. No islão, a sexualidade é uma tentação, uma força perturbadora da natureza, que se reflete no seguinte provérbio árabe: “sempre que um homem e uma mulher se encontram, o terceiro entre eles é o Santanás” (Demant, 2013: 217). Este é um dos motivos pelos quais a religião islâmica defende a rígida orientação da sexualidade e segregação das mulheres. O facto é que com o rápido aumento da modernização, este controle sobre a mulher tem vindo a ser menos viável.

O ocidente difere muito dos preceitos do Oriente, mas na perspectiva islâmica essas diferenças não são tão vantajosas como parecem. A liberdade que se vive no mundo ocidental, como por exemplo, as idas à praia frequentadas por ambos os sexos, as roupas reduzidas, a provocação dos órgãos de comunicação social, a proximidade entre o homem e a mulher são, do ponto de vista islâmico, a principal razão para a elevada taxa de divórcios, de violência, filhos abandonados, alcoolismo e ainda casos de suicídio. Isto é a reflexão face à ausência de regras mais rígidas entre o ser masculino e feminino.

Cada região, cada sociedade tem as suas características particulares e, dentro do mesmo continente, existem muitas diferenças. É, afinal, essa diversidade que nos fazem quem somos. O oriente é maioritariamente caracterizado pelo mundo muçulmano, mas este é constituído por diferenças, até porque, cada país adopta a sua interpretação do Alcorão, e tira as suas conclusões sobre as escrituras. A mulher muçulmana, na sua maioria, não tinha qualquer contacto com o exterior. Saber que por detrás dos portões onde vivia havia mulheres que se misturavam com os homens e que partilhavam os mesmos espaços era, para ela, inacreditável, e podia ser entendido como uma ofensa a Deus.

Quando o marido dirige a palavra à mulher esta tem que saber ouvir e usar sabiamente o seu silêncio. Ela não tem liberdade de expressão, ou seja, não pode falar sem a autorização do marido. Os casamentos são combinados pelos pais e muitos deles ainda antes dos filhos nascerem. São os pais que decidem o futuro marido ou a futura mulher para os seus filhos, sendo, pois, o seu destino traçado pelos progenitores. As mulheres são ensinadas pelas mães como se devem apresentar em público, como devem cumprimentar a sogra e o marido, como ser a mulher perfeita para que a sogra e o marido não tenham nada de mal a apontar. São ensinadas para serem submissas e não podem expressar opinião. É-lhes ensinado que a beleza de uma mulher não está ao lado da ciência.

Num casal, o homem tem que se mostrar superior em relação a tudo, em comparação com a mulher, até mesmo na idade. Todavia, esse aspecto pode ser ultrapassado, se se casar com a filha de uma família abastada e instruída. Na relação do casal, a descendência tem maior valor, no caso de ser um filho, porque uma mulher é equiparada a uma escrava. É assim também a tradição na China. As mulheres casam e saem do núcleo familiar para irem morar com o seu marido, a fim de começarem uma vida familiar. Em *East Wind, West Wind*, obra publicada em 2012, Pearl S. Buck remete o leitor para um sentimento e uma vida partilhada com outro, mesmo antes de a

protagonista ter nascido. A protagonista fora orientada pela mãe para saber os comportamentos e atitudes que devia ter e mostrar depois do casamento. Foi aconselhada sobre como satisfazer e fazer feliz o marido, e sobre como lhe dar prazer. Buck, a protagonista, não sentia afecto pelo futuro marido e no dia do casamento sentiu esse afastamento, pois não foi olhada pelo marido da forma que esperava ser. A mulher tem que ser virgem para que o casamento seja consumado, e é na noite de núpcias que o marido deverá descobrir a pureza da mulher. Esse é o momento mais esperado pela noiva, criando um sentimento de medo mas também de desejo, embora esse momento seja quando ele a olha de verdade:

That night, after the feasting and bantering laughter had ended, I sat alone upon the couch in the bridal chamber. I was stifled with my fear. The hour I had imagined and dreaded and longed for all my life was come—the hour when for the first time my husband looked on my face, and we were alone together (Buck, 2012: 24).⁵

No entanto, Buck acabaria por ser surpreendida pelo homem com quem casou, já que este não a queria apenas como um objecto sexual, mas também como mulher e amiga. Tratava-se de uma reacção que uma mulher, que foi educada pelos costumes e tradições islâmicas, não espera do homem que deve ser o seu senhor, nunca um amigo. Neste exemplo, o marido, ocidental não se sentia bem em forçar a mulher em nada e usá-la como um bem, e mesmo que a mulher se sentisse feliz com essa decisão não podia falar nem demonstrar, porque estaria indo contra os preceitos da sua religião. Depois de uma mulher casar já não pode voltar para casa dos pais, pois o seu único teto é a casa do marido. Na China, as mulheres têm que se arranjar todos os dias de forma a mostrar a sua beleza para o homem, deitando na cara pó de arroz e batom vermelho, usando óleo no cabelo para este ficar bem apresentado e usar sapatos bordados. Contudo, em *East Wind, West Wind*, o homem não gosta que a mulher cumpra com as obrigações do povo chinês. Para ele a beleza natural da mulher é o mais bonito, o que por vezes leva a que a mulher sinta não conseguir agradar de modo algum o seu senhor.

Pearl S. Buck estranha a construção das casas no ocidente, pois não entendem como as janelas não têm grades. É através da luz que entra em casa pelas grades que

⁵ Tradução nossa: “Naquela noite, depois que as risadas festivas e zombeteiras terminaram, sentei-me sozinha à cama, no quarto nupcial. Estava transida de medo. Chegara a hora em que eu pensara toda a vida, a hora que eu temia e desejava, a hora em que, pela primeira vez, meu marido olharia para o meu rosto e ficaríamos a sós” (Buck, 2012: 24).

mostra a docura do seu rosto, e assim não seria possível mostrar a sua beleza ao marido. Estes hábitos ocidentais do marido eram vistos como estranhos para a mulher oriental, que fora instruída para ser tratada de forma diferente. É tradição que as mulheres chinesas enfaixem os pés, para que um dia os seus maridos louvem a beleza dos mesmos. O sonho das mulheres no oriente é casar para quando for altura de ir visitar os pais já ser vista como adulta, usando o cabelo em coque, em vez do uso da trança e franja como símbolo da sua virgindade.

A população ocidental tem tendência a encarar simultaneamente os costumes orientais como engraçados e estranhos, devido às suas vestimentas, à sua alimentação, reações que também os orientais experimentam face às tradições ocidentais. Uma das diferenças entre estes povos é a cortesia. Por exemplo, no oriente as mulheres são as últimas a entrar numa casa enquanto o costume dos ocidentais é a mulher quem deve entrar primeiro. A mulher muçulmana sempre foi educada pelos costumes do seu país. Tudo o que fosse alheio a essas tradições não lhe competia saber, e assim as invenções dos outros povos eram vistos como coisas extraordinárias, como se poderá compreender através do seguinte excerto:

of turning a handle and getting hot or cold water out of it, and of a stove with no fuel that one could see, and yet having heat—self-coming water and self-coming heat, these are called. And how amazed was I at his stories of machines on the sea and of others flying in the air and floating under the water and many like marvels! (Buck, 2012: 58).⁶

Tudo isso era visto como magia, embora se referisse apenas à ciência. Para os muçulmanos, não existia ciência, tudo era obra e fruto de Deus. No casamento é por tradição o homem quem dá o dote, enquanto a mulher retribuiu tudo aquilo que o marido lhe deu através da gravidez, sobretudo de um varão. No entanto, é importante que antes do nascimento do filho não lhe seja preparada nenhuma roupa porque acreditavam que assim os deuses poderiam querer destruir aquela criança.

Nas leis islâmicas, os homens devem casar apenas com mulheres muçulmanas, principalmente aquelas que já desde crianças lhes foram destinadas, a ponto de dar à família do homem um herdeiro que não pertence aos pais mas sim aos avós. Casar, por

⁶ Tradução nossa: “a torneira que dá água quente ou fria, o forno sem combustível, e, além disso, essas histórias, que considero inauditas, sobre certas máquinas – umas que andam pelo mar, outras que voam no ar ou deslizam na água, tantas outras maravilhas” (Buck, 2012: 58).

exemplo, com uma mulher ocidental significa para a sua cultura quebrar as tradições e as leis religiosas. Qualquer filho que nasça desse amor não pertence à linhagem anterior. Contudo, não significa que não seja possível casar com uma mulher de cultura distinta da sua. Pode, desde que a primeira esposa seja aquela que lhe foi prometida pelos pais e lhe dê um filho primogénito.

Para os antepassados, a palavra amor não existe entre um casal. O homem apenas sente desejo pela mulher e depois de satisfeito já nada mais interessa. Esta deve-lhe dar um filho varão, senão, caso contrário, o homem pode ir à procura de uma concubina que lhe dê o filho desejado. São apenas donas de casa e para nada mais parecem importar ao marido. Este pode procurar outras mulheres e possuí-las, usá-las e depois deixá-las quando o desejo acabar. É impossível para as mulheres acreditarem que em algum casal exista amor duradouro, porque o homem é livre de ter quatro esposas e de ter as concubinas que desejar. A sua função é apenas educar os filhos e cuidar da casa.

Apesar de, nessa cultura, talvez não existir amor verdadeiro entre o marido e a esposa, o contrário é possível existir. Tal pode ser o caso de quando o marido de Buck comenta que pode ter outra mulher e ela reage com medo pois quer o marido só para ela. Ou seja, ter sentimentos de amor pelo marido e não querer que este tenha mais esposas. Trata-se de uma atitude reveladora dos sentimentos que tanto as mulheres ocidentais como as orientais têm, embora no oriente seja preciso acatar a decisão do homem, quando este decide desposar uma nova mulher. As casas no mundo muçulmano são construídas com muros altos, para poder preservar a privacidade das mulheres em relação aos olhos exteriores como por exemplo, de vendedores ou curiosos. Enquanto para uma mulher ocidental é normal e habitual poder ir à janela olhar em redor os vizinhos e quem passa pela rua, estar rodeada dessas paredes sem ter muito por onde olhar é afigura-se-lhe como uma prisão. Por sua vez, para a mulher oriental o normal e certo é a sua reserva salvaguarda do exterior.

Quando de uma união nasce o primogénito varão da família é tradição que seja furada a sua orelha e colocado um brinco de ouro com o propósito de enganar os deuses para que pensem que é uma menina e não um rapaz, e assim salvá-lo de uma morte prematura. É como no fim da vida, na morte, em que a tradição é colocar sobre os olhos do morto pedras sagradas de jade.

1.2.1. Obrigações e proibições para as mulheres no Islão

A religião islâmica pode ser entendida como uma “religião laica”, conhecida por negar a necessidade da existência de uma classe superior ao povo, como por exemplo, sacerdotes, para guiar a população até Alá e à salvação da alma. Trata-se de uma religião construída à base de leis, com obrigações e, como já tivemos oportunidade de demonstrar anteriormente, com cinco pilares, que são válidos para todos aqueles que crêem em Alá. Apesar de todas as obrigações exercidas sobre os crentes, alguns problemas jurídicos parecem estar a afectar a interação entre os indivíduos e as sociedades. Contudo, podemos então afirmar que os crentes não recebem conselhos nem ajuda de sacerdotes, mas de indivíduos que se auto-intitulam de juristas, que em árabe é conhecido por *faqih*.

O livro sagrado obriga a que haja respeito entre a humanidade. No caso do casamento islâmico, é um compromisso importante entre o homem e a mulher e tem de ser realizado na presença de testemunhas. É fundamental que a mulher se case de livre vontade e que haja respeito mútuo e fidelidade entre os cônjuges, além de terem como objetivo principal criar uma família. Como já foi referido, no islão existe a prática da poligamia, que também está sujeita a regras. Todavia, quando nos deparamos com uma mulher vestida de *niqab*, um véu que cobre o rosto e o pescoço com apenas uma abertura nos olhos, ou de *burka*, vestimenta que cobre todo o corpo e com uma rede nos olhos para poder ver, não significa que o marido dela seja rico. Afinal, não é com base no dinheiro que constituem uma família poligâmica, mas que cumprem os requisitos de Maomé, que parecem impossíveis para qualquer casamento poligâmico.

A sexualidade é uma dádiva divina que também está sujeita a regras. É obrigatório haver tratamento igualitário para todas as mulheres, e tem de ser visível tanto de maneira formal como de maneira sentimental e espiritual, como o muçulmano, Khalid Jamal, refere no exemplo que apresenta:

imagine que eu tenho duas mulheres, e que quero comprar uma fruta lá para casa. Eu tenho duas casas, tenho duas mulheres, não estamos a falar de um caso de coabitação, portanto admitindo que elas vivem em duas casas distintas, eu para comprar uma peça de fruta para cada uma das minhas mulheres, aquilo que o Profeta sugere na altura não é comprar duas melancias; é comprar duas melancias e separá-las e dar metade a cada uma delas porque eu não sei o sabor e a doçura de cada uma dessas frutas (Quevedo, 2017: 130).

O que significa que, de acordo com esta visão, parece ser mais fácil obter a igualdade formal do que a espiritual, ou seja, parece ser mais simples dar às duas mulheres uma casa igual e um sustento igual do que nutrir sentimentos iguais por ambas. Embora se entenda que é muito difícil cumprir esta exigência, não há forma de modificar, eliminar ou acrescentar o que está escrito no alcorão porque é proibido, e por isso, para haver a celebração do casamento é necessário haver garantias de que esse preceito será realmente observado.

Em algumas sociedades é fundamental o consentimento da primeira esposa para o marido se poder casar com outra mulher. Noutras sociedades, é independente da autorização da mulher porque para alguns teólogos este novo casamento depende da motivação do marido, com o propósito de o homem não cometer pecado ou cometer adultério, já que e para o islão é mais importante que haja um segundo casamento do que adultério. Até porque este é considerado uma indecência em todas as religiões abraâmicas, sendo para o judaísmo um incumprimento dos deveres matrimoniais, para o qual só existe uma maneira de o resolver, que é através do divórcio. Para o cristianismo, quem se arrepende do acto pode ser perdoado por Deus, mas não significa que quem foi enganado perdoe este acto. Para o islão, antes de pensar em cometer adultério, o homem tem de se casar com a mulher pois, qualquer mulher que o homem queira tem de casar com ele. No caso dos filhos que provêm das famílias poligâmicas, os que não são do primeiro casamento são chamados de bastardos ou ilegítimos, o que causa problemas futuros de herança.

No Irão, um outro país muçulmano, existe outro exemplo de casamento, o *nikāh al-mut'ah*, também designado por casamento temporário. O homem e a mulher decidem a sua duração, tendo o homem igualmente uma obrigação pecuniária para com a mulher. Não há tempo mínimo nem máximo para a duração deste tipo de casamento. Contudo, tem as suas obrigações: a mulher tem de ser muçulmana e não pode ser virgem. Além disso, tem de ter autorização do pai. Caso nasça um filho dessa relação o pai tem de assumir a paternidade e os seus deveres, reconhecendo o filho como legítimo.

Um dos crimes que é explicitamente condenado e merecedor de castigo no alcorão é o adultério, e um dos castigos que a Xaria aplica é a mulher ser lapidada e o homem flagelado. No entanto, estes crimes e castigos previstos no Alcorão não devem ser entendidos à letra porque vão contra os mandamentos de Maomé, como os que afirmam o perdão e a misericórdia. No alcorão, na Sura da Luz (24: 2-5), encontramos escrito:

“Que a fornicadora e o fornicador sejam castigados com 100 açoites cada um.” “E aos que acusem as suas mulheres sem apresentarem quatro testemunhas ser-lhes-ão dados oitenta açoites e nunca mais se aceitará o seu testemunho” (Quevedo, 2017: 135). Para podermos neutralizar este castigo e recorrer aos mandamentos do perdão e da misericórdia recorreremos a um exemplo de misericórdia, que parece estar esquecido na lei, o de um homem que falou com o Profeta, dizendo que ia acusar a sua mulher de adultério porque deu à luz uma criança negra. Então, o Profeta perguntou-lhe se tinha camelos, ele respondeu que sim; perguntou de cor eram, o homem respondeu, “castanhos”, e o Profeta então perguntou: “Por acaso entre eles não tens algum camelo preto?” (Quevedo, 2017: 135) e o homem respondeu que sim. Perguntou-lhe então qual seria o motivo e o homem disse que provavelmente era de algum antecedente genealógico. Foi então que o Profeta lhe disse: “Então é provável que também tenhas o mesmo antecedente na família” (Quevedo, 2017: 136).

Um outro crime e proibição no islão é o aborto: “a vida é dada e retirada por Deus” (Quevedo, 2017: 136), mas com exceções, no caso de a vida da mãe estar em risco e se o feto tiver malformações. Também é permitido abortar em caso de violação, de crime ou de não ter sido por livre vontade da mulher de procriar. Para se realizar um casamento inter-religioso existe uma diferença entre se for o homem o não muçulmano ou se for a mulher a não muçulmana. Se for um homem, este tem de se converter ao islão porque a xaria exige deveres só ao homem, e para os cumprir tem obrigatoriamente de ser muçulmano. Se for a mulher, não tem de se converter, mas terá de aceitar as condições impostas pelo casamento muçulmano, mesmo que estas colidam com os preceitos da sua fé. Também é de ressaltar que o incesto e lascívia acarretam drásticas punições.

Os muçulmanos têm também regras alimentares, que se encontram divididas em dois tipos: os permitidos (*halal*) e os proibidos (*haram*). O abate de animais, o *dhabihah*, como no judaísmo, só pode ser realizado por muçulmanos e a carne só é consumível se o animal não sofreu, e se o corte foi realizado através das leis da xaria. A xaria proíbe o consumo e o abate de alguns animais, tais como, o porco, o gato, o cão e os animais selvagens, e proíbe também o consumo do sangue e da carne dos animais que sofreram ao morrer e aqueles que morreram de causas naturais. Uma das restrições importantes do islão é o álcool porque, além de provocar distúrbios, contribui ora para o bem ora para o mal, pois é um desejo incontável e pode ter consequências futuras.

No livro sagrado algumas das proibições estão escritas de maneira contraditória, como por exemplo, o consumo de vinho. Em alguns versículos, é permitido, noutros é

proibido o seu consumo. Este exemplo levou a uma pesquisa mais profunda sobre as palavras do Profeta Maomé, levando assim, ao crescimento de um corpo jurídico-religioso, a xaria (que significa «o caminho certo»). A xaria faz a distinção entre os deveres perante Deus e o Homem. A lei do islão não é considerada homogénea e conduz a diferentes interpretações, algumas proibições face à lei de Alá não é punida pelos juízes. Deste modo, o que torna um homem incrédulo não é o incumprimento da lei face às proibições mas sim a negação referente à lei.

Desse modo, nacionalizou-se um islão oficial fundamentado nas escrituras originais, simbolizado por quatro escolas ortodoxas predominantes nos dias de hoje no mundo muçulmano:

- 1- a escola hanifita, fundada por Abu Hanifa (699-767), é a mais conhecida, a mais liberal e a mais disponível à opinião própria e à razão. Vigora atualmente no subcontinente indiano, Ásia Central e Médio Oriente;
- 2- a escola malikita, fundada por Malik ibn Annas (711-795), é a mais conservadora. Vigora nos dias de hoje nos territórios africanos ocidentais;
- 3- a escola shafiita, fundada por Muhammad ibn Idris al-Shafí'i (767-820), é de todas a mais dispersa e predomina na Indonésia, Arábia Meridional, Egipto Inferior e África Oriental;
- 4- a escola hanbalita, fundada por Ahmad ibn Hanbal (780-855), defende rigorosamente a tradição de devoção a Deus, predominando na Península Árabe, Arábia Saudita e também na Argélia, Síria e Irão.

Estas quatro escolas de jurisprudência passaram a dominar a lei islâmica no mundo dos sunitas.

2. Literatura e Religião

Frequentes vezes, surge a questão sobre qual a origem da religião. Richard Holloway dá-nos uma resposta: “A origem da religião está na mente do animal humano, está em nós, portanto” (Holloway, 2018: 11). Os animais irracionais não necessitam de religião porque a vida deles é plena e apaziguada comparando com a do ser humano. Este age em conformidade com o obstáculo com que se depara, enquanto os animais agem instintivamente face aos obstáculos que encontram no caminho. Por não serem dotados de razão, não pensam no motivo da sua existência e vivem simplesmente. Pelo contrário, o ser humano desenvolveu-se a ponto de se tornar autoconsciente, ou seja, tudo o que o rodeia requer uma razão, questiona-se constantemente, pensando em tudo aquilo que se lhe depara.

Uma das principais questões que o ser humano se coloca é como foi criado o universo em que vive. Haverá alguém que o tenha criado? Para podermos ter uma referência para estas questões utilizamos a palavra *theós*, que significa *Deus* em grego. Para além destas questões, existe uma outra que sempre se coloca ao ser humano por lhe ser impossível não se questionar: o que existe depois da morte? Será a morte o fim da viagem/vida na Terra? É definitivo ou ainda existe algo para além da morte? Trata-se de questões que distingue o animal racional do irracional. Foi para tentar responder a essas perguntas que terá surgido a religião. A resposta que esta deu face à criação do universo foi a de que “o universo foi criado por uma extraordinária força a que alguns atribuem o nome de Deus, uma entidade que continua interessada e envolvida naquilo que criou” (Holloway, 2018: 12).

Contudo, existe mais do que uma religião, e todas elas têm a sua própria definição sobre Aquele que é chamado de Deus e sobre o Seu poder, mas todas elas, à sua maneira, acreditam na existência de um ser superior ao ser humano. Consideram que não somos os únicos habitantes do universo, que não estamos sozinhos, que existem os “sobrenaturais”, aqueles que não pertencem ao nosso mundo natural. É possível que desde o início do mundo até aos nossos dias tenha sempre existido uma crença num mundo sobrenatural distinto do nosso, e o factor que pode ter dado início a esse pensamento é a questão sobre o que acontece ao ser humano depois que morre.

Todo o ser vivo morre, seja racional ou irracional. A diferença entre eles é que o homem cuida dos defuntos, enquanto o animal fica onde morre. Não significa que os

animais não sejam dotados de sentimentos, e que não sofram pela perda de alguém muito próximo a si.⁷ Um funeral tem a sua simbologia e uma das formas de mostrar esse afeto e amor que havia pelo falecido é assinalar o lugar onde jaz o defunto, ou por vezes até a criação de uma estátua em nome de alguém que merece ser sempre lembrado pelos familiares que ficaram na Terra. Já desde o tempo dos antepassados existe as questões sobre a origem do mundo, havendo a suposição de que havia sido criado por alguém muito superior ao ser humano, alguém que pertencia ao domínio do sobrenatural.

Para eles, quando o Homem morria, o espírito abandonava o corpo que habitava para poder seguir caminho, rumo a um novo destino. Todavia, existe um grupo de sábios e profetas que marcaria a história da religião, que não aceitava a crença na existência de um além nem na possibilidade de haver outro destino para as almas que partissem da Terra, pois afirmava que tinha sido visitado por Ele. É a partir desse grupo que nascem novas religiões. Deste modo, para entender a ideia da religião é necessário o ser humano focar-se numa realidade para além daquilo que lhe é dado a conhecer, longe do tempo e do espaço que vê, e imaginar que existe alguma coisa nesse outro mundo invisível, que tem a capacidade de fazer chegar a sua mensagem aos seres humanos.

Segundo algumas crenças, existe no universo uma força maior que o ser humano, com capacidades inacessíveis que, comunica através dos sonhos e palavras, com pessoas especiais para que estas possam transmitir ao mundo o que lhes foi mencionado. Estas pessoas experienciam um tipo de encontro diferente com os outros, que as pessoas consideradas normais não têm e que apenas o vivem em sonhos. Nesta perspectiva, é possível considerar que a origem da religião é um produto da mente humana.

As primeiras religiões existentes eram consideradas politeístas, mas a partir de 1800 antes da Era de Cristo, com o nascimento de uma das figuras mais relevantes da história da religião, Abraão, começou a haver mudanças e a existir as religiões monoteístas. Foi designado o pai fundador pelas três religiões que ainda hoje são monoteístas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão. Foi pela história de vida de Abraão que se daria início à transição de religiões politeístas para religiões monoteístas. Os pais de Abraão tinham uma loja de estatuetas. Era o pai quem esculpia as mini-estátuas, enquanto ele observava como eram feitas. Abraão não entendia o motivo dos clientes

⁷ Em Edimburgo, uma famosa estátua de um cãozinho chamado Greyfriars Bobby (...) morreu em 1872, depois de ter passado os últimos catorze anos da sua vida deitado no túmulo do falecido dono, John Gray. Bobby sentia, sem qualquer dúvida, a falta do seu amigo (Holloway, 2018: 12). E com a morte do cão a família fez o que um ser humano faz: promoveu ao animal querido da família um digno funeral.

quererem um objeto que, para ele, significava um simples brinquedo feito por humanos. Para Abraão, aquelas estátuas não tinham qualquer significado, pois não era algo feito por alguém superior, mas pelas mãos de pessoas, motivo que o levou a ignorar a existência de vários deuses e a acreditar apenas num ser superior ao ser humano.

Para o profeta que ouvia na sua mente a voz de Deus, aquilo que fazia o seu pai era uma ofensa: Holloway descreve a posição de Abraão referente a tais mentiras:

E o que se sentia pelos ídolos e imagens dos deuses não era apenas desdém; detestava-os, porque impediam que os filhos viessem a conhecer o próprio pai. Como um pai cujos filhos houvessem sido roubados por estranhos, queria-os de volta e desejava que aqueles que os tinham raptado fossem punidos (Holloway, 2018: 49).

Se nos concentrarmos neste sentimento de repulsa que Abraão tem pelos falsos deuses, e se compararmos com os objectos que levam o ser humano a sentir ódio, podemos chegar à conclusão que esses objetos são aqueles que são diferentes de nós, como por exemplo, o sexo, a classe, a raça e a cor de pele. É o que acontece também em relação à religião. O ódio religioso pode ser a razão mais fatal desta forma de sentir, sendo que para poder se defender é necessário bons argumentos para a justificação divina. Mas Abraão conseguiu afastar os homens e mulheres do politeísmo e aproximá-los do monoteísmo, isto é, da crença num só Deus.

Como já apresentado anteriormente, Abraão é considerado o fundador das três religiões monoteístas existentes. Uma forma de compreender essa afirmação é pensar de uma maneira de transmissão espiritualmente hereditária, nascendo com a primeira religião monoteísta, o judaísmo, e depois transmitindo para a segunda religião monoteísta, o cristianismo. Depois do século VII, seria transmitido para a terceira religião monoteísta, o islão. Ainda assim, a transmissão hereditária, além de espiritual, pode ser entendida no sentido físico, através dos filhos de Abraão, Isaac, o pai de Israel, dos judeus e cristãos, e de um outro filho. Para melhor se poder compreender, conta-se que Abraão gostava de duas mulheres, uma cujo nome era Sara, e outra Agar, a escrava de Sara. Desta junção de Abraão com a escrava nasceu um filho, chamado Ismael, que provocou ciúmes a Sara porque receava que Abraão escolhesse o filho da escrava como herdeiro, sentimento que levou a Sara conseguir convencer o marido a expulsar a mãe o filho de casa.

Agar e o filho foram para o deserto, perto do mar Vermelho, e ali a mulher chorou de infelicidade. Por sua vez, o filho, apenas sentiu raiva. De acordo com a tradição do

islão, essa fúria foi a salvação de ambos, porque de tanto pontapear a areia encontrou uma fonte. Ao ter conhecimento deste incidente, Abraão construiu ali perto da fonte um templo, instaurando dentro desse templo uma pedra negra considerada sagrada, da qual se conta outra história. Essa história remonta até aos primeiros seres humanos na Terra, Adão e Eva, que teriam vivido no jardim do Éden, jardim de encantos, onde nada lhes faltava.

Nesse jardim, apenas uma árvore lhes era interdicta, a árvore do Bem e do Mal. Por lhes ser proibida, levou à curiosidade, sendo assim que ambos perderam a inocência. Todavia, na história relatada pelo islão, antes de Deus os expulsar do jardim permitiu que ambos levassem um objecto que serviria de recordação do lugar que perderam por não cumprirem as regras. No entanto, não perderam Deus, mas apenas o lugar perfeito onde não existia o mal. O objecto que escolheram foi uma pedra negra que simbolizava o Paraíso e que Abraão herdou e colocou no templo de Ismael, na Caaba, na cidade de Meca. E nos dias de hoje, a religião islâmica, a terceira fundada pelo profeta, é a segunda religião que conta com mais fiéis em todo o mundo.

Apesar das respostas que existam sobre a origem da religião todas são suposições, incertas, porque a sua realidade está para lá da vida terrena. Apenas se sabe o que foi transmitido pelos profetas que afirmaram ter investigado o mistério que envolve essa questão. A religião não é uma ciência que através do estudo e do facto comprovável encontra todas as repostas.

O islão desenvolveu-se em quase todas as áreas, embora em diferentes proporções. Além de todos os lugares já mencionados como relevantes para o império islâmico, também Córdoba, Bagdad, Cairo e Damasco são metrópoles muito importantes a nível cultural. É entre os séculos VIII e XIII, em particular entre IX a XI, que reside o auge da cultura, da arte e da ciência islâmicas. A filosofia islâmica desenvolveu-se a partir de traduções da filosofia grega, sobretudo através das obras de Platão e Aristóteles, que só depois da sua recepção no oriente é que chega a território ocidental. A filosofia islâmica estuda a metafísica, relacionada com a teologia, a filosofia política, a ética, a lógica e a teoria do reconhecimento. Na metafísica são discutidas questões sobre a essência de Deus, a sua Sabedoria e principalmente sobre o início e o fim do Mundo.

Além da filosofia existe também a astronomia, onde se encontram as hierarquias e os ciclos do Cosmos, desenvolvendo o conhecimento do Antigo Oriente. Não só a astronomia como a matemática árabe garantem o conhecimento da Antiguidade. Em relação à medicina árabe e persa, além de especular sobre a natureza do Homem, funda

escolas próprias e assimila uma herança indiana e grega. É na área da Astronomia, da Matemática e da Medicina que se encontram os pensadores mais importantes do islão. Al-Kindi (801-873) interligava a filosofia aristotélica a elementos neoplatônicos, apresentando uma teoria entre a profecia e a revelação divina. Al-Farabi (870-950) foi considerado como o mais importante comentador da filosofia grega. Ibn Sina (980-1037) representou a consumação da filosofia islâmica e foi um grande estudioso do seu tempo, dominando todas as ciências e ficando também conhecido no ocidente. Ibn Rushd (1126-1198) delineou uma purificação da filosofia de Aristóteles, tornando-a livre de interpretações de carácter teológico e místico. Teve mais influência em território ocidental do que oriental, influenciando o pensador mais ilustre do ocidente medieval: São Tomás de Aquino. Ibn Chaldun (1332-1406), pensador islâmico, desenvolveu uma filosofia própria e uma teoria da cultura e sociologia moderna, influenciando posteriormente o pensamento de Émile Durkheim e de Karl Marx.

Com o redescobrimento destes filósofos gregos surgiram grandes dúvidas em relação aos dogmas do islão face às leis da natureza, como por exemplo, a onipresença de Deus, a criação do mundo e a ressurreição. Foi assim que o confronto entre a epistemologia alcorânica e a epistemologia racional resultou em grandes tensões, conduzindo depois ao desenvolvimento de duas escolas opostas. Por um lado, a escola conservadora, a *xaria*, onde não era aceite qualquer dimensão que não fosse controlada pela religião, por outro lado, a escola progressista, a *falsafa*, onde o objectivo era primeiro conhecer Alá e então depois servi-Lo. Essa escola progressista, chegou a ser doutrina oficial em 827, mas, desde 891, começou a enfraquecer devido a uma reacção antirracionalista que conduziria a diversas e violentas perseguições.

Além destas duas escolas, a *xaria* e a *falsafa*, sobressaiem outras três perspectivas: o sufismo (a mística), o xiismo e a cultura letrada (*adab*). Os sufis tornaram-se conhecidos depois do século XIII, aquando da origem das escolas lideradas por religiosos místicos, sendo populares entre as comunidades muçulmanas não árabes. A intervenção mística no mundo muçulmano é a explicação para o recente crescimento da religião islâmica. Os xiitas continuavam com a crença na legitimidade da sucessão dos califas e para garantir a sua sobrevivência passaram a adotar a *taqiya*, que significa, negar as suas crenças. A cultura letrada era o cultivo de saberes como, por exemplo, ciência, geografia, história, mas a mais prezada era a oralidade. Com o crescimento da aprendizagem da caligrafia, das artes e da ilustração passou a haver um desinteresse maior pela religião.

Como consequência de todas as ciências e artes islâmicas, o califado dos séculos IX e X transformou as cidades em centros de ciência e cultura contemporâneos. A mística é também um estudo islâmico muito complexo e rico, tendo uma relação tensa com o islão dos guerreiros, juristas e soberanos. Mantém o equilíbrio entre o afastamento do mundo e o apelo à renovação interior. Expresso no alcorão, as suas origens espirituais residem no enaltecimento da ascese penitencial e no encontro entre as formas de piedade das nações e das culturas incorporados no islão, com a sua expansão. A ascese inicial é a procura consciente de Deus, que se desenvolve em torno do pensamento de temor a Deus, e da confiança que o crente deposita nele, com o propósito de encontrar a paz interior e a renúncia do mundo. O objectivo principal para esta procura é a total confiança em Alá e a entrega a Alá. O reconhecimento de Deus é para os místicos, uma medida interior de cada indivíduo para alcançar a fé, constituindo um maior peso do que o cumprimento da lei e o saber dos eruditos, ambos de carácter exterior.

Trata-se de motivos que prevêm o conflito entre os místicos e a teologia, e também com a ortodoxia política. A mística deriva da luz da antiga Pérsia e a sua linguagem era suspeita para o islão oficial. Com o aparecimento de pregadores de reformas, estes eram venerados pelo povo e considerados santos, o que terá levantado ainda mais as suspeitas. Contudo, a desconfiança do islão foi aumentando e resultou em grandes perseguições, tendo alcançado o auge quando executaram o místico al-Halladj no ano 992. Mais tarde, o importante místico e teólogo al-Ghazali (1058-1111) tentou reconciliar a teologia com a mística. Ibn al-Arabi (1165-1250), um místico de grande fé interior, afirma que conseguiu atingir a essência de Alá e que teve a experiência de união com Ele. Mais tarde, o ponto alto da mística islâmica deu-se na obra de al-Din Rumi (1208-1273), com os seus poemas românticos cheios de musicalidade e riqueza de imagens.

No século XII, para existir uma organização dos místicos constituíram-se as chamadas ordens religiosas (*tariqa*), umas estruturadas em mosteiros e confrarias, outras em pequenas comunidades. Os místicos têm como denominação de “sufi” provém do árabe *suf*, e tem como significado “lã”, isto é, são conhecidos como “aqueles que vestem roupas de lã” (Hattstein, 2000: 106). Estas ordens religiosas apresentam uma constituição hierárquica, respeitando as regras fixas e organizadas pelos monges cristãos e budistas. Têm o seu mestre (*shaykh*) da ordem, a quem os seus irmãos devem obediência: “Eis uma das regras: Deves estar na mão do teu mestre como o cadáver nas mãos do que o lava” (Hattstein, 2000: 106).

É através da literatura que as religiões se fazem transmitir, hereditariamente, entre os povos, já que foi através das escrituras dos livros sagrados que se deu o conhecimento das permissões e proibições dos actos do Homem. Todas as religiões possuem as suas normas de como agir perante as consequências, mas todas elas se baseam nas respectivas escrituras divinas. É neste sentido que a literatura se afirma como um dos objectos mais importantes para a sua transmissão. No entanto, a interpretação é que vai possibilitar a cada leitor encontrar respostas.

O livro é um dos principais meios de divulgação de informação. Reescrito ou impresso, impõe-se como veículo de acesso à transmissão de informação e de saberes. Alguns dos livros sagrados são, em termos estatísticos dos livros mais vendidos em todo o mundo. Por exemplo, a Bíblia e o Alcorão já têm mais de bilhões de cópias vendidas.

2.1. *Desfigurada*, de Rania Al-Baz: “O profeta [que] ensinou o amor e não o ódio”

Cada religião tem a sua história, as suas leis, as suas crenças, os seus costumes e tradições. Durante este capítulo, procuramos descrever o lugar da mulher muçulmana na Arábia Saudita através de alguns episódios da vida da autora, Rania Al-Baz, relatados no seu livro *Desfigurada* publicado em 2008. Na religião muçulmana, acredita-se que existe vida após a morte, através da continuidade daquilo que foi vivido na vida terrena. Para os crentes, os sonhos são sinais que merecem ser interpretados, não devendo ser confundidos com as visões, pois são apenas vistas. Em *Desfigurada*, Al-Baz, dá um exemplo das razões que levam o povo a acreditar no significado dos sonhos:

Youssef (...) Como era conhecido pelo seu talento para interpretar os sonhos, um dia foram-lhe pedir para decifrar um sonho do rei. O monarca sonhara que sete vacas gordas tinham comido sete vacas magras. Youssef anunciou então que sete anos de seca iriam suceder a sete anos de fertilidade. (...) As profecias de Youssef revelaram-se exatas, de tal maneira que o reino, preparado com o devido tempo, soube fazer face e salvar-se de uma calamidade (Al-Baz, 2008: 10).

Como já foi referido, a mulher muçulmana está destinada a um homem desde muito cedo. No entanto, muitas vezes não significa que este relacionamento dure para sempre. Foi assim que a autora acabaria por se divorciar do marido, quando tinha dezoito anos. Aos olhos do povo ocidental, além de ser pouco frequente, o divórcio não é encarado como natural, porque uma relação nunca é garantida e muitas vezes o divórcio acaba por ser a melhor decisão, quando uma relação não é saudável. Todavia, aos olhos do povo oriental, é muito difícil aceitar e viver uma separação. Estar divorciada apresenta-se como uma situação complicada para a mulher, pois esta é encarada pela sociedade como culpada por não ter sabido ser uma boa esposa, dona de casa, mãe, nem tão pouco ter sabido satisfazer sexualmente o marido.

Na Arábia Saudita, viver na condição de uma mulher divorciada significava viver com um enorme sentimento de culpa e de falta para com os preceitos de Deus. Uma das características que Al-Baz considerou uma vantagem para poder continuar a sua vida após o escândalo do divórcio foi a sua imagem, a de uma bela mulher. Tinha a possibilidade de continuar os estudos em Radiologia, pois nem todas as mulheres, dependendo do país,

podem estudar. Através da família, conseguiu arranjar emprego noutra área, tendo sido considerada “a primeira jovem apresentadora de televisão” (Al-Baz, 2008: 12). As mulheres escolhidas para estes empregos tinham habitualmente uma idade mais avançada. Ser escolhida com apenas vinte anos foi objecto de muita polémica no país. A sua beleza genuína encantou os homens e muitos disputaram a sua mão. Esse sucesso abafou o seu passado e Al-Baz voltou a encontrar um homem com quem refazer a sua vida. Contudo, em *Desfigurada*, a autora narra, em primeira pessoa, situações que acontecem em muitos casais: o ciúme, a hiper-proteção e os abusos.

O amor, um sentimento forte que quando em excesso pode ser doentio e conduzir a actos de violência, tais como, o que descrito na obra, desencadeou os ciúmes que ultrapassaram todos os limites do significado de amor. A mulher, neste caso, o autor empírico, passou a ser encarada pelo marido como um objeto que tem que ser guardado e protegido do olhar de todos os outros. Muitos homens na Arábia Saudita guardam as suas mulheres em casa, proibindo-as de sair para o exterior. Não foi o caso em a *Desfigurada*. Apesar de o companheiro deixar a mulher sair, esta apenas podia deslocar-se para o programa televisivo. Não podia ter contato com outras pessoas, nem com mulheres, mesmo sendo as amigas, e muito menos com homens. Era constantemente controlada, para que não deixasse de cumprir com os seus deveres enquanto esposa.

Quando de um casal nasce um filho, a mulher passa a ter mais funções em casa. Era, pois, esse o desejo do marido, o de que tivessem muitos filhos, para que não lhe fosse permitido sair e ostentar a sua beleza. Por conseguinte, quantos mais filhos, mais difícil seria haver divórcio. Com o passar do tempo, o único rendimento da casa para sustentar a família era o ordenado da mulher. Terá sido por esse motivo que Rania teve de continuar a fazer os programas televisivos, apesar dos ciúmes doentios do marido. No seu país, uma mulher tem de privilegiar as tarefas de casa e da família, e só depois é que se poderá dedicar ao resto.

Al-Baz procurou conciliar as tarefas domésticas e o emprego, mantendo o seu aspecto físico bem cuidado, o que terá motivado ainda mais ciúmes por parte do marido. Na cultura a que pertencia, uma mulher não pode ir contra a vontade do esposo, sendo obrigada a aceitar as suas ordens. Se o marido proíbe a mulher de falar com as amigas, assim terá de ser, caso contrário pode ser castigada por falta de respeito. Muitas mulheres sofrem às mãos dos maridos e se ousam desrespeitar as suas ordens podem acabar por ser mortas. Rania sentia esse perigo desde o dia em que sonhou que a tia a vinha buscar do além. No islão, quando as pessoas sentem que a morte pode estar perto escrevem o seu

testemunho, seguindo a tradição inspirada em Maomé. E assim fez Rania: “Se me matarem, quero que perdoem. Mesmo que o assassino seja o meu marido, não peçam ajuste de contas, porque eu perdoo-o” (Al-Baz, 2008: 16).

Na religião islâmica, esse testemunho era fundamental, porque na lei muçulmana era proibido matar, e o castigo para quem matasse era a morte. Só quem pode salvar o agressor ou assassino de tal pena é a vítima, caso assim queira. Uma mulher contrariar a vontade do homem é considerado uma afronta que não é aceitável. Mas foi isso que Rania fez. Sentia-se cansada da perseguição e das proibições do marido, razão pela qual decidiu revoltar-se. Sugeriu-lhe o divórcio e pediu-lhe que a deixasse com os seus dois filhos, pedido que não foi aceite, e que quase acabaria na sua morte. Foi bofeteada violentamente depois de ter sido atirada contra o chão até perder os sentidos e não saber o que acontecera depois.

Ao pensar que estaria morta, o marido levou-a ao hospital, deitando-a na porta, fugindo depois. Ficou de tal forma desfigurada que ninguém a reconheceu:

Era noite e a rua estava deserta. Sem que ninguém o tivesse visto, Rachid despejou o meu corpo no passeio à frente da porta do hospital (...) Foi um médico que ia a sair do hospital que acabou por me descobrir. Ter-se-iam passado apenas alguns minutos desde que Rachid me deixara ali. Felizmente, porque eu continuava a perder imenso sangue. (...) Completamente desfigurada, não havia a mais pequena hipótese de ser reconhecida. (...) As primeiras radiografias viriam a revelar treze fracturas. (...) os médicos foram prevenindo os meus pais de que ainda se mantinham muito reservados acerca das minhas hipóteses de sobrevivência. Mais tarde, haveriam de confessar que, naquela altura, não as estimavam em mais de 3% (Al-Baz, 2008: 24-25).

Tal tragédia é condenável e punível pela lei com dez anos de prisão e trezentas chicotadas ao agressor. No entanto, é só no caso de quando for a julgamento e se a vítima assim o quiser, caso contrário o culpado fica ilibado do crime. Rania não aceitava, depois de quase morrer, que o marido fosse culpado pelo crime cometido contra si, pois acreditava que seria pior para os dois filhos que tinham em comum, e que eles não mereciam ver o pai a ser chicoteado em público e ficar privado dele durante os dez anos que iria passar na prisão. Preferia dar-lhe liberdade para refletir no acto que cometera e que os filhos fossem livres de decidir se queriam julgar o pai pelos seus actos.

Isto não era de todo o primeiro caso de violência contra as mulheres no país, mas era o primeiro que suscitara tamanha dimensão, porque envolveu uma figura pública e muito amada pelos espetadores e colegas de trabalho. Os familiares faziam questão que se tornasse pública a notícia da sua tragédia para que fosse feita justiça. Acontece que Al-Baz não pretendia que o marido fosse martirizado, razão pela qual apenas permitiu que a notícia se espalhasse para sensibilizar as pessoas, com a esperança de poder reduzir a violência que existe contra as mulheres no seu país e em outros países. O seu objectivo era sensibilizar as mulheres para que tivessem coragem para denunciar o que lhes acontece no casamento, a fim de poder ser feita alguma intervenção.

Também na Arábia Saudita o papel que a mulher desempenha é o de dona de casa e de satisfação ao marido, portanto, tentar uma reforma para as mulheres era uma tarefa quase impossível, pois a sociedade era de raiz patriarcal, e quem tem o direito de decisão são as classes superiores, mais abastadas. Embora Rania não pertencesse a essa classe, a sua beleza ajudara-a a tornar-se uma figura pública da televisão, com popularidade. Normalmente, na sua cultura, situações idênticas à da protagonista não são consideradas anormais. Se uma mulher foi espancada foi porque não sabia dar ao homem aquilo que ele queria. A diferença é que, na obra em análise, a mulher que foi espancada era uma figura pública, amada pelos espetadores da televisão, tendo, por essa razão gerado sentimentos de revolta contra aquele que a deixara naquele estado.

A violência perpetrada contra a apresentadora de televisão gerou inúmeros debates contra a violência feminina, surgindo vozes que apelavam ao fim do poder patriarcal contra a mulher. A imagem da mulher na Arábia Saudita era associada à escravatura, apesar de estar ligada à sua religião, às tradições, à cultura, razão pela qual tem de aceitar a sua condição mesmo que não lhe seja fácil. Não é a mulher que delinea o seu futuro. A sua vida e as de outras mulheres já estão esboçadas no livro sagrado. Após o sucedido, Rania recebeu propostas de vários países do mundo para participar em colóquios onde pudesse lutar e defender e assim dar voz aos direitos da mulher contra o machismo. De acordo com a autora, houve um encontro em França que lhe terá chamado à atenção, pela mensagem do título desse movimento “Nem putas, nem submissas” (Al-Baz, 2008: 45).

As leis corânicas são muito rígidas em relação à prostituição. Era muito improvável que as mulheres se prostituíssem, tendo em conta que a sua cultura não o permitia. Além de ser considerado pecado, era também um tabu. Apesar disso, muitas mulheres exercem-no, não por gosto, mas por não ter outra possibilidade de sobrevivência. No entanto, existe uma diferença entre a mulher que é obrigada a vender-

se e aquela que o faz por gosto. Muitas das mulheres são vendidas por dinheiro: o homem pede uma mulher e as máfias encontram-na e obriga-na a se vender para que o cliente fique satisfeito e pague pelo serviço prestado. Outras mulheres fazem-no porque gostam de se sentir desejadas e também pelo dinheiro que recebeu. Existem ainda aquelas que mesmo não querendo essa vida se vêem obrigadas, pois não lhes foi dado recursos suficientes para poder sobreviver.

No alcorão não é permitido exercer a prostituição, mas considerando as opções anteriores, respetivamente a primeira e a terceira, quem poderá ser considerado o principal culpado? Será a mulher que foi obrigada? Ou aqueles que a obrigaram? O negócio da prostituição não pode ser apenas resumido a isso, mas a todos aqueles que vendem a sua consciência por outros bens. Em relação à submissão, pode-se dizer que nestes países muçulmanos as mulheres são vistas e tratadas como inferiores aos homens e o dever delas é o de obedecer sempre ao marido. Quando se recusam a fazê-lo, tal como fez Rania, a protagonista, frequentes vezes sofrem às mãos dos maridos, ficando com sequelas para a vida.

Na Arábia Saudita as mulheres não são proibidas de falar com os homens. Só o são se o motivo da conversa for para provocá-los, mas isto apenas se aplica às mulheres que não são casadas ou que já não vivem sob as regras da família, porque uma mulher que está no seio familiar e se prepara para casar não tem essa liberdade. No alcorão não está escrita nenhuma lei que autorize que o homem bata na sua mulher. Há apenas referência às obrigações da mulher, entre elas, que tem de saber respeitar o homem, pois é ele o chefe de família. Rania aceitava os costumes e tradições da sua cultura e da sua lei, mas não aceitava aqueles que criaram um novo código através das Escrituras de Alá. Criticava toda a violência, considerando-a pessoal, e sem relação com a religião islâmica:

Não foi em nome de nenhum princípio religioso que eu fui espancada, mas pelos ciúmes de um homem vexado, apenas isso. Todos aqueles que se refugiam por detrás do islão para justificar actos desse tipo mentem, e todos os que pensam verdadeiramente, porque os há, que o Corão encoraja essas práticas, estão redondamente enganados. Trata-se de uma história de homens e nada mais do que isso. O Profeta ensinou o amor e não o ódio que hoje em dia é propagado por alguns dos seus zeladores (Al-Baz, 2008: 51).

No mundo muçulmano, em inícios do século XX, a escravatura era permitida e não havia punição para quem a promovia. Através de organizações, eram escolhidos os

rapazes mais fortes e as meninas mais lindas para poderem ser vendidos. A partir do momento que atingissem a puberdade as meninas eram mulheres e já podiam casar e ter filhos, apesar de serem jovens. Comparando com o ocidente, casar e ser mãe tão nova era um caso excepcional, mas por exemplo, na Arábia Saudita, era perfeitamente normal. Estas organizações que vendiam crianças roubavam-nas na maioria das vezes das famílias mais pobres, porque sendo de classe inferior nada podiam fazer contra o rapto das suas crianças. Apesar de participarem a situação, o rapto visto como a morte de uma criança. Os pais raramente voltavam a ver os filhos.

Nessa cultura, a condição de ser pobre significava submeter-se à lei dos ricos, já que quem tem poder é quem manda, e assim, eram obrigados a acatar as ordens. Desde o momento em que as crianças são raptadas e vendidas, deixam de ser seguida as leis do alcorão, como é o exemplo de que as mulheres para poderem casar têm que ter o consentimento do pai, no caso de rapto, não pode haver esse consentimento porque a criança deixa automaticamente de pertencer à família de origem. Mesmo que não se enquadre num rapto, depois da união, a mulher já não pertence aos pais, mas sim ao marido. No entanto, a maioria das mulheres muçulmanas entendem as suas funções como uma missão de Alá e não como uma submissão, aceitando o dever sem reclamar.

No ocidente, os casais são livres de poderem mostrar o seu amor um pelo outro mesmo em lugares públicos. Para os orientais, essa atitude é considerada uma falta de respeito e um acto inapropriado, sobretudo para um homem. Pela lei, não é permitido que os casais demonstrem afecto fora das portas familiares e só podem ser realizados no interior do lar, fora do olhar de outras pessoas. No mundo muçulmano, a educação era dada por separado: as raparigas numa escola e os rapazes noutra; não era permitida a mistura entre os sexos. Todavia, nos anos sessenta, foram instauradas as escolas mistas. Na Arábia Saudita não era comum estudar, apesar de ao homem sempre lhe ter sido dada essa possibilidade, enquanto a mulher não tinha essa oportunidade por estar circunscrita ao cuidado da casa e dos filhos, e para isso consideravam não ser necessário uma educação especial.

Dados estatísticos do ano de 1970 demonstram a falta de estudantes, tanto a nível masculino como feminino, na Arábia Saudita: “em 1970, apenas 9% da população era alfabetizada” (Al-Baz, 2008: 74). Mas com o passar dos anos e com as reformas impostas pelo rei, a educação passou a ser um dado importante na vida dos jovens, não só para os rapazes como também para as raparigas. Assim, cerca dos anos 90, os dados apontavam para que “em 1994, 61,8% da população já se encontrava alfabetizada, dos quais 70,6%

homens e 47,6% mulheres” (Al-Baz, 2008: 74). Com o evoluir dos estudos e da educação, a mulher começou a sentir a necessidade de trabalhar, visto que só assim podia ter liberdade e autonomia. Em particular, em todas as famílias sauditas, pelo menos uma rapariga tem de estudar medicina porque é proibido uma mulher apresentar-se a um médico homem. Por essa razão, é necessário haver mulheres médicas para as pacientes femininas serem atendidas pelas mesmas.

No oriente, como já foi anteriormente referido, há o costume cultural das mulheres casarem. São propostas em casamento muito novas e, regra geral, os pais escolhem os cônjuges dos filhos mesmo antes do nascimento. Na Arábia Saudita, a partir dos doze anos pode ser escolhido um pretendente para as filhas com autorização do pai. Quando a criança completa doze anos tem de estar preparada para mais cedo ou mais tarde casar. Escolher o pretendido certo para a filha é um procedimento longo. Num primeiro momento, as mães vão conhecer a futura nora e oferecem a mão do seu filho à mãe da futura noiva. Num segundo momento, é dado conhecimento ao pai e cabe a este escolher quem quer conhecer pessoalmente, para poder avaliar aquele que poderá vir a ser o futuro genro. Um hábito de que nos dá conta a autora, quando refere que:

as mães desfilavam em nossa casa, aproveitando todas as ocasiões para me observar atentamente. (...) A minha mãe transmitia esses pedidos ao meu pai e ele analisava-os. Se lhe convinham, organizava encontros com os pretendentes e os respetivos pais. (...) Uma vez terminada a argumentação, chegava a minha vez de entrar por uns breves instantes na sala, com um lenço de seda na cabeça, (...) permitindo assim que o pretendente visse o meu rosto. Se eu lhe agradasse, ele oferecia-me, sem falar, uma pulseira, um relógio ou uma jóia (...) O meu pai tomava então a sua decisão e depois, caso esta tivesse sido favorável, vinha pedir-me o meu parecer (Al-Baz, 2008: 81).

Ao contrário de outros países orientais, na Arábia Saudita, o homem só pode casar se tiver o consentimento da mulher. A palavra do pai é excepcionalmente importante, mas se a noiva não quiser aquele homem não pode ser obrigada a casar. Todavia, nem todas as famílias seguem essa norma, desvalorizando o consentimento da mulher. Se o pai quiser que ela se case com um determinado homem, então será com esse homem que ela se casará. Neste caso, o poder patriarcal predomina sobre os preceitos.

A palavra amor parece não ter existência na Arábia Saudita já que é proibido mencioná-la, pronunciá-la ou evocá-la, por ser entendida como um acto imoral. Distinto

do mundo ocidental, onde é celebrado o dia de São Valentim, em tempos passados, os casais, quando se conheciam, tinham como objectivo o casamento, apesar de, no século XXI, os casais na sua maioria namorarem, sem compromisso para o futuro, uma prática corrente que, no oriente, não é permitido existir. A mulher muçulmana só se junta e toca no seu marido após o casamento. Antes disso são pessoas comuns sem qualquer contacto entre elas. No ocidente, celebra-se o dia 14 de fevereiro e no oriente é o dia em que é vendida uma grande quantidade de rosas vermelhas, visto ser tradição as raparigas oferecerem uma rosa às suas professoras.

Desde o momento em que é consentido pelo pai e a noiva e o futuro genro e marido, começam os preparativos e celebrações, momentos considerados muito importantes para o povo muçulmano. Antes da realização do casamento é organizado os sponsais, isto é, o contrato de casamento, onde está presente um juiz para que a união seja acertada a nível jurídico e a nível material. Depois de acautelada a parte jurídica, é marcado o dia do casamento. Na Arábia Saudita, as tradições e costumes na realização de um casamento são distintas de cidade para cidade.

Embora a religião islâmica possua o Livro Sagrado com as suas leis e preceitos, não significa que todas as cidades o cumpram da mesma maneira. Todas têm o mesmo sentido, o que muda é a forma como é lido e interpretado. Como já referido anteriormente, depois de casar, as mulheres têm de ser fiéis e cumprir as ordens do marido, pois ele é visto como o chefe. Se por qualquer motivo o casamento terminar e a mulher ficar divorciada é encarado como uma desonra para a sua família. Dependendo de cidade para cidade, as medidas são tomadas de forma diferente em relação ao futuro da divorciada. No caso de Rania, a protagonista, apesar do constrangimento para a família de ter uma filha divorciada, a sua nova situação foi bem acolhida.

Nem todas as mulheres têm a mesma sorte, pois muitas delas não são acolhidas novamente em casa dos pais, como iremos ver num exemplo mais adiante. Apesar de ser considerada a rebelde da família, Rania voltou a viver na casa da família dos pais. Do seu primeiro casamento nasceu uma filha. Contudo, com a separação, ficou ao cuidado do pai. Segundo a tradição islâmica, os filhos pertencem ao pai e nunca à mãe, só mesmo por motivos de força maior é que pode dar o caso de a custódia dos filhos ser atribuída à mãe, como aconteceria com Rania depois de ter sido desfigurada pelo segundo marido. Mesmo assim, passados alguns meses, o ex-marido trouxe a filha e deixou-a ao cuidado da mãe, constituindo uma excepção à tradição.

O vestuário das mulheres muçulmanas é diferente e único, tendo em conta que se trata de uma população que utiliza roupas que escondem o corpo todo. Apenas se mostram ao marido; tudo o que se relacionar com sexo fora do círculo familiar é considerado tabu. Nessa cultura, tem de haver uma separação de raças, não podendo haver mistura: “Para a burguesia saudita, os negros são sempre associados à imagem do serviçal, e cada qual deve limitar-se a ficar no seu lugar. Nada de misturas...” (Al-Baz, 2008: 143). Uma muçulmana não se pode casar com um africano, porque as suas cores são diferentes, e para os muçulmanos um negro é um servo, razão pela qual nenhum pai pode dar a mão da sua filha a um indivíduo dessa raça. Apesar de não ser casual, o segundo marido de Rania era um cantor africano.

Apesar da cor da sua pele e depois de Rania insistir, o pai da protagonista acabaria por aceitar a união, com a condição de abandonar a profissão de cantor, por não ser considerado um emprego decente para os muçulmanos. Portanto, para que pudesse ser marido de Rania, Rachid tinha de deixar a música e encontrar um emprego digno para se poder casar. Sem saber o que o futuro lhe reservava, Rania estava feliz por poder casar novamente. Ganharia fama depois de o primeiro marido a ter deixado e ter passado a ser mãe solteira e divorciada. Todavia, o segundo casamento quase acabaria com a sua vida.

Tal acto fora motivado por ciúmes doentios e desencadeado ao ver Rania conversar ao telefone com uma amiga. Para os homens, a mulher é como um objecto seu. Logo, não pertence a mais ninguém, nem às amigas, nem à família. É apenas o seu objecto sexual, mãe dos seus filhos e dona de casa. Muitas mulheres aceitam essa condição e submetem-se aos maridos, outras fazem-lhes frente para poder ganhar mais liberdade. Rania quis, até certo ponto, ser independente do marido até porque era do seu trabalho que provinha o dinheiro para sustentar a sua família. Contudo, apesar de tudo o que sofreu às mãos masculinas, optou por perdoar o marido:

Apesar de todo o meu desespero e da minha profunda mágoa perante o meu rosto para sempre destruído, consegui distanciar-me e lutar para que o perdão levasse a melhor sobre o ódio, e tentar compreender o meu marido em vez de contribuir para o arrasar. Tive em conta o aspecto doentio dos seus ciúmes, que originaram pulsões incontroláveis. Eu não só não desejei a morte do homem que por pouco ma causara, como receei que pusesse termo à vida ao tomar consciência do seu acto (Al-Baz, 2008: 169).

O seu perdão implicou uma condição, a de que mesmo depois dos filhos fazerem oito anos ficarem para sempre ao cuidado da mãe. Contrariando o costume da sua cultura que, em caso de divórcio os filhos podem ficar com a mãe só até aos oito anos, sendo depois dessa idade a custódia entregue ao pai, Rania conseguiu o divórcio, pela segunda vez, e conseguiu ficar com a tutela dos filhos. Após a violência que lhe foi infligida, Rania teve como objectivo sensibilizar outras mulheres através de conferências, para lutar por uma maior liberdade em relação à condição feminina. Em 2005, as mulheres muçulmanas ganharam o direito ao voto e à eleição, sendo eleita ministra nesse mesmo ano, a primeira mulher muçulmana, Maasouma al-Moubarak.

Além das leis do islão, também o governo muçulmano, na Arábia Saudita, tem os seus preceitos. Além de ser proibida à mulher possuir carta de condução, não pode tão pouco ter cartão de identidade nem passaporte sem o consentimento do marido. Caso não seja casada, terá de ter o consentimento do pai. Rania descreve o papel que representa a mulher muçulmana da seguinte forma:

A mulher não é nada, é o homem que domina. Mesmo que nas nossas lendas populares lhe seja concedido o papel mais bonito, na realidade nós não existimos, não somos senão as sombras dos nossos pais, dos nossos irmãos ou dos nossos maridos (Al-Baz, 2008: 173).

Muitas das leis impostas à Mulher são colocadas pelos homens a seu bel-prazer. Segundo o islão, as mulheres têm de obedecer ao homem, mas isso não implica que estes a reduzam a um objecto sem significado.

2.2. *Queimada Viva*, de Souad: Amor (antes do casamento) e morte

A vida do ser humano está cheia de obstáculos, mas são eles que ajudam o Homem a superar-se e a continuar a sua vida com mais dedicação e força. Souad, a autora do livro *Queimada Viva*, publicado em 2005, é um exemplo de alguém que quase morreu por engravidar antes do casamento, mas que conseguiu recuperar a sua vida, tornando-a um exemplo para outras mulheres. Embora viva retirada, vive a sua vida da melhor forma possível. Na sua religião, a muçulmana, não pode haver qualquer contacto físico entre um homem e uma mulher antes do casamento. A mulher só pode olhar para um homem depois de casada e este é o seu marido. Souad quebrou essa lei, razão pela qual acabaria por ser vítima de um crime por parte da própria família, mãe e cunhado, de modo a manter a honra da família.

Como já foi anteriormente referido, as normas e os preceitos mudam de cidade para cidade e de país para país. Na Arábia Saudita, as mulheres tinham as suas restrições, proibições e o seu estilo de vida, enquanto que, por exemplo, na Cisjordânia, as mulheres têm outras restrições e um modo de vida completamente distinto. Nesta cidade, as mulheres não podem levantar a cabeça quando saem à rua, ou seja, andam com o olhar fixo no chão, caso contrário, pode ser considerada prostituta. Só depois de casada é que é permitido à mulher olhar de frente.

Na família, é tradição que os filhos mais velhos sejam os primeiros a casar, tendo, por essa razão, os mais novos de esperar pela sua vez, mesmo que já tenham um pretendente para casar. Nessa cultura, não é habitual que aos catorze anos uma rapariga ainda não esteja casada. Logo que atinge a maioridade, a rapariga passa a ser “mulher”, razão pela qual tem de casar para poder ser aceite pela sociedade. Nascer mulher na Cisjordânia acarreta alguns obstáculos e Souad demonstra-o quando afirma em *Queimada Viva* que:

Na minha aldeia nascer rapariga é uma maldição. O único sonho de liberdade é o casamento. Abandonar a casa do pai em troca da casa do marido e não voltar nunca mais, mesmo que se seja espancada. Quando uma rapariga casada regressa à casa do pai é uma infâmia (Souad, 2005: 8).

Nessa perspectiva, casar significa liberdade. Souad já se encontrava com idade de casar e sabendo que tinha um pretendente estava ansiosa para que a irmã mais velha se

casasse, para se libertar, mas essa ansiedade e vontade pelo dia do casamento pode ter ditado o seu fim naquela aldeia, onde até a frequência da escola lhe era vedada por ser mulher. Logo após o casamento, era muito importante as mulheres se tornarem mães de um filho varão para não serem motivo de troça no seio da comunidade. Depois de terem o filho varão, o ideal seria terem pelo menos duas a três filhas para cuidar dos animais, da casa e da terra. Mais do que isso não era conveniente, sob o risco de poderem desaparecer. Ser mulher na Cisjordânia significava ser “menos do que um animal” (Souad, 2005: 12).

O trabalho das raparigas é contado ao minuto desde que saem de casa com os animais. Caso haja algum atraso, por mais insignificante que seja, correm o risco de serem castigadas pelo pai, pelo facto de um atraso representar uma desobediência às ordens masculinas. Depois de entrar em casa, a porta é fechada para só se voltar a abrir no dia seguinte. As raparigas são proibidas de sair pela porta principal, já que essa porta é reservada aos pais e filhos homens, os únicos que têm permissão para sair. A porta representa assim o isolamento das mulheres.

A casa é grande, de pedra, cercada por um muro com uma grande porta cinzenta de ferro. Essa porta é o símbolo da nossa clausura. Uma vez no interior, fecha-se atrás de nós para nos impedir de sair. Podemos, pois, entrar por essa porta quando vimos do exterior, mas não podemos sair. (Souad, 2005: 14).

Uma rapariga não podia sair à rua sozinha e, se assim fizesse, seria alvo de comentários e o nome da família poderia ficar manchado. A mulher era segregada pelo homem. Podiam pertencer a classes diferentes mesmo pertencendo à mesma família. Os homens dormiam num lado da casa e as mulheres noutra; na hora de tomar banho, todas as mulheres se lavavam com a mesma água, enquanto os homens tinham direito cada um a água fresca. Apenas quem podia ir ao mercado da roupa era o pai e a mãe, e a roupa que usavam tinha de esconder todo o corpo, excepto a cara, caso contrário seria uma vergonha. Não usavam sapatos, só algumas mulheres casadas podiam usar, e isso dependia da ocasião. Ser espancada era frequente, como Soaud dá conta ao leitor:

A lei dos homens era assim naquela aldeia. As raparigas e as mulheres eram com toda a certeza espancadas todos os dias nas outras casas. Ouvíamos gritos aqui e ali, por isso era normal ser espancada, ter os cabelos rapados e ficar presa a uma estaca no estábulo. Não havia outra forma de vida (Souad, 2005: 17).

À ausência de liberdade, acrescia à condição da Mulher na Cisjordânia a subalternidade. O homem aspira a ter uma mulher apenas para ser sua escrava e para lhe dar filhos varões. A mulher tem o dever de servir o chá tanto ao pai quanto ao irmão, de cabeça baixa e em silêncio, visto não poder haver comunicação entre raparigas e homens. A família nunca tomava as refeições à mesma hora: primeiro o pai, a mãe e o irmão estavam juntos à mesa e só depois, em separado, as filhas. Como já tivemos a oportunidade de referir, bastava a um casal, para além do filho varão, ter duas a três filhas para se encarregarem da lida da casa. Caso tivessem mais, desembaraçavam-se delas. Mesmo sabendo que estavam a incorrer num crime, frequentes vezes sufucavam-nas e matavam-nas, porque não queriam mulheres, mas sim homens. Ninguém comentava tal feito porque naquela aldeia era normal se desfazerem das filhas raparigas.

Era, pois, um motivo que fazia crescer o medo de viver na mesma casa que os pais, pois nunca havia a certeza do que poderia vir a acontecer onde quer que estivessem e qual seria o momento. Disso dá conta Souad:

Dizia para mim: «Um dia vai ser a minha vez, ou da minha irmã, eles podem matar-nos quando quiserem. Grande ou pequena, não faz diferença. Já que nos dão a vida, têm o direito de a fazer desaparecer.» Na minha aldeia, enquanto se vive em casa dos pais, o medo da morte está sempre presente. Receio subir a uma escada quando o meu pai está por baixo. Tenho medo do machado que serve para cortar a lenha, tenho medo do poço quando lá vou buscar água. Tenho medo quando o meu pai vigia o regresso dos carneiros ao curral, connosco. Tenho medo dos ruídos de portas a meio da noite, de me sentir sufocar sob a pele de carneiro que me serve de leito (Souad, 2005: 21).

Aliás, bastava ser mulher para correr risco de vida. Não eram só as filhas que eram vítimas da ira do pai. A mãe também era espancada pelo marido, mesmo que não houvesse qualquer motivo. O homem, se assim quisesse, não precisava de permissão para maltratar a mulher. Para o homem esta era inferior a um animal. Era considerada um objeto que não dava lucro. Na perspetiva masculina, pelo menos os animais davam leite, lã ou queijo, e isso era sinónimo de dinheiro, razão pela qual eram mais bem cuidados que as próprias mulheres. Na Cisjordânia, os acontecimentos mais importantes numa família eram os casamentos e o nascimento de filhos homens. Tudo o resto era insignificante.

Na aldeia, quando alguma rapariga cometia algum acto indigno da honra da família é feita uma reunião entre os pais e os homens da família para que seja escolhido entre eles quem vai ser a pessoa responsável pela morte dela, sendo combinado um dia e uma hora para tal. Nesse dia, ficam em casa apenas a pessoa responsável pelo acto, a vítima e mais irmãs caso haja, porque estas não podem falar sobre o que viram nem ir contar o que irá acontecer depois. Qualquer acto que as filhas cometam que leve a que a aldeia a possa considerar prostituta já é motivo para morte, porque a honra da família tem de ser lavada.

Numa família muçulmana o líder da casa é sempre o pai. Caso este morra, o seu sucessor é o filho homem. Se por qualquer razão este morrer e deixe uma família de apenas mulheres esta é considerada uma família perdida, pois são os homens que ditam as leis, cabendo à mulher simplesmente obedecer. Por isso, não existia maneira de viver sem um homem em casa. Não era pecado matar uma mulher. Se esta desonrou a família, terá de morrer, porque se não morresse o nome da família continuaria conspurcado e era motivo suficiente para que a aldeia a rejeitasse. Como não iriam conseguir negociar com ninguém, teriam de mudar de residência. A honra da família não pode ficar manchada com actos imperdoáveis das filhas. Se esta não fosse morta era a vergonha da família, o que significava que fazer desaparecer uma rapariga era normal, e ninguém colocaria questões acerca do sucedido.

As raparigas pertenciam apenas ao círculo residencial, já que não podiam sair de casa a não ser para ir para o terreno ou para levar os animais a pastar. Portanto, não falavam com ninguém, não conheciam ninguém, eram abandonadas em casa e sem qualquer possibilidade de comunicação com o exterior ao contrário dos pais e de irmãos varões, que podiam ter amigos, sair de casa à noite e frequentar a casa de vizinhos. Quando as mulheres casadas são acusadas pelas pessoas da aldeia de charmutas, isto é, prostitutas, embora não haja certeza de nada, apenas suposição, é também um motivo de morte. É feita justiça pelo pecado que eventualmente possam ter cometido, mesmo não havendo provas contra a mulher.

Na Cisjordânia, quando a mulher é pedida em casamento, o futuro marido compra-a com ouro. Metade do ouro que oferece pertence ao pai da noiva e a outra metade à noiva. No dia do casamento, a noiva tem de mostrar aos convidados o ouro que o seu marido oferecera em troca da sua mão. Esse ouro que usará não pertence à mulher. É uma forma de defender a honra da sua família, porque uma rapariga que tem muito ouro no dia do casamento é cobiçada pelas pessoas, enquanto aquela que não tenha ouro no dia

do seu casamento constitui uma vergonha, não só para si como também para os pais. Souad dá a sua opinião em relação a esse costume tradicional:

O número de braceletes, de colares, de diademas de que necessita é para defender a sua honra e a dos seus pais. Não é para o seu futuro nem para si, mas poderá passear pela aldeia e, ao passar, as pessoas dirão a quantidade de ouro que ela trouxe aos pais. Se uma rapariga não tiver jóias no dia do casamento, será uma terrível vergonha para ela e para a família. O meu pai esqueceu-se de nos dizer isso quando gritava às filhas que nem sequer lhe davam o que lhe dava uma ovelha. Quando vende a filha, tem direito a metade do ouro! (Souad, 2005 : 47).

A decisão do casamento pertence somente aos homens de ambas as famílias, pois as mulheres, as mães e a noiva não têm direito à palavra. Se os homens chegarem a acordo, haverá casamento, caso contrário desfazem o compromisso. Como na maioria do mundo muçulmano, a futura noiva não conhece quem será o seu futuro marido, nem a idade, nem a feição. Sabe apenas que se libertará das tarefas de escrava que o pai lhe impõe. Por essa razão, qualquer mulher, naquela aldeia, aspira casar-se para se livrar dessa escravidão. Contudo, casar nem sempre significa ficar livre. Se faltar alguma coisa ao marido que por acaso a mulher não tenha feito será castigada de igual forma que o pai castiga as filhas.

Às vezes basta que a jovem esposa não saiba cozinhar muito bem, que se esqueça do sal, que não haja molho porque se esqueceu de deitar um pouco de água... basta isso para levar pancada... Não tínhamos alternativa. Mesmo que nos estrangulassem, não tínhamos alternativa (Souad, 2005 : 54).

É o castigo de nascer mulher. Ser espancada pelo pai enquanto não é casada e ser espancada pelo marido depois de casada. Após o casamento a porta familiar fecha-se para a mulher, pois daí em diante passa a pertencer à esfera familiar do marido. Mesmo que este a magoe, o futuro dela é a seu lado, mesmo até quando ele decide que ela tem de morrer. O habitual era não haver casamentos por amor, mas sim por submissão e obediência. No entanto, Souad acreditava estar apaixonada pelo homem que tinha ido pedir a sua mão a seu pai, ainda que não pudesse casar por a irmã mais velha ainda aguardar um pretendente. Todavia, a sua vontade de casar era tão grande que acabou por cometer o maior erro da sua vida que quase a levaria à morte. Acreditou que o homem com quem conseguiu falar antes do casamento estaria apaixonado por si e que também

desejaria casar consigo. Além de cometer o pecado de falar com um homem antes do casamento e de se ter encontrado com ele às escondidas, acabou por perder a virgindade e engravidar antes do casamento, acto que constituía razão bastante para levá-la à morte por desonrar o nome da família.

A sua ingenuidade face ao rapaz que acreditava estar apaixonado por si acabou por deixá-la à mercê da família com uma criança no ventre, ainda solteira. O homem não é acusado de nada, apesar de ter retirado a virgindade a uma rapariga. Na sua cultura, a culpa é sempre imputada à mulher, por considerarem que ela é que o teria provocado. Ela acreditou no amor, mas este levou-a à desgraça. Souad quis acreditar no amor e nas promessas que Faiez lhe fez de que nunca a abandonaria: “Na nossa terra, um homem que se respeite não desposa a rapariga que ele próprio desflorou antes do casamento” (Souad, 2005 : 87). A inocência da protagonista foi o seu erro.

A maneira de a família recuperar a sua honra foi a de mandar matar a filha grávida, deixando a responsabilidade nas mãos do próprio cunhado. Este lavou-a com petróleo e ateou-lhe fogo. Souad não morreu com o lume porque foi levada a tempo para o hospital. Apesar disso, a morte teria de acontecer para lavar a honra da família. Por essa razão, para se libertar da vergonha, sobretudo perante o pai, o filho e o genro, a sua mãe dirigiu-se à filha e propôs-lhe a morte, oferecendo-lhe um copo de veneno, para que a sua morte limpasse o nome dos homens da família: “Jamais esquecerei aquele copo grande, cheio até ao rebordo, com um líquido transparente que parecia água” (Souad, 2005 : 98). Novamente, não a conseguiram matar, pois a intervenção de um médico impediu que a acção se concretizasse. Foi deixada na cama de hospital ao abandono à espera da sua hora, sofrendo e esperando.

Esta espera acabaria por ser a sua salvação, através de uma mulher, Jacqueline, que pertence a um fundo humanitário para ajudar crianças abandonadas no oriente. Ao ter conhecimento da história de Souad, empenhou-se a ponto de querer levá-la dali para fora e ajudá-la no ocidente, de forma a que os pais nunca mais soubessem do seu paradeiro e pudessem dizer que tinha morrido, para assim puderem lavar a sua honra e permanecer a viver na aldeia. Mas acima de tudo, para salvar uma vida que, no mundo ocidental parece ter outro valor, pois é um ser humano igual aos outros. Souad, uma rapariga que nasceu muçulmana e seguia as tradições da sua aldeia algures na Cisjordânia, por amor, cometeu um pecado antes do casamento.

A lei dos homens reinava na aldeia. As mulheres tinham de aceitar o seu papel de seres inferiores e se submeter a tudo aquilo que o homem determinasse, lei que não vigora

apenas na Cisjordânia mas em muitos outros países como, por exemplo, Irão, Iémen, Paquistão, Turquia, Iraque, Índia, Jordânia, Israel entre outros. O crime de honra existe nestes países e Souad é o exemplo de uma rapariga, que sobreviveu ao contrário de tantas outras. Outras há que têm de permanecer escondidas o resto da vida, para que os encarregados pela sua morte não as encontrem e concluam o que não conseguiram da primeira vez.

As mulheres têm de aceitar as leis dos homens, pois são ensinadas que sem eles não conseguem sobreviver. Por essa razão, tudo aquilo o que aconteça às mulheres é encarado como normal:

(...) lá na minha terra uma mulher não tem vida própria. Tu és desancada com pancada, é normal. És queimada, é normal, és estrangulada, é normal, és maltratada, é normal. Como dizia o meu pai, a vaca e os carneiros merecem mais consideração do que as mulheres. Se não quisermos morrer, temos de nos calar, obedecer, humilharmo-nos, casar virgens e ter filhos rapazes (Souad, 2005 : 166).

À mulher não era permitido ir à escola, porque a única coisa que precisava de aprender era o que convinha aos pais. Frequentar a escola seria tornar uma rapariga mais inteligente e isso não podia acontecer. Mas existem mulheres que desejam uma lei diferente, que não a dos homens mas o poder de votar não está nas suas mãos. Em caso de maus tratos infligidos à mulher, o homem pode ser preso mas por apenas alguns dias porque o juiz não pode condenar um homem que é considerado herói. Isso levaria a que o próprio juiz fosse condenado pela aldeia, devido à decisão que tomara contra os homens. Souad foi queimada viva mas fala de outras mulheres que também sofreram de diferentes maneiras às mãos da família:

Uma rapariga sem pernas: foi agredida por dois vizinhos que a amarraram e puseram debaixo de um comboio. Uma outra a quem o pai e o irmão quiseram massacrar à facada e atiraram para um vazadouro de lixo. Outra ainda que a mãe e os dois irmãos atiraram pela janela e que ficou parálitica. E as outras de que não se fala, que foram encontradas demasiado tarde, já mortas. As que conseguiram fugir mas foram apanhadas no estrangeiro e mortas (Souad, 2005 : 170).

Muitas dessas mulheres que sofrem e decidem falar são levadas para a prisão e não têm permissão de sair de lá, como forma de protecção, caso contrário correm o risco

de serem mortas pelos pais ou irmãos, caso as encontrem. Muitas permanecem lá durante anos a fio, para se protegerem da morte.

2.3. A experiência religiosa nas suas diversas manifestações: a submissão da mulher muçulmana

O livro *Persépolis*, de Marjane Satrapi, publicado em 2007 é um exemplo de uma redação representada em banda desenhada sobre as mulheres na religião islâmica. Em 1979, deu-se a chamada revolução islâmica, que trouxe consigo em 1980 o uso obrigatório do véu nas escolas e a separação dos géneros. Deixaram de existir escolas bilingues por serem encaradas como um símbolo do capitalismo. No Irão, a junção de duas pessoas obrigava a que fossem ambas da mesma classe social, e se a mulher ficasse grávida antes de ser casada, seria desprezada e a sua vida não seria fácil.

O uso do véu começou a ser obrigatório com o pretexto de ser um acto necessário para proteger a mulher contra os estupradores, porque o seu cabelo era considerado um meio de excitação para o homem, e estes não podiam cometer adultério, como já tivemos oportunidade de referir. Com o passar do tempo, passou a haver dois estilos distintos de mulheres: a mulher fundamentalista, que usava o corpo todo escondido, excepto a face, e a mulher moderna, que usava algumas pontas do cabelo soltas para mostrar a sua oposição ao regime. Havia também duas classes diferentes de homens: o fundamentalista, caracterizado pela barba comprida e por usar a camisa fora das calças, e o homem progressista, que não usava barba e usava a camisa dentro das calças. Na religião islâmica, não era recomendado o homem fazer a barba.

No entanto, as proibições não eram só exigidas às mulheres. Se estas não usassem o véu, seriam presas. Os homens também não podiam usar gravata porque isso simbolizava o ocidente. Da mesma maneira que o cabelo das mulheres é considerado um motivo de excitação, os braços do homem eram vistos de igual forma, sendo por essa razão proibido usar camisas de manga curta. Em períodos de guerra, na tradição xiita, quando os homens solteiros morrem é arranjado um quarto de núpcias para que estes possam experimentar a relação carnal. As mulheres e as crianças em idade escolar tinham de chorar pelos mortos, pelo menos duas vezes por dia. Em algumas cerimónias religiosas, fazendo parte dos rituais do país, algumas pessoas mortificam-se, batendo em si próprias, usando nas mãos correntes e até se mutilando quase fatalmente, como prova da sua virilidade.

Na época da revolução islâmica, quem não cumpria as ordens que estes impunham era procurado e executado, fosse homem ou mulher, sendo muitos os políticos que foram

presos e executados à luz dessa lei. Em relação à prisão das mulheres, estas não podiam ser mortas se fossem virgens, por isso casavam-nas com os guardiões da revolução, eram estupradas e depois executadas. Pela tradição, a mulher depois de casar tem permissão para receber um dote do marido, mas se esta morrer esse presente é oferecido à família da defunta. Mesmo depois de casados, não podiam se beijar em público pois seria considerado um acto sexual, logo, imoral.

Dois jovens a passear na rua, como um casal, constituía um perigo, excepto se fossem casados. Ainda assim, a recomendação era a de se fazerem acompanhar sempre da certidão de casamento. Caso fossem namorados corriam o risco de ser presos por ordem do regime islâmico até que as famílias pagassem a fiança. No que diz respeito à cerimónia de casamento, é tradição que seja roçado dois pães doces sobre a cabeça dos noivos para propagar prosperidade e alegria, seguido de um ritual de mergulhar os dedos num pote de mel, devendo o homem lambe o dedo da mulher, e vice versa, para que a vida de casados comece num modo doce. No Irão, em caso de divórcio, a mulher só poderá ter esse direito com a autorização do homem, caso contrário não tem quaisquer direitos sobre esse pedido.

No mundo muçulmano, a lei protege os homens. A título de exemplo, se um homem cometer homicídio contra uma mulher, e que outras duas tenham presenciado, o homem não pode ser condenado visto as mulheres não poderem testemunhar contra um homem. Outro exemplo, é quando de um casamento nascem filhos, o homem tem direito à guarda total sobre os mesmos, caso assim decida. A justificação é que: “o homem é a semente e a mulher, a terra em que cresce essa semente, portanto, o menino pertence naturalmente ao pai” (Satrapi, 2007: 339).

Na maioria dos países do oriente, senão em todos, a mulher muçulmana deve submissão ao homem. Ele comanda, é ele quem dá as ordens. O Iraque, devido às sucessivas guerras, tornou-se um lugar difícil para viver sobretudo para mulheres e crianças, que ficam viúvas e muitas crianças orfãs. Uma mulher viúva é mal vista pela sociedade e muitas são desprezadas pelas próprias famílias, sendo equiparadas a prostitutas e assim ficando ao abandono, sobrevivendo como for possível. Ao se sentirem excluídas do resto da aldeia, tendem a recorrer à ajuda do clérigo. Na teoria, os clérigos são os seguidores da palavra de Deus e o seu dever é ajudar. Todavia, na prática são aqueles que vendem a outros homens raparigas perdidas e abandonadas pela família.

Como já foi também anteriormente referido, existem os casamentos temporários. Exemplo disso é o negócio dos clérigos, quando vendem uma rapariga a um homem, na

sequência de um pedido de auxílio, acabando por vezes a se prostituírem. O negócio é casar, seja criança, rapariga ou mulher com um homem durante horas, dias, ou semanas, ou seja, o tempo que o homem negociar que quer a mulher para o poder satisfazer sexualmente, usando-a como um mero objecto de prazer. Ser prostituta significa arruinar a sua vida, e quando são postas frente a frente com a suposta ajuda que pensavam que teriam por parte dos clérigos, acabam por querer pôr fim à vida. Regra geral, algumas suicidam-se, outras tentam fugir e outras, depois de descobertas pela família que a não ajudou, são mortas pois desonraram o nome da família. Ser mulher num país onde as leis são dos homens acaba frequentes vezes por se tornar numa sentença fatal.

Assim, a mulher no oriente parece ser uma sombra do marido. O crítico-literário Edward W. Said retrata a posição da mulher oriental, depois do encontro entre a cortesã egípcia, Kuchuk Hanem, e o escritor francês, Gustave Flaubert:

[the] Flaubert's encounter with an Egyptian courtesan produced a widely influential model of the Oriental woman; she never spoke of herself, she never represented her emotions, presence, or history. He spoke for and represented her. He was foreign, comparatively wealthy, male, and these were historical facts of domination that allowed him not only to possess Kuchuk Hanem physically but to speak for her and tell his readers in what way she was "typically Oriental." My argument is that Flaubert's situation of strength in relation to Kuchuk Hanem was not an isolated instance. It fairly stands for the pattern of relative strength between East and West, and the discourse about the Orient that it enabled (Machado, 2014: 36).⁸

A escritora macaense Deolinda da Conceição faz um retrato da Mulher no seu país, Macau, dominada pelo sexo masculino. Os homens do oriente, principalmente os pais, não permitem às filhas casarem com estrangeiros. Também os filhos homens não podem desposar uma mulher estrangeira como primeira esposa, embora esse controlo exista sobretudo sobre as mulheres, podendo ter consequências dramáticas como, por exemplo, o suicídio. Deolinda da Conceição dá o exemplo de uma mulher chinesa que se

⁸ Tradução nossa: "O encontro de Flaubert com uma cortesã egípcia produziu um modelo amplamente influente da mulher oriental; ela nunca falou de si mesma, ela nunca representou as suas emoções, presença ou história. Ele falou por ela e a representou. Ele era estrangeiro, relativamente rico, do sexo masculino, e esses foram fatos históricos de dominação que lhe permitiram não apenas possuir Kuchuk Hanem fisicamente, mas também falar por ela e dizer aos leitores de que maneira ela era "tipicamente oriental". O meu argumento é que a situação de força de Flaubert em relação a Kuchuk Hanem não foi um caso isolado. Representa bastante o padrão de força relativa entre Oriente e Ocidente, e o discurso sobre o Oriente que possibilitou" (Machado, 2014: 36).

apaixonou por um homem europeu e aceitou casar-se com ele. Contudo, essa decisão implicaria trair o seu pai, quebrar a tradição por amor. Para evitar essa traição para com o pai e para com as tradições, decidiu acabar com a sua vida, deixando um bilhete onde dizia: “Cumprido com a minha promessa” (Machado, 2014: 39).

Nos países orientais e onde haja contacto com a religião muçulmana, a mulher é, por norma, submissa ao marido. No entanto, não significa que não existam algumas mulheres com outros preceitos e entendimento da vida e da religião que se sujeitam ao homem. Exemplo disso é dado pela escritora Vimala Devi, quando estabelece uma comparação da condição da mulher em várias religiões. Devi refere que as mulheres que vivem entre cristãos têm uma vida completamente diferente da das muçulmanas e da mulher hindu, sendo ela que exerce poder, sobretudo no seio familiar.

O homem, desde há séculos, impõe-se como um ser superior ao género feminino, acreditando que é dominador da mulher e que ela tem o dever de lhe obedecer. É possível ter noção dessa dominação em qualquer parte do mundo, embora seja mais notório em alguns países. A dominação masculina apresenta-se como um acto de superioridade e de comando, por vezes excessivo, sobre a mulher. Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina*, publicado em 2012, explica o significado dessa dominação masculina:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2012: 7).

No decorrer desta dissertação, mencionámos por diversas vezes como estão estruturadas as funções de ambos os sexos e onde pertencem cada um. Por exemplo, o homem pertence à esfera do público e a mulher à do privado. A esse propósito, Bourdieu faz uma comparação entre a função masculina e a feminina:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição

bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2012: 7).

Assim, cremos poder afirmar que a sociedade constrói estereótipos quando se trata do corpo humano, delineando-o como uma realidade sexuada. A imagem que é traçada para a mulher em relação ao homem é de sensibilidade e de fraqueza, enquanto o homem é conotado com força e dureza. Ou seja, a partir desses estereótipos, ambos os sexos têm as suas diferenças e nem tudo o que o homem faz a mulher poderá fazer, e vice-versa. No entanto, aquilo que a mulher faz não deveria ser considerado inferior ao que o homem faz. Essa posição de subalternidade ou superioridade acaba por ser ditada pelo corpo, assim como a designação das funções que os homens e as mulheres desempenham:

Assim como a moral da honra masculina pode ser resumida em uma palavra, cem vezes repetida pelos informantes, *qabel*, enfrentar, olhar de frente e com a postura ereta (que corresponde à de um militar perfilado entre nós), prova da retidão que ela faz ver, do mesmo modo a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no facto de se inclinar, abaixar-se, curvar-se, de se submeter (o contrário de "pôr-se acima de"), nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher (Bourdieu, 2012: 38).

A caracterização do ser masculino e feminino é, na perspectiva de Pierre Bourdieu, generalizada pelo ser humano desde que este habita a terra. A mulher terá assumido uma posição de subalternidade por ter sido criada a partir de um homem, no caso da visão bíblica, o corpo de Adão, assumindo-se assim que a mulher não consegue viver sem depender do homem, enquanto ao contrário é possível. Em, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 2009, a autora refere essa generalização da seguinte maneira:

O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado (...) O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 2009: 4)

Para Beauvoir, as classes entre os homens e as mulheres já estão delineadas há muito tempo, sendo possível assumir que existe igualdade na distribuição das tarefas, dando como exemplo a “divisão primitiva do trabalho” (Beauvoir, 2009: 67), a partir da qual:

os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica (Beauvoir, 2009: 67).

Uma perspectiva que poderá conduzir à afirmação de que a mulher não deve ser submissa ao homem já que esta também desempenha funções que equivalem de certa forma ao trabalho representado pelo homem. Ser doméstica não é um trabalho menor, mas antes um bem necessário para poder manter o espaço familiar bem cuidado e habitável.

Conclusão

O mundo é caracterizado pelo ser humano que nele habita. É também conhecido pelas suas paisagens distintas de cidade para cidade, de país para país e de continente para continente. Cada país tem as suas tradições, os seus costumes, as suas culturas, e assim as suas particularidades, o que faz de cada um, um lugar especial e único. No entanto, todos os lugares têm em comum o Homem, as suas crenças e as suas leis e, por conseguinte, o seu modo de estar na vida, fruto de diferentes religiões que, ao longo dos tempos, foram surgindo e se expandindo, todas elas com os seus preceitos, interpretações e juízos de valor particulares. Um dos aspetos que sobressai nas diversas religiões, que tivémos oportunidade de observar ao longo da nossa investigação, é a condição da mulher e o seu papel no seio da comunidade a que pertence. No primeiro capítulo da dissertação, tentámos explicar a condição da mulher no geral, e em particular, a da mulher no oriente, e ainda transmitir um pouco da história da religião islâmica em função daquilo que é determinado pelo seu livro sagrado. Procurámos também analisar como se encontra estruturada a religião do islão, as suas tradições e costumes, deveres e proibições.

Pudémos constatar que o oriente é constituído por uma maioria de muçulmanos que seguem as leis do alcorão, o livro sagrado da religião islâmica, sendo uma das religiões com mais seguidores no mundo. Embora o povo muçulmano siga as indicações do respetivo livro sagrado, existem variantes de aldeia para aldeia na sua forma de o interpretar e, por conseguinte, de o viver. Depende, sobretudo, como é compreendida a palavra escrita. Todavia, apesar da diversidade de interpretações, nessa religião, a mulher é retratada como objeto pessoal dos homens, sendo este o chefe, ao contrário do mundo ocidental, onde as mulheres têm mais liberdade, a todos os níveis. A comprovar este aspecto, é o facto de a mulher muçulmana não se poder sentar à mesa para tomar a refeição em conjunto com os pais; não ter direito a escolher o seu futuro marido; os filhos pertencerem ao pai, nunca à mãe; não ter permissão para ir ao mercado sozinha sem ser acompanhada por um homem da família, entre outros aspectos.

No segundo capítulo da nossa dissertação, recorreremos à literatura para tentar exemplificar e retratar algumas dessas restrições impostas às mulheres pela religião, através de crimes perpetrados contra mulheres muçulmanas, sublinhando a condição de inferioridade que assume em relação ao homem. Para além das obras literárias em que nos apoiámos, *Desfigurada*, de Rania Al-Baz, e *Queimada Viva*, de Souad, recorreremos

também a diversos autores que se dedicam a questões relacionadas com o domínio masculino e a submissão da mulher. Apesar do percurso de dor e de injustiça de que foram vítimas, nos dias de hoje, as referidas autoras usam a sua voz para falar em nome de todas as mulheres que ainda hoje não se conseguem defender de mãos masculinas. Foram vítimas, mulheres muçulmanas, que sofreram às mãos de homens, mas que refizeram a vida em nome de todas as mulheres que sofreram e ainda sofrem em consequência de leis, regras costumes e religião.

Creemos que através dos exemplos apresentados nas obras de Rania Al-Baz e de Souad nos foi possível constatar a existência de uma condição de subalternidade reservada à mulher muçulmana a partir da interpretação que é feita do livro sagrado da religião que professam. Acresce o fato de pertencerem ao universo do *oikos*, a esfera do privado, o que as remete de imediato para uma posição inferior à do Homem. São, pois, desde tenra idade, ensinadas e obrigadas a cuidar da casa e dos filhos, tendo em conta que não pertencem à esfera pública, reservada apenas ao homem. No entanto, com o passar dos anos, as mulheres têm vindo a ganhar confiança e prestígio e, nos dias de hoje, a sua posição tem vindo a mudar, tendo conquistado alguns direitos no domínio judicial, público e administrativo.

Como tentámos demonstrar, a condição da mulher varia de país para país, em função da sua religião e cultura e das interpretações sociais que se lhe outorgam, o que restringe a sua existência. Essa maneira de olhar para a mulher assenta no modo como é entendido o seu corpo, razão pela qual surgem estereótipos e tabus que apenas servem para validar clivagens e discriminações sociais.

Referências Bibliográficas

- Al-Baz, R. (2008). *Desfigurada*. (Tradução ao português de Pedro Sousa Pires). (5ª. ed.). Lisboa. Edições ASA.
- Amâncio, L., M. Tavares, T. Joaquim, T. Almeida de Sousa (orgs.). (2007), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote
- Badinter, E. (1997). *XY – A Identidade Masculina*. Lisboa: Edições ASA
- Badinter, E. (2010). *Le conflit, la femme et la mère*. Paris: Editions Flammarion.
- Barker, P. (2020). *O Silêncio das Mulheres*. (1ª. ed.). Lisboa. Quetzal Editores.
- Beauvoir, S. (2009). *O Segundo Sexo*. (2ª. ed.). (Tradução ao português de Sérgio Milliet). Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2012). *A Dominação Masculina*. (Tradução ao português de Maria Helena Kuhner). (11ª. ed.). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- Buck, P. S. (2012). *East Wind : West Wind*. New York. Open Road.
- Luís Carmelo. (2001). *Islão e mundo cristão: revelação, profecia e salvação: que contrastes?* Lisboa: Hugin, 2001.
- Carmo, António. (2001). *Antropologia das Religiões*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chauí, Marilena. (1991). *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 12ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Crosz, E. (2000). *Corpos reconfigurados*. Cadernos Pagu (14). Campinas: Unicamp.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe* (tradução Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo.
- Delumeau, J. (1999). *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa: Presença.
- Demant, P. (2013). *O Mundo Muçulmano*. (3ª. ed.). São Paulo. Editora Contexto.
- Duby, G., M. Perrot. (1993). *História das Mulheres*. Porto: Edições Afrontamento.
- Duby, G., Perrot, M. (1990). “Escrever a história das mulheres”, in Pantel, P. S. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. v. 1. (tradução de Teresa Joaquim). Porto: Afrontamento.

- Eliade, M.; I. P. Couliano. (1993). *Dicionário das Religiões*. Lisboa: D. Quixote.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas* (tradução de Magda Lopes). São Paulo: Editora Unesp.
- Gil, I. C., M. C. Pimentel (orgs.) (2010). *Simone de Beauvoir: Olhares sobre a Mulher e o Feminino*. Lisboa: Veja.
- Hattstein, M. (2000). *Religiões do Mundo*. (Tradução ao português de Paula da Silva). Alemanha. Könnemann.
- Hayek, S. (2006). *O Alcorão Sagrado*. (Tradução de Samir El Hayek). Brasil. RocketEdition.
- Holloway, R. (2018). *Uma breve história da Religião*. (Tradução de Manuel Alberto Vieira). (1ª. ed.). Lisboa. Editorial Presença.
- Ling, T. (2005). *História das Religiões*. Lisboa: Presença.
- Llorente, J. (2015). “La Lujer como Horizonte Mediador entre dos Espacios: Convergencias entre lo Femenino y lo Público en el Mundo Homérico”. Nº26. FORTVNATAE. Pp. 87-105.
- Lipovetsky, Gilles; Jean Serroy (2008). *A Cultura-Mundo. Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Macedo, A. G. (org.). (2002). *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Machado. E. (2014). *A mulher oriental em duas escritas da Ásia portuguesa – Deolinda da Conceição (Macau) e Vimala Devi (Goa)*. Universidade de Lisboa. Babilónia: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução 13, pp. 33-45.
- Marcuse, H. (1981). *Eros e Civilização*. 8ª. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, Guilherme de Oliveira. (2009). *Património, Herança e Memória. A cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva.
- Mill, J. S. (2017). *Sobre a Liberdade. A sujeição das mulheres*. (Tradução ao português de Paulo Geiger). São Paulo. Penguin Companhia.
- Miranda, J.A.B. (2002). *Teoria da Cultura*. Lisboa : Século XXI.

- Perrot, M. (2003). “Os silêncios do corpo da mulher”, in Matos, M. I., Soihert, R. (org.) *O corpo feminino em debate* (tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo). São Paulo: Editora da Unesp.
- Pimentel, M. C. C. M. S. (2013). “Aliquando sexum egressa (Tac. *Ann.* 16.10): Quando a mulher transcende a fraqueza do seu sexo.” In Pinheiro, C. S., Emonts, A. M., Franco, M. G., & Beja, M. J. *Mulheres: Feminino, Plural*. Funchal. Nova Delphi. Pp. 15-36.
- Pinheiro, C. S., Emonts, A. M., Franco, M. G., & Beja, M. J. (2013). *Mulheres: Feminino, Plural*. Funchal. Nova Delphi.
- Pinheiro, J. (2013). “A Mulher e a Educação na Grécia Antiga”. In Pinheiro, C. S., Emonts, A. M., Franco, M. G., & Beja, M. J. *Mulheres: Feminino, Plural*. Funchal. Nova Delphi. Pp. 48-61.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. (2004). *Teorias da Cultura*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Quevedo, C. (2017). *E Deus Criou o Mundo*. (1º edição). Porto Salvo. Desassossego.
- Ramalho, M. I., A. Bebiano (orgs.). (2010). “Estudos Feministas e Cidadania Plena”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 89. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Reynaud, M. J. Maria Teresa Horta. (2001). In: *Vozes e Olhares no feminino*. Porto: Edições Afrontamentos.
- Satrapi, M. (2007). *Persépolis*. (Tradução de Paulo Werneck). São Paulo. Companhia das Letras.
- Seixas, M. J. (2010). *República das Mulheres*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Souad. (2005). *Queimada Viva*. (9ª. ed.). Porto. Edições ASA.
- Woolf, V. (1928). *Um teto todo seu*. São Paulo. Círculo do Livro.

Referências Webgráficas

Klein, E. (2013). *O papel feminino nas religiões*. Disponível em: <https://domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=654270> Acesso a: 19/01/2021

Ruic, G. (2017). *Os números do islamismo, a religião que mais cresce no mundo*. Disponível em: <https://exame.com/mundo/os-numeros-do-islamismo-a-religiao-que-mais-cresce-no-mundo/> Acesso a: 18/02/2021

Santiago, E. *Alcorão*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/islamismo/alcorao/> Acesso a: 04/03/2021

Wilton, M. (2019). *O papel e os desejos das mulheres nas religiões – Metade do céu católico fica de fora?* Disponível em: <https://setemargens.com/o-papel-e-os-desejos-das-mulheres-nas-religioes-igreja-catolica/> Acesso a: 12/04/2021

Cortez, S. (2020). *Negócio do Sexo no Iraque*. Disponível em: <https://reportersombra.com/negocio-do-sexo-no-iraque/> Acesso a : 31/05/2021